



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS EM SAÚDE

JOAQUIM PEDRO RIBEIRO VASCONCELOS

**Redes de cuidado, desigualdades e trabalho: o contexto das catadoras de uma
associação de materiais recicláveis na cidade de Ceilândia/DF**

CEILÂNDIA-DF
2021

JOAQUIM PEDRO RIBEIRO VASCONCELOS

Redes de cuidado, desigualdades e trabalho: o contexto das catadoras de uma associação de materiais recicláveis na cidade de Ceilândia/DF

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde da Faculdade de Ceilândia – Fce pela Universidade de Brasília - UnB para obtenção do título de Doutor em Ciências e Tecnologias em Saúde.

Área de concentração: Promoção, Prevenção e Intervenção em Saúde.

Linha de pesquisa: Estratégias Interdisciplinares em Promoção, Prevenção e Intervenção em Saúde.

Temática: Ciências Sociais na Saúde Coletiva.

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Maria Ferreira Guimarães.

Coorientadora: Profa. Dra. Izabel Bruno Bacellar Zaneti.

CEILÂNDIA-DF
2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vasconcelos, Joaquim Pedro Ribeiro

VV331s Redes de cuidado, desigualdades e trabalho: o contexto das catadoras de uma associação de materiais recicláveis na cidade de Ceilândia/DF / Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos; orientador Sílvia Maria Ferreira Guimarães; co-orientador Izabel Bruno Bacellar Zaneti. -- Brasília, 2021.
191 p.

Tese (Doutorado - Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Catadoras de materiais recicláveis. 2. Desigualdades sociais. 3. Precarização do trabalho. 4. Vulnerabilidade em saúde. 5. Covid-19.

I. Guimarães, Sílvia Maria Ferreira, orient. II. Zaneti, Izabel Bruno Bacellar, coorient. III. Título.

JOAQUIM PEDRO RIBEIRO VASCONCELOS

Redes de cuidado, desigualdades e trabalho: o contexto das catadoras de uma associação de materiais recicláveis na cidade de Ceilândia/DF

Ceilândia-DF, 22 de novembro de 2021.

Banca Examinadora

Profª Drª Sílvia Maria Ferreira Guimarães (Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde FCE-UnB

Profª Drª Vanessa Resende Nogueira Cruvinel (1ª Examinadora)
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde FCE-UnB

Profª. Drª Tatiana Oliveira Novais (2º Examinadora)
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-Brasília)

Prof. Dr. Fernando Ferreira Carneiro (3º Examinador)
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-Ceará)

Profª Drª Antônia de Jesus Angulo Tuesta (Suplente)
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde FCE-UnB

*Especialmente, à Maria das Graças da Silva (Dona Graça).
Mulher. Negra. Avó. Nordestina. Catadora de reciclável.
Líder. Guerreira. E uma das minhas principais
interlocutoras. À todas as catadoras de materiais
recicláveis do Brasil, que enfrentam um leão por dia.*

AGRADECIMENTOS

Com toda a certeza, este é um dos momentos mais difíceis da tese, consumido por vários sentimentos bons. Faltam palavras para escrever, ao mesmo tempo a mente traz um turbilhão de acontecimentos e nomes a serem agradecimentos. Apesar da emoção que me consome ao ouvir o barulho das teclas do teclado no computador tentarei não esquecer de ninguém. Logo mais embaixo, aceitarei o desafio de refletir e agradecer as principais pessoas e instituições que me apoiaram para o desfecho dessa pesquisa.

À primeiramente, minha mãe Professora com P maiúsculo Sônia Maria por todo o esforço e dedicação empreendidos na minha educação no seu sentido mais amplo humano e profissionalmente. Sem dúvidas só cheguei até aqui por conta de você. Obrigado pelo compartilhamento de afeto, amor e sabedoria em todos os momentos.

Ao meu pai Francisco Washington quando do seu jeito durão, nordestino firme, me falou algumas boas verdades. Obrigado pai, elas foram fundamentais para eu evoluir enquanto cidadão e seguir no propósito, que incentivo!

A todos da minha família de casa, Francisco Júnior meu irmão e Valentina Rosa minha sobrinha, sem vocês essa jornada teria sido extremamente dura. Agradeço as gargalhadas durante os nossos momentos de diversão, elas foram essenciais.

À minha noiva, Bruna Carvalho, por toda a delicadeza, amor e companheirismo. Você sempre me fez acreditar que era possível, às vezes, afinal não precisamos nos cobrar demais. Obrigado pelas leituras e dicas de como melhorar alguns pontos nesta pesquisa tudo de um jeito doce e amoroso.

À minha orientadora, Sílvia Guimarães, ela não deve saber ainda, mas se tornou a minha referência no mundo acadêmico, nossa o quanto aprendi com você a escutar o outro, além desta pesquisa propriamente dita tive uma excelente professora ao meu lado. Eu agradeço por ter acreditado em mim, desde aquela seleção do mestrado, a partir daí os meus horizontes se abriram! Para esta pesquisa do doutorado, sou grato pela paciência, amizade e a liberdade de sempre estabelecidas no ato de pesquisar.

À minha coorientadora, Izabel Zaneti, por sempre me colocar em boas oportunidades, desde aquele projeto de extensão onde tentávamos construir uma Universidade mais

sustentável e inclusiva socialmente para as catadoras. Obrigado pelo entusiasmo, amizade e alegria que emana quando nós encontramos.

À Associação Cataguar de Ceilândia, por ter aberto as portas para eu conhecer mais sobre a realidade do trabalho na reciclagem e a vida das catadoras. Agradeço pelas oportunidades de troca e ao mesmo tempo de convivência que nós estabelecemos durante todo esse tempo juntos. Eu acredito que não iremos parar por aqui!

À minha Universidade formadora, UnB, especialmente a Faculdade de Ceilândia pela excelente formação profissional e política que me proporcionou, desde o meu pertencimento enquanto discente em 2008 até aqui foram oportunidades únicas.

A todos os servidores que trabalham com excelência no desenvolvimento institucional do Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde (PGCTS/UnB), por atenderem todas as minhas necessidades durante a minha experiência acadêmica.

À minha instituição profissional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, por ter me concedido licença pós-graduação para me dedicar no período de dois anos mais ativamente à essa pesquisa.

À banca de qualificação, professor Breitner Tavares; Professoras Érica Quinaglia e Antônia Ângulo, por todas as considerações que me fizeram repensar e aprimorar alguns direcionamentos desta pesquisa.

Às professoras e professores de excelência que tive na minha jornada acadêmica Clélia Parreira, Patrícia Escalda, Olga Albuquerque, Soraya Fleisher, Camila Potyara, Luciana Sepúlveda, Tatiana Novais, José Iturri e Sérgio Schierholt carrego um pouquinho de cada uma de vocês comigo.

E por fim, mas não menos importante, aos meus amigos Ione Barros, Fernanda Campanati, Mariana Nóbrega, Jefferson Ricardo, Felipe Dawson, Fabinho, Washington Baiano, Antônio Cipriano, Caio William, Antônio Mattos, Igor Albuquerque, Aline Luz, Camila Rufino e Wellen Feitosa. Vocês alguns de forma mais direta e outros de forma indireta contribuíram para esse desfecho aqui. Um muitíssimo obrigado a todos pela amizade. Afinal, ninguém alcança os sonhos sozinho.

*“Sem imaginário não há projeto,
não há utopia,
nem mundo a construir”
(Enriquez, 1997)*

RESUMO

As catadoras de materiais recicláveis estão inseridas em um contexto de precarização da vida e do trabalho. Essas trabalhadoras mostram uma vida complexa em meio as marcas da total desassistência por parte do Estado através das políticas públicas e a violência do mesmo. Diante disso, esta pesquisa tem por objetivo principal compreender as especificidades relacionadas à vida na periferia urbana, ao trabalho precarizado e as desigualdades perante à saúde em época da proliferação do Sars-CoV-2 e do agravamento da covid-19 na realidade dessas trabalhadoras informais. Para tanto, realizou-se uma etnografia com observação e acompanhamento denso do cotidiano dessas mulheres durante a emergência em saúde pública do novo coronavírus no Distrito Federal. A pesquisa de campo contou, especialmente com constantes conversas realizadas via *WhatsApp*, entrevistas semiestruturadas e busca de informações nas redes sociais digitais. Os resultados revelam que a realidade imposta pela pandemia do novo coronavírus agravou mais ainda o contexto de vulnerabilidade social das catadoras. As questões de destaque relacionadas às vidas vulnerabilizadas em um contexto de pandemia devem-se a informalidade e insalubridade do trabalho, as dificuldades para assegurar o direito à saúde, além da marcante desigualdade de gênero. Nesse contexto caótico, as catadoras vêm produzindo práticas autogestadas da luta coletiva e do protagonismo comunitário. Acionaram redes comunitárias de apoio social nos territórios. Ao mesmo tempo, essas práticas são uma denúncia às violações que estão sofrendo. Por fim, a crise sanitária instaurada pela proliferação do Sars-CoV-2 evidenciou que essas trabalhadoras são as mais frágeis no ciclo da reciclagem, o que intensifica a necessidade da proteção social do Estado em suas vidas, tanto no momento da pandemia quanto pós-pandemia da covid-19, na tentativa de superação da invisibilidade social da categoria.

Palavras-chave: Catadoras de materiais recicláveis; Desigualdades sociais; Precarização do trabalho; Vulnerabilidade em saúde; Covid-19.

ABSTRACT

The waste pickers women are inserted in a context of precarious of life and work. These workers show a complex work amidst the marks of total lack of assistance by the State through public policies and its violence. Therefore, this research aims to understand the specifics related to life in the urban periphery, precarious work and health inequalities at the time of the proliferation of Sars-CoV-2 and the worsening of covid-19 in the reality of these informal workers. Therefore, an ethnography was carried out with observation and close monitoring of the daily lives of these women during the public health emergency of the new coronavirus in the Federal District. The field research relied, especially on constant conversations carried out via *WhatsApp*, semi-structured interviews and search for information on digital social networks. The results reveal that the reality imposed by the new coronavirus pandemic further aggravated the social vulnerability context of waste pickers. The highlighted issues are related to vulnerable lives in a pandemic context, due to informality and unhealthy work, the difficulties in ensuring the right to health, in addition to the marked gender inequality. In this chaotic context, the waste pickers have been producing self-organized practices of collective struggle and community protagonism. They activated community networks of social support in the territories. At the same time, these practices are a denunciation of the violations they are suffering. Finally, the sanitary crisis brought about by the proliferation of Sars-CoV-2 showed that these workers are the most fragile in the recycling cycle, which intensifies the need for social protection of the State in their lives, both at the time of the pandemic and post- covid-19 pandemic, in an attempt to overcome the social invisibility of the category.

Keywords: Waste pickers; Socioeconomic factors; Employment; Health vulnerability; Covid-19.

RESUMEN

Las recolectoras de materiales reciclables se insertan en un contexto de precariedad de vida y trabajo. Estas trabajadoras muestran un trabajo complejo en medio de las marcas de la total falta de asistencia del Estado a través de las políticas públicas y su violencia. Por tanto, esta investigación tiene como objetivo comprender las especificidades relacionadas con la vida en la periferia urbana, el trabajo precario y las desigualdades en salud en el momento de la proliferación de Sars-CoV-2 y el agravamiento del covid-19 en la realidad de estas trabajadoras informales. Por ello, se realizó una etnografía con observación y seguimiento cercano de la vida cotidiana de estas mujeres durante la emergencia de salud pública del nuevo coronavirus en el Distrito Federal. La investigación de campo se basó, sobre todo, en conversaciones constantes realizadas a través de *WhatsApp*, entrevistas semiestructuradas y búsqueda de información en redes sociales digitales. Los resultados revelan que la realidad impuesta por la nueva pandemia de coronavirus agravó aún más el contexto de vulnerabilidad social de las recicladoras. Los temas destacados están relacionados con vidas vulnerables en un contexto pandémico, por la informalidad y el trabajo insalubre, las dificultades para garantizar el derecho a la salud, además de la marcada desigualdad de género. En este contexto caótico, las recicladoras vienen produciendo prácticas autoorganizadas de lucha colectiva y protagonismo comunitario. Activaron redes comunitarias de apoyo social en los territorios. Al mismo tiempo, estas prácticas son una denuncia de las violaciones que están sufriendo. Finalmente, la crisis sanitaria provocada por la proliferación de Sars-CoV-2 mostró que estas trabajadoras son las más frágiles en el ciclo del reciclaje, lo que intensifica la necesidad de protección social del Estado en sus vidas, tanto en el momento de la pandemia y la pandemia post-covid-19, en un intento por superar la invisibilidad social de la categoría.

Palabras clave: Colector de materiales reciclables; Factores socioeconómicos; Empleo; Vulnerabilidad en salud; Covid-19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Área interna das esteiras na Usina do P Sul	64
Figura 02 – Galpão de triagem de materiais recicláveis	64
Figura 03 – Sala do galpão de triagem de materiais recicláveis.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Perfil das trabalhadoras catadoras entrevistadas.....	69
Quadro 02 – Apresentação das notícias incluídas veiculadas em algumas mídias digitais referente a realidade das catadoras do DF.....	82

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01 – Distribuição da PEA e da população dos desempregados por raça/cor Distrito Federal – abril a setembro de 2020.....	118
--	-----

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Manuscrito “Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: revisão integrativa”	148
Anexo B – Manuscrito “Condições de trabalho e saúde de uma associação de catadores de materiais recicláveis de Ceilândia/DF”	150
Anexo C – Manuscrito “Agência, redes de cuidado e o cotidiano no trabalho de catadores de materiais recicláveis no DF”	151
Anexo D – Capítulo de livro “Perspectiva crítica da situação social de vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis”	153
Anexo E – Manuscrito “Catadoras de materiais recicláveis e o cuidado em saúde: subvertendo estruturas de desigualdade”	154
Anexo F – Chamada de submissão para o E-book	156
Anexo G – Sobre a revista e as diretrizes para autores	158
Anexo H – Política editorial e as normas de publicação	170
Anexo I – Questões norteadoras para observação no campo	188
Anexo J – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	189
Anexo K – Registro fotográfico da rede de apoio	191

LISTA DE SIGLAS

OMS	Organização Mundial da Saúde
ABS	Atenção Básica em Saúde
AL	Alagoas
ANCAT	Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis
BH	Belo Horizonte
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
Cadúnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cataguar	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis do Guará
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CE	Ceará
CEI	Campanha de Erradicação das Invasões
CENTCOOP	Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal
CEP	Código de Endereçamento Postal
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Covid-19	Corona Virus Disease 2019
DF	Distrito Federal
DPDF	Defensoria Pública do Distrito Federal
DSS	Determinantes Sociais de Saúde
EPC	Equipamentos de Proteção Coletiva
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESF	Estratégia Saúde da Família
FCe	Faculdade de Ceilândia
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GDF	Governo do Distrito Federal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRRs	Instalações de Recuperação de Resíduos
MG	Minas Gerais
MNCR	Movimento Nacional das Catadores(as) de Materiais Recicláveis
MPC-DF	Ministério Público de Contas do Distrito Federal
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
MPMG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
MPT	Ministério Público do Trabalho
MT	Mato Grosso
PBF	Programa Bolsa Família

PDAD	Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios
PED-DF	Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RN	Rio Grande do Norte
Sars-Cov-2	Severe Acute Respiratory Syndrome – Related Coronavirus 2
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SES-DF	Secretária de Estado de Saúde do Distrito Federal
Shis	Sociedade de Habitação de Interesse Social
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UF	Unidade Federativa
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
Unicadores	União Nacional de Catadores(as) de Materiais recicláveis do Brasil
USP	Universidade de São Paulo
UTMB	Usina de Tratamento Mecânico Biológico

Poema de Tatiana Oliveira Novais em coautoria com Joaquim Pedro Ribeiro
 Vasconcelos

Lida cotidiana laboral da cata

Lista de erratas:

*Redes de cuidado/ lê-se Doro-Solidariedade
 Desigualdades no trabalho/ lê-se Invisibilidade
 O contexto das catadoras / lê-se Mães pretas
 Materiais recicláveis / lê-se Vidas descartáveis
 Cidade da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI)
 Candango – lê-se Gente ruim, ordinária, perversa
 como os escravizados se referiam
 Aos portugueses, que traficavam pessoas
 No DF, como foram chamados os
 Refugiados da maior seca - 1950
 Para a construção da Capital Federal
 Produzindo genocídio dos povos originários
 Que aqui habitavam
 E massacres históricos
 De trabalhadores
 Faroeste caboclo*

*Assim veio a avó do Joaquim
 Mulher. Negra. Nordestina.
 Catadora de reciclável
 Líder. Guerreira
 E entre dilemas e lutas históricas por
 Melhoria das condições de vida
 Nasceu JOAQUIM PEDRO
 Xará do príncipe colonizador
 RIBEIRO VASCONCELOS
 Sobrenomes dos convertidos
 Ao catolicismo
 Estratégias capitalistas
 De apagamentos
 Suas vivências ancestrais e
 Acadêmicas, fruto de reparação*

*GRITA
 A dor é preta
 Interseccional
 Vindas das sombras, do vazio, da ausência
 Silenciamento
 Racismo
 Machismo
 Violência sexual*

*Feminicídio
Genocídio da juventude preta
Histórico de opressões cotidianas*

*Joaquim dialoga com outras mulheres pretas
Vilma Piedade, Carolina Maria de Jesus,
Ângela Davis, Kimberle,
Patrícia Coolins, Bell Hooks
E 46% de AUTORAS MULHERES
Nas suas 132 referências oficiais
E tantas outras de vida*

*Deus recicla, o diabo incinera
O Capitalismo
Produz
População consumidora, individualista
Alienada
Injusta socialmente
Sintomas mórbidos*

*No perverso cenário pandêmico
Imunidade de rebanho
Mbembe nas suas águas de Áfricas
Descarada Necropolítica
Provocam regimes de medo e insegurança*

*Medo de contrair o vírus
Medo da fome
Medo do despejo
Medo do desemprego*

Que emprego?

Impossibilidade do necessário do isolamento e distanciamento social

Desigualdade sistêmica

*Mulheres pretas socialmente marginalizadas
Violências institucionais e de gênero
Repetidamente denunciadas
a violação de direitos
estigmatização da pobreza
Precárias condições de trabalho
Insalubridade
violência institucionalizada*

Preconceituosa, desamparadas, estigmatizada e invisibilizada

*Falta de lazer, baixa escolaridade
alimentação inadequada*

*Moradia precária**“A vida no território da periferia não é individualizada”**Os barracos têm o mesmo CEP**Quando tem CEP**Carência de saneamento básico**Violência urbana**Negação de direitos**Programas ineficientes**Baixa escolaridade**Dificuldade latente de acesso aos serviços de saúde**Violação e negação à vida**Desemprego estrutural**Subemprego**Jornada contínua**Resume-se**Questões interseccionais**Mãe preta**Camuflada na linguagem cifrada**Acadêmica**Raça e gênero**No corpo individualizado**Dificuldade de concentração e insônia**Ansiedade, desamparo, frustração e humilhação**Causar mal-estar, cefaleias e náuseas**Verminoses**Infecção intestinal**Gripe, leptospirose**Dengue, meningite, dor de cabeça**Dor de dente, febre, alergia**Náusea**Dores de cabeça, erupções cutâneas**Indigestão, oscilação de humor**Óbitos**Genocídio**Solidariedade**Resquício de humanidade**Do viver em comum-unicidade**Só atuam nos sintomas**A Reciclagem está para o meio ambiente**Como a atenção à saúde está para o Bem Viver**Da ilusão separação**Da mãe natureza**E da necessidade que temos*

De uns dos outros para sobreviver

“a gente tá esquecido, parece que a gente não existe”,

*Catadoras reféns da situação de fome,
Perdem sua autonomia e poder de decisão*

PESSOAS DESCARTÁVEIS

*Nós do lixo, elas da limpeza
Caminhamos sobre o mundo adoecido
Pelo vírus capitalista
Que mundo vamos construir?
Onde não haja lixo
Nem pessoas descartáveis?*

Inéditos viáveis

SUMÁRIO

Apresentação: pertencimento do pesquisador e relações com o tema	23
1. INTRODUÇÃO	31
2. FUNDAMENTAÇÃO CRÍTICA E TEÓRICA	39
2.1 O OLHAR DA SAÚDE COLETIVA PARA A VIDA DAS CATADORAS	39
2.2 DA OCUPAÇÃO NO BRASIL	47
2.3 DA VULNERABILIDADE DAS MULHERES CATADORAS	56
3. MÉTODOS E TÉCNICAS: CAMINHOS PERCORRIDOS	60
3.1 DA CIDADE DE CEILÂNDIA	60
3.2 DA ASSOCIAÇÃO PARTICIPANTE	62
3.3 DOS PROCEDIMENTOS E DAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	66
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
4.1 DA REALIDADE DAS CATADORAS RETRATADA NAS MÍDIAS DIGITAIS ..	70
4.2 IMPLICAÇÕES E DILEMAS VIVIDOS NA PANDEMIA	85
4.3 DAS NARRATIVAS DAS CATADORAS EM ÉPOCA DA COVID-19	100
4.3.1 As consequências da covid-19 relacionadas ao cotidiano de vida	100
4.3.2 As circunstâncias do trabalho em época do novo coronavírus	112
4.3.3 A saúde das catadoras frente a pandemia da covid-19	124
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	148
ANEXO A – Manuscrito “Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: revisão integrativa”	148
ANEXO B – Manuscrito “Condições de trabalho e saúde de uma associação de catadores de materiais recicláveis de Ceilândia/DF”	150
ANEXO C – Manuscrito “Agência, redes de cuidado e o cotidiano no trabalho de catadores de materiais recicláveis no DF”	151
ANEXO D – Capítulo de livro “Perspectiva crítica da situação social de vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis”	153
ANEXO E – Manuscrito “Catadoras de materiais recicláveis e o cuidado em saúde: subvertendo estruturas de desigualdade”	154
ANEXO F – Chamada de submissão para o E-book	156
ANEXO G – Sobre a revista e as diretrizes para autores	158
ANEXO H – Política editorial e as normas de publicação	170
ANEXO I – Questões norteadoras para a observação no campo	188
ANEXO J – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	189

ANEXO K – Registro fotográfico da rede de apoio 191

Apresentação: pertencimento do pesquisador e a relação com o tema

Esta tese é fruto do aprofundamento de questões levantadas na dissertação do mestrado (Vasconcelos, 2016), que teve como objetivo principal compreender como os catadores e as catadoras de materiais recicláveis agenciavam o cuidado em saúde e quais instâncias acionavam para resolubilidade dos seus problemas cotidianos. Essa experiência apresentou questões que mereciam aprofundamento especialmente com as mulheres catadoras, foco central desta pesquisa no doutorado. O projeto de pesquisa de doutorado, tinha como **pergunta principal** de que forma a realidade social de vida, trabalho e saúde coloca em uma situação mais precária as mulheres catadoras de materiais recicláveis? E o **objeto da pesquisa** se referia as condições sociais de precarização de vida, trabalho e saúde específicas das mulheres catadoras de materiais recicláveis da Associação Cataguar em Ceilândia-DF, em uma perspectiva interseccional. No entanto, diante da crise sanitária a esse objetivo de pesquisa somou-se compreender a produção de entendimentos e vivências das trabalhadoras da reciclagem diante da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, enfatizando o contexto dessas mulheres como negras, vulnerabilizadas e moradoras de periferias urbanas.

Diante do momento atual de crise desencadeada pela proliferação do *Severe Acute Respiratory Syndrome – Related Coronavirus 2* (Sars-CoV-2) em todo o território nacional e do início da situação de emergência em saúde pública decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foram indicadas restrições às atividades sociais e econômicas no Distrito Federal (DF), cuja finalidade visava ampliar o isolamento e distanciamento social entre as pessoas. Isso aconteceu a partir do dia 11 de março de 2020. O DF foi a primeira Unidade Federativa (UF) a tomar essa decisão, sendo que esse território abarca 11% das catadoras de todo o Brasil¹. Dessa forma, no dia seguinte a essa decisão do GDF, passei a acompanhar de forma mais intensa esse novo cenário e acabei por emergir nas experiências dessas trabalhadoras frente as consequências e circunstâncias geradas pela pandemia da *Corona Virus Disease 2019* (covid-19). Isso aconteceu por uma demanda delas e por sentimentos que me tomaram. Com a pandemia, as pessoas se viram inseridas em vários contextos de medo, paralisia ou ansiedade, mas, para mim, sentia que esses seriam

¹ Saber mais em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/11/4891464-distrito-federal-tem-11-dos-catadores-de-reciclaveis-do-pais.html>

aliviados se estivesse atuante e ao lado delas com quem vivia uma interação de parceria ao longo dos anos de pesquisa. A situação que se vislumbrava para essas mulheres e suas famílias era de grande gravidade.

Antes da pandemia, havia aprofundado questões referentes à desigualdade social perante a saúde na vida dos catadores e das catadoras. Na pandemia, essas questões ampliaram-se, e geraram paradoxos que serão discutidos ao longo do texto com relação às recomendações sanitárias do “fique em casa”, da higienização e do isolamento e distanciamento social. O vírus escancarou a perversidade das disparidades sociais e econômicas entre as classes sociais. No caso dessas trabalhadoras, o novo coronavírus se acoplou às melindrosas condições de trabalho; à vulnerabilidade das mulheres catadoras; às experiências negativas relacionadas ao acesso e o direito à saúde no dia a dia; e à violência protagonizada pelo próprio Estado diante da ausência de ações de proteção social para a categoria.

Nesse sentido, antes de entrarmos especificamente no tema desta pesquisa, faço um panorama da minha relação com a pesquisa. No que se refere a minha trajetória, ao longo das minhas vivências acadêmicas, iniciada no ingresso ao curso de bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB) na Faculdade de Ceilândia (FCe), trabalhei em diferentes oportunidades com grupos invisíveis socialmente e estigmatizados. Entre alguns deles, me lembro bem dos momentos de interação com as catadoras, os indígenas hospitalizados em Brasília, os trabalhadores informais de uma feira e as crianças de duas escolas periféricas. Escolhi entender o cotidiano e produzir intervenções direcionadas para esses grupos sociais pelo fato de perceber que no mundo existem pessoas que sobrevivem e resistem a diferentes tipos de opressões de acordo com sua posição social na sociedade. Esse contexto de submissão interfere exponencialmente na situação de saúde desses grupos sociais.

Essa minha inserção em pesquisas que tratava da desigualdade em saúde se intensificou quando cursei na graduação a disciplina Saúde, Ambiente e Trabalho, quando tive a oportunidade de realizar um estudo incipiente sobre as condições precárias de vida e trabalho de pessoas que viviam na informalidade, vendendo CD`s e DVD`s na feira central de Ceilândia. Ao mesmo tempo, que tentavam sobreviver e prover condições mínimas para seus familiares, sofriam e conviviam com as perseguições truculentas por parte das instâncias de fiscalização do Estado, por conta da ilegalidade de seu trabalho.

Em seguida, pude conhecer pela primeira vez a realidade das catadoras de uma associação, a qual funcionava na Usina de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos, no bairro P. Sul, em Ceilândia. Os contextos de vida e trabalho delas me tocaram, especialmente em dois trabalhos acadêmicos desenvolvidos nas disciplinas: Fundamentos da Educação em Saúde; e Informação, Educação e Comunicação em Saúde. Desenvolvi atividades de campo que me propiciaram entender melhor a realidade social do ser catadora e me aproximaram do contexto relacionado ao mundo do trabalho e das condições sanitárias cotidianas dessa ocupação. Inicialmente, o foco da minha aproximação com aquela realidade era a construção de intervenções de promoção da saúde, utilizando abordagens da educação popular, visando a prevenção das doenças ocupacionais e a melhoria da saúde ocupacional.

Destaco que na maioria dos meus trabalhos acadêmicos, o território escolhido sempre foi a cidade de Ceilândia, porque nasci nessa cidade e sou morador há trinta anos. E também por entender que o novo campus da UnB tem um papel importante no envolvimento das demandas da cidade, no que se refere à saúde, educação e cultura, visando sempre a sua atuação para transformação da sociedade ou melhoria da mesma. Ou seja, eu enquanto estudante dessa universidade teria que reverter meu conhecimento adquirido para esse território, tão demandante de políticas públicas e igualmente de pesquisas.

Dessa maneira, a partir do engajamento nessas atividades acadêmicas conheci melhor minha cidade, especialmente logo nos semestres iniciais da graduação, quando participei de um projeto de extensão, onde tive contato ativo com os movimentos sociais locais, tendo acesso as histórias de luta dos moradores e os dilemas da grandiosa Ceilândia. Todo esse envolvimento de idas e vindas na minha trajetória nesse território foi preponderante para a escolha da continuidade de atuação nesse espaço.

Em seguida, destaco a participação no projeto de extensão idealizado por mim e alguns colegas referente à coleta seletiva solidária no Campus Ceilândia da UnB, através dele mais uma vez consegui mergulhar no cotidiano das catadoras, principalmente referente a sua importância para o cuidado com o meio ambiente e a sustentabilidade. Embora nesse momento já me inquietava saber que o discurso de proteção ao meio ambiente sempre estava pautado com maior relevância no universo

acadêmico do que a própria vida e existência das pessoas que sobreviviam dos resíduos sólidos nos centros urbanos.

Então, aí surge o meu compromisso em discutir a realidade social de vida, trabalho e saúde no contexto dessas trabalhadoras, tornando-se algo preponderante com mais significado para mim devido aos sistemas de opressões vividos injustamente. Somadas a isso, veio a vontade de compreender em uma perspectiva mais crítica a realidade apresentada pelos estudos de abordagem quantitativa que versava a temática. Considero que para uma análise aprofundada sobre as necessidades em saúde das catadoras é fundamental a discussão sobre o modelo de organização da sociedade de classes. Tendo em vista que, essa organização propositalmente ocasionada pelo modelo econômico capitalista é intencionalmente produtora de desigualdades sociais, perspectiva essa pouco trabalhada na área das ciências da saúde.

Outro momento marcante a qual me motiva a estudar na perspectiva das Ciências Sociais, foi a experiência na iniciação científica e extensão quando realizei trabalhos com indígenas hospedados na Casa de Saúde Indígena do DF, pois nessa oportunidade mantive maior contato com as teorias das Ciências Sociais e Humanas na Saúde Coletiva, principalmente referente ao método do fazer etnográfico.

Por fim, relacionado ao meu caminho acadêmico em um momento mais recente, agora como estudante de doutorado, cursei duas disciplinas no Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, intituladas: Fundamentos da Política Social; e Teoria e Método nas Ciências Sociais. Ambas as disciplinas foram importantes para entender a lógica da sociabilidade capitalista e as contradições existentes no campo das políticas sociais relacionadas ao próprio direito à saúde e a sustentabilidade.

Nesse sentido, venho trilhando uma trajetória ao longo da minha formação acadêmica interdisciplinar, a qual o meu interesse e a minha motivação pela temática advêm das experiências em estudos científicos e ações de extensão no tratamento das questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente. Foram todos esses percursos formativos apresentados aqui, por meio da extensão universitária e na própria iniciação científica que me fizeram pesquisar no mestrado sobre o cotidiano da categoria. Então, foi durante a pesquisa do mestrado o momento em que vivi um contato mais intenso com a realidade social desse grupo de trabalhadoras informais, principalmente referente ao universo das mulheres catadoras, pois essas eram

maioria expressiva no contexto da associação estudada e foram sempre de forma espontânea as minhas principais interlocutoras. Tendo estado presente nesse contexto desde a graduação, elas sempre cobraram meu regresso.

Assim, a partir da pesquisa de campo realizada no mestrado, surgiu outra problemática de estudo para ser aprofundada no doutorado, essa com mais afeto e emoções, relacionada às opressões sofridas e as situações precárias de vida, trabalho e saúde que estavam submetidas as mulheres catadoras quando comparadas aos homens catadores. As mulheres negras além das opressões das condições sociais inerentes à profissão de catadoras, elas ainda enfrentam a opressão de gênero.

Além desse fato, ao longo das minhas vivências notei que às condições de trabalho poderiam ser melhores, dando dignidade às trabalhadoras, tendo em vista que as mazelas sociais do modelo de sociedade poderiam ser minimizadas caso o Estado de fato agisse acolhendo as demandas e ouvindo a categoria, tendo atenção direcionada para elas. Já que no dia a dia, se responsabilizam conjuntamente com o governo pela gestão dos resíduos sólidos. Mas, a realidade dessas mulheres, antes da covid-19 e também no período da pandemia, mostram que estão totalmente desamparadas e desassistidas das ações estatais em todas as esferas, resistindo assim a situações de adoecimento, sofrimento e agravamento à saúde do ponto de vista físico e psicológico.

Dessa maneira, para esta pesquisa do doutorado, busquei analisar a situação de vida precária das mulheres catadoras inseridas em uma desigualdade sistêmica e institucional do capitalismo. Sobretudo, acompanhei essas trabalhadoras, talvez em um dos períodos mais críticos da vida delas observado até hoje, na pandemia da covid-19. Marca a realidade do trabalho da catação as péssimas condições de trabalho e a precariedade da vida. Diante das ausências do Estado, seja na oferta mínima do acesso a saúde pública, moradia, habitação ou na assistência social. As relações entre Estado e a sociedade para as catadoras mostra-se circunscritas às contradições, entretanto mesmo frente a essas adversidades elas movimentam uma vida comunitária criativa e resiliente.

Esse cenário é da vida de mulheres negras subordinadas a uma lógica de exploração massiva dos seus corpos e valorização do capital. Essa realidade problemática se relaciona com o modelo de sociedade produtora de desigualdades estruturais, que exercem mais influências negativas sobre as condições de saúde da classe trabalhadora do que as próprias doenças, riscos de infecções ou agravos à

saúde implicadas no cotidiano laboral da cata. Ao mesmo tempo que ferem a dignidade humana e cidadania.

Com isso, estudos desta natureza pode vir a revelar alguns aspectos importantes da realidade dessas mulheres, que poderão subsidiar contribuições para a construção de políticas públicas ou ações em saúde do sistema oficial, que em um futuro poderão minimizar as sequelas desse modelo de sociedade. Principalmente, referente à diminuição das causas e fatores evitáveis que influenciam danosamente a saúde das mulheres catadoras, muitos ocasionados por opressões cotidianas. Assim, é essencial que as políticas de inclusão social acompanham o reconhecimento e organização dessas mulheres como pessoas ativas na sociedade, contemplando suas singularidades e demandas, constituindo assim processos participativos conjuntamente com a classe trabalhadora.

Além desses elementos apresentados, acredito que outras circunstâncias pessoais e afetivas influenciam e me mobilizam nesse processo do ato de pesquisar e continuar pesquisando a realidade das catadoras. A pergunta que me faço internamente é: por que sigo com tal opção? Para essa resposta, é necessário eu contar um pouco da minha posição no mundo. Minha mãe veio do interior de Minas Gerais (MG) para Brasília de família humilde, acompanhada dos seus familiares, o pai vaqueiro, a mãe doméstica e os doze irmãos vieram em busca de melhores condições de vida na recém criada capital do Brasil. Quando minha mãe se casou com meu pai ela trabalhava em dois subempregos e após um tempo teve dois filhos, eu e meu irmão. Vivíamos na Ceilândia, cidade da periferia de Brasília, onde meu pai na época “ganhou” uma casa do governo através de um programa habitacional chamado antigamente de Sociedade de Habitação de Interesse Social (Shis). Logo, minha mãe sentiu a necessidade de ter uma ajudante no cuidado com a casa e das crianças, principalmente quando veio o seu caçula, eu.

Minha prima, mais velha, então veio de MG para cuidar de mim e estudar no DF. Ela, esteve presente até a minha adolescência, e após voltou para a sua cidade natal onde se casou e vive lá até hoje, trabalhando em contextos precários junto com seu marido. Em 2013, quando fui lhe fazer uma visita, ela estava trabalhando de cortadora de cana-de-açúcar. Em uma conversa ou outra com ela, percebi as condições extremas de trabalho em que ela vivia. Acordava na madrugada escura e saía para trabalhar às quatro horas da manhã. Passava o dia todo exposta ao sol, não tinha bons equipamentos de proteção individual, executava todas as suas atividades

de forma manual e recebia muito pouco pela quantidade de cana cortada. Diariamente, essa é a sua labuta, às vezes, locomovia-se por longas duas horas no ônibus junto a outras trabalhadoras para as fazendas mais distantes da cidade onde moram.

Essa situação logo me causou espanto, não havia direitos trabalhistas, o seu corpo era explorado ao extremo pelo dono da fazenda, ao contrário recebia muito pouco pelo dia trabalhado. Eu queria então pesquisar a realidade dela e sua relação com o mundo do trabalho, colocando suas contradições e as associando com a situação de saúde, mas acabei não tendo condições de realizar esse estudo e compreender melhor o universo das cortadoras de cana-de-açúcar.

Nesse sentido, apesar das singularidades específicas de cada ocupação, a realidade da mulher negra, do interior de MG, apresenta similaridades com as histórias de vida, as condições sociais e de trabalho das mulheres negras catadoras no contexto urbano da Ceilândia. Muitos aspectos de suas trajetórias de vida se assemelham quando conhecidos. Ambos os grupos de trabalhadoras são exploradas pelo sistema capitalista o qual vive as margens da sociedade e as opressões cotidianas deixam marcas nas suas trajetórias de vida que afetam suas condições de saúde. E é isso me faz continuar imergindo no universo da realidade social de vida, trabalho e saúde das mulheres catadoras, principalmente depois da pesquisa do mestrado revelar uma situação de exposição à violência das mulheres catadoras. De forma significativa as narrativas de vida dessas mulheres, que se situaram como minhas principais interlocutoras em campo, tocaram-me de forma afetiva.

As condições de saúde das mulheres negras catadoras estão relacionadas a sua posição socioeconômica, de classe social que esse grupo ocupa na sociedade e no mundo do trabalho em si. Refletem assim marcadores sociais da diferença de gênero, classe e raça os quais produziram mais impactos durante a covid-19 (Estrela, 2020). O contexto periférico, a ineficiência das ações estatais em prover uma vida digna à essas mulheres, a total ausência do Estado no ambiente de trabalho de sua própria responsabilidade e a capacidade de resistência para enfrentamento das dificuldades estão presentes no cotidiano dessas trabalhadoras.

Diante do exposto, as questões implicadas nas diversas formas de opressões na sociedade me guiam desde o ingresso à Universidade. O ingresso na Universidade também me marcou quando me reconheci como homem preto, periférico da Ceilândia. “Eu sou. Nós somos ou precisamos ainda Ser. E quando Somos, nem sempre

encontramos a delícia de se saber Quem é... O Racismo declara, de forma ora sutil, ora agressiva, violenta... Não... vocês não São..." (Vilma Piedade, 2017). Sou de família de negros, minha adolescência foi marcada pelos preconceitos e dilemas por causa da região onde eu moro ou pelos aspectos fenotípicos (lábios grossos, cabelo crespo, etc.). Por meio das cotas raciais consegui acessar o mundo universitário, acredito que sem elas eu não teria conseguido êxito na aprovação do vestibular, pois era um espaço na época distante. Nesse ensejo, fui o segundo de muitas gerações passadas da minha família a ingressar em uma Universidade pública, hoje o único a almejar o título de doutor.

Diante desses elementos, percebi que tenho o dever e a responsabilidade de discutir a realidade de diversos grupos sociais, as vulnerabilidades estruturais que afeta a saúde, no mundo acadêmico e externo. Para mim, a finalidade principal desta tese se constitui em um dever ético e político de discutir as desigualdades sociais; portanto, trata-se de uma escolha política que aponto aqui, de não me envolver em pesquisas sem a reflexão dos impactos que podem ter em alimentar estruturas de opressão no mundo contemporâneo das classes trabalhadoras. O interesse perpassa posicionamentos políticos, em ter um pensamento ideal de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, que tenha um Estado de fato atuante no atendimento das reais necessidades das minorias por meio de políticas sociais eficientes, como o direito à saúde pública universal, integral, equânime e qualidade, o direito à educação e vida com maior dignidade.

Acredito que essa problemática precisa ainda ser pesquisada e aprofundada na área da saúde, mesmo não se tratando de um estudo que evidencia a descoberta de um novo medicamento promissor para a cura de determinada doença ou uma tecnologia aplicada à clínica. Apresento aqui um tema complexo, no sentido que os meandros de sua compreensão requerem análise aprofundada dos discursos e das práticas, que parta de uma compreensão ampliada do universo das catadoras na perspectiva das ciências sociais na saúde coletiva. Acredito na importância deste tipo de estudo para servir como base de futuras proposições de ações e construções participativas de pesquisa voltadas para a categoria.

Assim, tentarei responder ao longo desta tese a seguinte pergunta: de que maneira a pandemia da covid-19 tornou mais precária a realidade social de vida, trabalho e saúde as mulheres catadoras de materiais recicláveis? Entendo aqui vidas precárias nos termos de Judith Butler (2015), quando a autora afirma que todas as

vidas são precárias, viver é sempre viver uma vida vulnerável desde o início, mas a autora continua com a pergunta: quais contam com condições materiais, sociais e existenciais de se fazerem uma vida vivível? No cenário de desigualdade sistêmica, algumas vidas são apontadas como não necessitando de proteção contra a violência, a fome ou pandemias. Essas podem ser eliminadas de uma hora para outra a partir do exterior e por motivos que nem sempre estão sob o controle das pessoas.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo revela experiências vividas diante da pandemia mundial da covid-19, doença infectocontagiosa a qual acomete a sociedade contemporânea. Considera-se o contexto das mulheres catadoras no que se referem as circunstâncias e consequências da covid-19 no cotidiano da vida, do trabalho e cuidado em saúde. Esta investigação de cunho qualitativo, construiu-se através da convivência e das narrativas das trabalhadoras da reciclagem vinculadas a uma associação do DF, a Cataguar - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis do Guará, com sede na “periferia” de Ceilândia no DF.

Segundo Aquino et al. (2020), a rápida proliferação do Sars-CoV-2 provocou um número elevado de mortes e consequentemente o esgotamento dos recursos dos sistemas de saúde no Brasil. Seguimos o argumento cunhado pelos estudos antropológicos que questionam a ideia de que o novo coronavírus alcança todas as pessoas da mesma maneira, observou-se que isso não se deu ao longo da pandemia, o vírus não atingiu indiscriminadamente todos os grupos sociais, mas afetou e matou mais aquelas que não possuem suportes socioeconômicos e consequentemente trabalhistas (DIAS; GUIMARÃES, 2020). Portanto, grupos sociais mais vulnerabilizados, como é o caso das mulheres catadoras, se viram mais inseridas nas ações letais da pandemia, sem sua fonte de renda ou qualquer apoio do Estado. O fazer etnográfico nos permite por uma lente sobre essa realidade e indagar preceitos universalistas que vigoram em situações de adoecimento.

No início da proliferação da doença causada pelo novo coronavírus no DF, em março de 2020, o governo local optou pelo fechamento das usinas de reciclagem e a suspensão de todas as atividades da coleta seletiva, exceto a coleta convencional. Posteriormente, em meados de maio de 2020, decidiu-se pelo retorno e re-abertura dos espaços de trabalho, inicialmente os galpões de triagem de materiais.

Acompanhamos as implicações da pandemia nas vidas das catadoras de dentro de uma usina de reciclagem, o último local a retornar ao trabalho em relação a outras etapas da coleta seletiva. Nas usinas de reciclagem, acontece a separação de todo o material que vem das residências, são locais totalmente fechados, sem ventilação e com gases provenientes dos resíduos. Essas mulheres vivenciaram mais de cento e vinte dias de suspensão de suas atividades laborais sem uma agenda de Estado efetiva que incluísse ações de fomento a renda. E passaram a se submeter ao trabalho, se responsabilizando pelo contágio com o vírus.

Essas mulheres vivem e trabalham em Ceilândia, onde seu território é marcado pela falta de serviços e políticas públicas e é exposto pela violência, principalmente a estatal. Os vários grupos sociais que vivem e transformam esse território, questionam interpretações estigmatizantes de suas vidas. No território candango, existem vinte e duas cooperativas associadas a Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis do DF (CENTCOOP). Em 2018, foi fechado o maior “lixão ao céu aberto” da América Latina (Froes, 2016), o “lixão da Estrutural”, localizado no DF, e um novo aterro sanitário foi feito na cidade de Samambaia (DF) o qual está relacionado com as usinas de reciclagem, onde atuam as associações e cooperativas.

As catadoras desenvolvem suas atividades laborais em situações precárias, sem nenhum direito trabalhista, além de vivenciarem políticas sociais ineficientes, que não atendem suas necessidades quanto às condições de alimentação, habitação, educação, renda, ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade e acesso aos serviços de saúde. Para Leandro (2011), os processos históricos de industrialização, as formas de exploração da classe operária e os fenômenos de segregação urbana exacerbaram e ainda comprometem as disparidades em matéria de saúde, conduzindo a profundas desigualdades perante a morte, o sofrimento e o adoecimento. Em consoante a esse contexto, a pandemia da covid-19 está revelando que os grupos populacionais os quais historicamente foram negligenciados e desfavorecidos, aqueles com baixa proteção ao emprego e as populações sem acesso adequado aos cuidados em saúde acessíveis estão entre os mais atingidos, especialmente ao maior risco de contaminação, consequentemente de óbitos (SANTOS et al., 2020, p. 236).

De acordo com Barbosa, Costa e Heckscher (2020, p. 61), “os mais afetados em termos de perda de ocupação foram as mulheres, os mais jovens, os pretos e os com menor nível de escolaridade”. Nesse sentido, é de suma importância ter uma

teoria do social a partir do acompanhamento do cotidiano e das narrativas dessas trabalhadoras em tempos da pandemia da covid-19. Deste modo, a pesquisa revela as dimensões da vulnerabilidade dessas mulheres diante das implicações do novo coronavírus em suas vidas, a partir da perspectiva interseccional de mulheres negras que vivem, sobrevivem e (re)existem no contexto das periferias urbanas brasileiras, relacionando a precariedade da vida e do trabalho (CRENSHAW, 2004). Portanto, considerou-se e acompanhou-se os significados e sentidos apreendidos por elas sobre os efeitos do novo coronavírus no cotidiano; a maneira delas viverem em uma realidade marcada por desigualdades diante da crise sanitária; a forma como essas mulheres viveram e sentiram a proteção social do Estado e as estratégias de cuidado empreendidas.

Segundo Kleinman, Das e Lock (1996), os comprometimentos a um tipo particular de modernidade - tecnológica, social e institucional, constroem dilemas morais e as práticas de ver a experiência social como “natural” e “normal”, obscurecendo o jogo de poder na vida social. Nesse sentido, existem diferentes encadeamentos para a vida cotidiana na pandemia, complexos e contraditórios, marcados pelas desigualdades na saúde e opressões historicamente vivenciadas pelas catadoras. Nesse cenário, há implicações políticas e sociais, acarretadas pelas desordens de uma situação pandêmica, as quais serão discutidas.

Ainda, de acordo com Kleinman, Das e Lock (1996), soma-se ao processo de adoecimento o sofrimento social, as ações de poderes políticos, econômicos e institucionais sobre as pessoas e as respostas a problemas sociais advindos dos grupos sociais. É na vida cotidiana das pessoas, nas instituições e organizações do Estado que perpassam essa vida cotidiana, que o novo coronavírus tem capacidade de provocar mudanças ou amplificar opressões e injustiças. Nesses espaços e territórios que constituem as “periferias” e os grupos sociais invisíveis, acontecem o jogo social das contradições.

Desse modo, evidencia-se que a pandemia vivida em escala global não representa a realidade cotidiana de forma homogênea ou universal, principalmente no contexto marcado pelas desigualdades sociais em saúde, haja vista que as principais medidas sanitárias não farmacológicas como a manutenção do isolamento e distanciamento social não são aplicáveis a todos, apesar de terem sido necessárias. Compartilhamos da percepção dos autores Macedo, Ornellas e Bomfim (2020), esses afirmam que há uma lógica socioespacial das favelas, própria desse território, que não

foram consideradas para a formulação das estratégias de enfrentamento pelas agências internacionais de saúde, nem pelos órgãos responsáveis pela saúde no âmbito dos entes federativos.

Embora do ponto de vista biológico a doença seja padronizada a partir do viés da Saúde Pública, a forma como ela se revela socialmente apresenta diversidade de cunho econômico, social e cultural importante de ser compreendida para o entendimento e enfrentamento da crise sanitária, seguindo o paradigma da Saúde Coletiva. A vulnerabilidade social latente dos grupos de trabalhadoras informais e a realidade das regiões de periferias urbanas devem ser consideradas para entender a pandemia. Segundo Costa et al. (2020), há uma maior incidência de epidemias – tal como zika, *Aids* e dengue nas regiões periféricas e vulneráveis dos grandes centros urbanos e isso não foi diferente com a covid-19, consoante a maior concentração de pobreza, a alta densidade demográfica, precárias condições de moradia, carência de saneamento básico e a dificuldade latente de acesso aos serviços de saúde.

Segundo Ayres et al. (2009) a noção de vulnerabilidade busca responder a percepção de que a chance de exposição das pessoas ao adoecimento não é a resultante de um conjunto de aspectos apenas individuais, mas também coletivos e contextuais. Para Caponi (2020, p. 209), “com quase a metade da população vivendo na informalidade no Brasil, desemprego e precariedade, não parece fácil impor o distanciamento social sem criar, ao mesmo tempo, redes socioeconômicas de proteção compensatórias”. Ao mesmo tempo que, a proteção social constitui-se também como uma maneira de promoção da saúde, consoante aos dilemas provocados pela covid-19 no grupo social de catadoras.

De acordo com Carmo e Guizardi (2018), as concepções sobre saúde e vulnerabilidade, começou na epidemia de *Aids* em 1980, onde admitiu-se a fragilidade de alguns grupos ao contágio, tendo assim olhares para o conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais do que apenas ao comportamento individual. De fato, no caso da pandemia da covid-19, as visões individualistas e comportamentais voltadas exclusivamente para os riscos à saúde acabam culpabilizando as pessoas pelas causas e efeitos da pandemia do novo coronavírus no Brasil, esquecendo assim as dimensões individual, social e programática da vulnerabilidade (AYRES et al., 2009).

Desse modo, pontua-se a indispensabilidade de considerarmos na contemporaneidade pandêmica os fatores que transcendem o campo técnico e

biológico do corpo e da doença. Para com isso, aproximar-se da possibilidade de superação da crise sanitária catastrófica instalada pelo Sars-CoV-2, especialmente nas comunidades periféricas e populações vulnerabilizadas onde se inserem as catadoras. Essas trabalhadoras vêm sofrendo consequências econômicas e humanitárias significativas e visíveis diante da vulnerabilidade à covid-19. A partir dessa perspectiva, o prisma para as questões da saúde volta-se para o contexto da vida dessas mulheres no território, tendo em vista as desigualdades sociais estruturais desse grupo de trabalhadoras que permanecem à margem dos direitos básicos, a qual o novo coronavírus escancarou mais ainda essa situação crítica.

As catadoras enfrentam constantemente uma realidade de precariedade do trabalho e da vida, de riscos químicos, biológicos, físicos, ergonômicos e emocionais, além dos acidentes de trabalho (GUTBERLET et al., 2013; ZOLNIKOV et al., 2018). Além dos agravos à saúde provocados pelas atividades da ocupação, há estigmatização e preconceitos. As patologias e sintomas provocados pelo trabalho que agravam diretamente a situação de saúde são: verminoses, infecção intestinal, gripe, leptospirose, dengue, meningite, dor de cabeça, dor de dente, febre, alergia e náusea (JÚNIOR et al., 2013). As morbidades mais frequentes advindas do contato humano direto ou indireto com os resíduos sólidos e recicláveis são as doenças diarreicas, diretamente relacionadas à lavagem das mãos, e aquelas transmitidas por vetores biológicos e mecânicos (DALL'AGNOL; FERNANDES, 2007).

De acordo com revisão sistemática de Zolnikov et al. (2021b), estatisticamente os riscos ocupacionais da catação estão dimensionados em aspectos físicos (77,6%), sociais (70,7%), biológicos (65,5%), químicos e de segurança (53,4%), ergonômicos (34,5%) e mecânicos (25,9%). Os desfechos de saúde incluem doenças de pele (50,0%), doenças transmissíveis (46,6%), musculoesqueléticas (44,8%), doenças respiratórias (41,4%), doenças não transmissíveis (39,7%), fisiológicas (34,5%), gastrointestinais (31,0%) e doenças relacionadas a adequação hídrica (17,2%). Além disso, constantemente as catadoras são acostumadas a executarem as atividades da ocupação com infecções respiratórias agudas, infecções intestinais e diarreia aguda, dores nas costas e dores musculares (BALLESTEROS; ARANGO; URREGO, 2012). As dores crônicas musculoesquelética nas costas foram uma predisposição prevalente no cotidiano do trabalho dessas trabalhadoras, contundentemente afetando de maneira mais significativa (68,04%) as mulheres catadoras (BONINI-ROCHA et al., 2021).

Em uma situação de pandemia, essas condições e efeitos adversos das atividades foram intensamente agudizadas, ao mesmo tempo que dificulta o diagnóstico ou percepção da contaminação pelo Sars-CoV-2, criando regimes de medo. Ademais, convivem diretamente com a falsa dicotomia protagonizada pelos governantes entre a escolha de proteção de suas vidas ou terem a manutenção da renda, apesar de não terem muita opção para pensar em qual devem escolher, pois são submetidas a essas situações degradantes da vida.

Durante a pandemia, a realidade delas foi agravada por ficarem sem renda por um período significativo, terem que se reinventar em um contexto de alta do desemprego e o medo de contágio do vírus e conseqüentemente da morte. Acabaram contando exclusivamente com a solidariedade de classe e as redes comunitárias para sobrevivência no momento crítico da covid-19, haja vista a desassistência por parte do Estado com medidas insuficientes. Caberia ao aparato estatal ter dado suporte social digno para manutenção do isolamento e distanciamento social, conjuntamente com ações de educação em saúde visando medidas sanitárias eficientes nos territórios. Mas, deixaram as periferias à deriva da pandemia, talvez até estrategicamente para atingirem a “imunidade de rebanho” defendida principalmente pelo governo federal e instâncias negacionistas² da ciência.

As periferias urbanas das grandes cidades são os territórios onde moram e trabalham as catadoras, factualmente vivem as margens da sociedade. Preocupa-se pelo aumento da vulnerabilidade no momento da pandemia da covid-19 dessas trabalhadoras, enquanto a realidade mostra uma necessidade de atuação forte com urgência por parte do Estado através de ações e programas efetivos de proteção social. Por outro lado, contraditoriamente observou-se mais uma vez a ausência total por parte do aparato estatal ocasionado pelas insuficientes medidas econômicas e sanitárias direcionadas para elas ou mais uma vez por serem mal assistidas pelo poder público. As ações, programas ou políticas sociais voltadas para a proteção da saúde da categoria durante as conseqüências agravadas e causadas pelo novo coronavírus foram irrisórias, seja direcionada para um fomento de renda digno ou ações de prevenção e proteção à saúde oportunas para o momento.

Assim, diferentemente dos outros estratos sociais, a mudança da dinâmica social provocada pelo vírus para as catadoras foi marcada e notada como um

² Saber mais em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/05/bolsonaro-usou-amazonas-para-experiencias-de-imunidade-de-rebanho-e-cloroquina-diz-vice-governador/>

momento muito delicado em suas vidas. Não inicialmente pelo diagnóstico da doença próximo dos seus familiares e amigos, como na realidade da classe média e alta brasileira, mas pela paralisação do seu ambiente de trabalho e conseqüentemente ficaram diante da inexistência da única fonte de renda para subsistência, evidenciando a precariedade das relações de trabalho da ocupação. Para Sagot (2020, p. 111), “as necessidades prementes de acesso à saúde, de ter sistemas públicos competentes e políticas redistributivas, foram desabrochadas agora em evidência da pandemia da covid-19, geraram demanda renovada por Estados de bem-estar social”.

As condições de trabalho das catadoras envolvem uma resistência cotidiana por parte dessas trabalhadoras, devido a situação de informalidade por não terem os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos, a estigmatização ou os preconceitos vividos diariamente por quem exerce essa atividade laboral, já que não possuem o real reconhecimento por parte da sociedade. No Brasil, ter um emprego com carteira assinada significa ter seguridade social, direitos trabalhistas como o décimo terceiro salário, as férias remuneradas, as horas extras, o adicional noturno, as faltas justificadas e o seguro-desemprego e previdenciários que protegem as trabalhadoras quando a capacidade laboral se encontra comprometida, em situações como de adoecimento, maternidade e velhice. Mesmo ocupando um ofício tão importante para a sustentabilidade das cidades como um elo na gestão dos resíduos sólidos urbanos, essas mulheres encontram-se em uma situação limite de sobrevivência, onde acabam também comprometendo a proteção com à saúde.

Nesse sentido, essas trabalhadoras são o elo mais frágil no ciclo da reciclagem de acordo com Zaneti, Sá e Almeida (2009), o que ficou confirmado pandemia do novo coronavírus, quando viveram a ausência das políticas de proteção social de responsabilidade do Estado; o esquecimento das indústrias e atravessadores nesse período, os quais no dia a dia do trabalho sempre estiveram presentes; e até mesmo a mais preocupante relacionada as incertezas sobre a permanência das atividades laborais na usina, onde novamente vieram à tona o medo do desemprego e da fome.

Ao mesmo instante, com a atual flexibilização e o retorno das atividades da cata nas associações e cooperativas os cuidados de proteção à saúde devem ser redobrados, haja vista o risco de contágio, devido o descarte de produtos contaminados, como luvas e máscaras, além das já precárias condições de trabalho. Ao retornarem ao trabalho vivem o dilema da quarentena do lixo reciclável e de outras

medidas de proteção e segurança, tal situação vem comprometendo a produção e a renda familiar mensal. De acordo com Urban e Nakada (2020, p. 3), “a produção de resíduos sólidos nas principais cidades diminuiu durante o período de distanciamento social, possivelmente devido à redução da atividade nas áreas comerciais e a suspensão de programas de reciclagem”.

Re-situando suas vidas, em meio a esse processo de produção de sofrimento, essas mulheres manifestam maneiras potentes de cuidado para lidar com a crise sanitária instaurada. Constituíram redes de solidariedade comunitárias nos territórios como práticas autogestadas, como uma alternativa as ausências da proteção social de responsabilidade do próprio Estado, denunciando sua inexistência estratégica. Para Johnson, Saletti-Cuesta e Tumas (2020), ao refletirem sobre a população argentina, o lado positivo da pandemia configurou-se pelos sentidos da solidariedade, consciência social, união e a empatia que emergiram, os quais podem ser valores que contribuem para sobrevivência desses grupos sociais vulnerabilizados. Destacamos que a maioria desses sentidos já fazem parte do dia a dia da vida do ser uma catadora como forma de sobrevivência, as quais elas vivenciam na vida comunitária. Contraditoriamente, esses valores são desprezados pelo modelo de sociedade capitalista, o qual detém marcas da individualidade, competição e meritocracia. Mesmo inseridas na lógica de opressão do sistema econômico vigente, elas conseguem a partir das suas experiências contornarem e resistirem às dificuldades impostas pela pandemia da covid-19 e denunciarem a violência estatal.

Em conformidade com toda a problemática apresentada, justifica-se a necessidade de revelarmos como as catadoras inseridas as margens da sociedade capitalista e do trabalho precarizado estão vivenciando e (re)existindo aos dilemas da covid-19 frente ao crescimento exponencial dos casos de contaminação e o número de óbitos provocados pelo novo coronavírus no Brasil, inclusive nos seus bairros e seio familiar. Por essa razão, esta tese tem o **objetivo principal** de compreender as especificidades relacionadas à vida na periferia urbana, ao trabalho precarizado e as desigualdades perante a saúde em época da proliferação do Sars-CoV-2 e do agravamento da covid-19 na realidade dessas trabalhadoras informais. Tendo em vista que, configuram um grupo socialmente excluído da sociedade, consoante a consideração feita em entrevista por Marcel Bursztyn (Zaneti, 2006). Ao mesmo tempo, também visa mostrar que apesar das circunstâncias e consequências da catastrófica crise sanitária, essas trabalhadoras das camadas populares representam

e manifestam uma vida de luta e resistência diante das tão injustas desigualdades em saúde, a partir da vida e resistência comunitária.

2. FUNDAMENTAÇÃO CRÍTICA E TEÓRICA³

2.1 O OLHAR DA SAÚDE COLETIVA PARA A VIDA DAS CATADORAS

“(...) Eu já estava deitada quando ouvi as vozes das crianças anunciando que estavam passando cinema na rua. Não acreditei no que ouvia. Resolvi ir ver. Era a Secretaria de Saúde. Veio passar um filme para os favelados ver como é que o caramujo transmite a doença anêmica. Para não usar as águas do rio. Que as larvas desenvolvem-se nas águas. (...) até a água... que em vez de nos auxiliar, nos contamina. Nem o ar que respiramos, não é puro, porque jogam lixo aqui na favela. Mandaram os favelados fazer mictórios”. (Carolina Maria de Jesus, 2014, p. 57)

A natureza social da doença não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos, mostrando as dimensões sociais e econômicas no processo saúde-adoecimento (LAURELL, 1982). Esse paradigma apoia-se na perspectiva contextual e social do adoecimento, ao contrário do modelo teórico-conceitual hegemônico da biomedicina, o qual se baseia no entendimento da saúde pública como meramente a ausência de doenças, enaltecendo especificamente os fatores biológicos do corpo (SANTOS; WESTPHAL, 1999). A partir de tal perspectiva social, cabe “olhar” para a compreensão crítica dos contextos de opressões e invisibilidade vividos pelas trabalhadoras para revelarmos às condições de vida e saúde.

Desse modo, a saúde é discutida neste trabalho não a partir da perspectiva hegemônica da biomedicina que é uma característica marcante nos estudos da área das Ciências da Saúde. Nunes (2009), pontua que as condições sociais e econômicas têm um impacto crucial sobre o processo saúde-doença, sendo as medidas a serem tomadas para proteção da saúde são tanto sociais como médicas. Aqui partimos das questões sociais para discutirmos sobre condições de saúde. Essa concepção rompe com o conceito hegemônico de saúde como, meramente, ausência de doença, cuja perspectiva está centrada especificamente nos fatores biológicos e no corpo e do risco

³ Os trechos deste capítulo foram publicados em artigos científicos do autor, sendo uma publicação no período de 2018 e quatro produções no ano de 2020 (Anexos de A a E).

de contaminação. Essa abordagem isoladamente, não consegue dar conta das subjetividades e das vivências do ser uma mulher catadora.

Estudos dessa natureza qualitativa ainda são pouco explorados pela área da saúde, os quais abordam, em sua maioria, os aspectos relacionados à qualidade de vida e às relações entre condições de trabalho e impacto na saúde ocupacional das catadoras (HOEFEL et al., 2013; GUTBERLET et al., 2013; ALMEIDA et al., 2009; JESUS et al., 2012; SANTOS et al., 2012). Na área das ciências sociais, as pesquisas corroboram a leitura e o entendimento do contexto de exploração dessas trabalhadoras, os quais possuem em suas vidas a marca da exclusão, estigmatização social, invisibilidade social e ao mesmo tempo da inclusão perversa (BOSI, 2008; ALVES; OLIVEIRA, 2013; CARNEIRO; ARAÚJO; SILVA, 2015; ZANETI, SÁ; ALMEIDA, 2009; MEDEIROS; MACÊDO, 2006). Embora essa intersecção de conhecimentos das ciências sociais e da saúde revelam a situação de desigualdades perante a saúde e a forte influência dos determinantes e condicionantes da saúde, demonstrando a importância de adequação de políticas públicas a depender dos grupos sociais, há poucas análises que contemplem a complexidade do modelo de sociedade capitalista na vida dos trabalhadores relacionando com as políticas públicas e as condições de saúde. Por conseguinte, os fenômenos sociais imbricados na realidade dessas trabalhadoras não podem ser analisados somente na perspectiva das doenças e dos riscos da ocupação, mas em uma perspectiva também contextualizada com as contradições históricas da sociedade que reverberam os sistemas de opressões vividos e experienciados cotidianamente por elas.

Dessa maneira, para além das questões da doença e dos riscos biológicos, físicos e químicos inerentes à especificidade desse tipo de atividade laboral (GUTBERLET et al., 2013; BALLESTEROS; ARANGO; URREGO, 2012). E da avaliação da qualidade de vida dessas trabalhadoras que mostra os piores índices nos domínios relacionados ao psicológico, ao ambiente e às relações sociais (JESUS et al., 2012). Esses são os elementos mais analisados e observados nas pesquisas na área das Ciências da Saúde. Faz-se necessário a compreensão das formas cotidianas de opressões que expõem as mulheres catadoras a uma situação de desigualdade, prejudicando sua saúde diariamente. Várias dessas sujeições estão relacionadas à posição socioeconômica, de gênero e de raça que ocupam na sociedade, ou seja, estarem em uma situação de pobreza, terem baixa escolaridade, por serem na sua maioria mulheres negras e que já sofreram algum tipo de violência,

sendo reflexo de uma exclusão histórica marcante em suas vidas o racismo, o machismo e a exploração.

Nesse sentido, o prisma para as questões de saúde na realidade social de vida e trabalho das catadoras necessita de abordagens interdisciplinares que visem tanto os Determinantes Sociais de Saúde (DSS)⁴, que “são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BUSS; FILHO, 2007, p. 78), de acordo com uma leitura da epidemiologia, quanto a compreensão crítica da realidade a chave analítica dos marcadores sociais da diferença, isto é, as categorias de gênero, raça e classe, em uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2004). Além desses elementos, existem outros aspectos relacionados à ocupação como o estigma, o preconceito e a invisibilidade social, seguindo uma leitura importante das ciências sociais. Assim essas duas perspectivas de abordagens são complementares e cruciais.

Dessa forma, para o reconhecimento das experiências e vivências das mulheres negras. Crenshaw (2004, p. 8) pontua: “as categorias discriminação racial ou da discriminação de gênero não podem ser enquadradas separadamente, pois o peso combinado dessas duas estruturas (raça e gênero) marginaliza as mulheres que estão na base da pirâmide socioeconômica”. As catadoras estão inseridas em um contexto do trabalho produtivo precário, uma vez que cuidam das suas casas/lares e filhos, e ainda sofrem violências. Além desse contexto, o trabalho gera um insuficiente sustento e desencadeia processos de adoecimento que agravam sua condição de vida (HOEFEL et al., 2013).

Dessa maneira, percebe-se a necessidade latente da importância do debate sobre os marcadores sociais da diferença na propagação da pandemia da covid-19 no contexto das periferias urbanas, sobretudo pela insuficiência das estratégias de saúde ou limitação do olhar biomédico para o enfrentamento da pandemia nesses territórios. Na medida em que esses marcadores agudizam de forma significativas a situação da pandemia da covid-19 no Brasil, percebe-se a violação de direitos desses

⁴ Segundo Buss e Filho (2007), os DSS são definidos pela comissão homônima da Organização Mundial da Saúde (OMS) como as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham. Essa percepção também é englobada nas camadas apresentados na clássica figura do modelo de Dahlgren e Whitehead em 1991. Os elementos apresentados na camada condições de vida e de trabalho são: produção agrícola e de alimentos; educação; ambiente de trabalho; desemprego; água e esgoto; serviços sociais de saúde e habitação.

grupos sociais. Essa abordagem permite compreender melhor os contextos de vida e trabalho e as reais necessidades em saúde, principalmente no instante de acometimento da pandemia da covid-19 nas comunidades mais carentes. Nessa perspectiva, não tem como olharmos para a realidade provocada pela proliferação do novo coronavírus somente com a abordagem biológica da clínica ou da epidemiologia tradicional, tão supervalorizadas no campo da saúde.

Salienta-se que as aplicações tecnológicas com foco na assistência à saúde por si só não conseguem solucionar ou minimizar os problemas de saúde, especialmente em situações onde há um novo vírus em circulação e expansão produzindo uma quantidade elevada de mortes e a contaminação encontrar-se descontrolada, como é o caso brasileiro. Essa realidade aponta para a necessidade de perspectivas que abordem uma observação a qual abarque a vida dos sujeitos, reconhecendo as necessidades e especificidades da população. Reconhece-se que esse tipo de abordagem particularmente incorporado pelo campo social nas Ciências da Saúde ressalta a multiplicidade de experiências existentes na vida cotidiana em momentos de covid-19. Ao mesmo tempo, mostra a potencialidade de revelar os contextos complexos e contraditórios, os quais podem contribuir para a construção de políticas de proteção social para grupos específicos, ou por exemplo, na elaboração de estratégias de educação popular voltadas para as trabalhadoras da reciclagem.

As desigualdades sociais estruturantes (gênero, raça, etnia, classe, local de moradia), marcam o contexto das mulheres negras brasileiras, as ocupações e relações de trabalho informais que vivem figuram como outro marco social, enraizado no seu cotidiano a precarização da vida humana. Ao analisarmos as condições de trabalho de uma categoria sem ter essa percepção em mente, boa parte das opressões serão desconsideradas ou reconhecidas, dando foco simplista a uma realidade social complexa e contraditória. Segundo Leandro (2011) esses tipos de desigualdades têm muito mais a ver com as condições sociais de existência do que com o biológico. Esse tipo de “compreensão da realidade tem a ver com a forma como as desigualdades produzidas socialmente se exprimem no corpo, ou seja, com o modo como o social se inscreve no biológico” (LEANDRO, 2011, p.21).

No Brasil, a acentuada desigualdade na distribuição de renda, no acesso aos recursos de saúde, no saneamento básico, na educação, na habitação e em outros constituintes do padrão de vida da população têm se revelado por meio de profundas diferenças no risco de adoecimento dos diversos estratos sociais (OLIVEIRA;

MENDES, 1995). As desigualdades sociais marcam as desigualdades em saúde, revelando um intrincado processo em que marcadores sociais da diferença, como cor da pele, etnia, gênero, onde se vive, e o trabalho que realizam, passam a ter um peso maior no acesso das coletividades às políticas públicas, tecnologias de saúde e melhores condições de vida.

O trabalho é uma das principais fontes de satisfação humana, pois proporciona a autorrealização, a manutenção de relações interpessoais e a própria sobrevivência. Mas, o trabalho, também, pode ser uma fonte de adoecimento, quando o profissional não dispõe de instrumentos suficientes para se proteger dos fatores de risco à saúde (GOTO; SOUZA; JÚNIOR, 2009). E também quando se trata de um trabalho explorado e alienante. Nesse sentido, o cotidiano de trabalho das catadoras associadas apresenta riscos à saúde e padrões de adoecimento peculiares (DALL'AGNOL; FERNANDES, 2007). Esse cenário torna-se mais injusto, no contexto dessas mulheres, devido ao fato de não apresentarem suporte socioeconômico. Todavia, para além do trabalho, apresentam condições de vida desfavoráveis como: a falta de lazer, a baixa escolaridade, a alimentação inadequada, a precariedade da moradia, a violência urbana, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública, o racismo, o machismo e a violência institucionalizada.

Dessa maneira, os riscos à saúde pública relacionados aos resíduos sólidos decorrem da interação de uma variedade de fatores que inclui aspectos sociais, ambientais, ocupacionais e de consumo, entre outros (SIQUEIRA; MORAES, 2009). O elemento da dimensão social caracteriza-se pelo próprio fato de os padrões de desenvolvimento adotados, após o processo histórico da industrialização, favorecerem a degradação ambiental por meio da exploração predatória dos recursos naturais e o aumento da poluição, deixando em segundo plano na agenda política a proteção e a conservação dos recursos naturais.

Os aspectos ambientais estão relacionados, principalmente, à transmissão de doenças provocadas pela ação dos vetores encontrados no lixo, além disso os resíduos podem contaminar o ar, a água e o solo. Também envolve a questão do tratamento adequado para o lixo urbano, através dos planos de gerenciamento dos resíduos sólidos ou a coleta seletiva nos ambientes domésticos e nas instituições. Paralelamente, os aspectos ocupacionais estão relacionados a própria atividade da catadora, haja vista o seu surgimento a partir de uma massa de excluídas, que passaram a se “beneficiar” da geração excessiva dos produtos, tendo nessa atividade

o seu meio de sobrevivência e a obtenção de renda (SIQUEIRA; MORAES, 2009). De acordo com Silva, Goes e Alvarez (2013, p. 5), “as catadoras encontram na cata a única alternativa possível para sobreviverem por meio do trabalho, ou pelo menos aquela mais viável no contexto das necessidades imediatas”. Isso tendo em vista as restrições e exigências que lhes são infringidas pelo mercado de trabalho formal.

Segundo Alencar, Cardoso e Antunes (2009), a atividade de cata pode afetar a saúde, tanto física quanto mental das trabalhadoras, havendo necessidade de políticas públicas que promovam melhorias nas condições de trabalho. No estudo feito por esses autores (op. cit), foi observada a presença de dores musculoesqueléticas em 90,9% e cansaço físico em 95,5% dos entrevistados. Outros sintomas encontrados foram dores de cabeça (81,8%), erupções cutâneas (27,3%), indigestão (45,5%), oscilação de humor (63,6%), dificuldade de concentração (45,5%) e insônia (27,3%). Além disso, relataram ansiedade (68,2%), desamparo (54,5%), frustração (59,1%) e humilhação (40,9%).

Para Medeiros e Macêdo (2006), o trabalho das catadoras apresentam um paradoxo, ao mesmo tempo é fonte de subsistência e de sofrimento. Contraditoriamente, não são as catadoras que negam essa relação do seu trabalho com os danos provocados a sua saúde, mas a própria estrutura da desigualdade onde elas se inserem que as submete à exploração. E, assim, os adoecimentos e seus sintomas do cotidiano da cata precisam ser negados ou apagados, pois devem trabalhar e manter sua renda (PORTO et al., 2004). Pode-se afirmar que esse contexto, representa à exploração sem limites da força de trabalho, exprimindo as contradições estruturais do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que não pode prescindir do trabalho vivo para reprodução, sua reprodução, necessita explorá-lo ao extremo (ANTUNES; PRAUN, 2015).

Para a OMS, saúde ambiental é “[...] o campo de atuação da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar” (SIQUEIRA; MORAES, 2009, p. 2116). No caso das catadoras, há muito a ser feito pelo poder público para a melhoria de suas condições e qualidade de vida, sobretudo para a efetiva garantia do seu direito à saúde. A profissão de catadora sofre inúmeras carências que se refletem na vivência dessas mulheres como cidadãs, faltando incentivo social, financeiro e psicológico, além do reconhecimento da importância da profissão e efetiva inclusão social (JÚNIOR et al., 2013).

Considerando que as catadoras são caracterizadas como um grupo social em situação de vulnerabilidade. Sabe-se que a saúde ocupacional é uma importante estratégia para diminuir o mal-estar dessas trabalhadoras e as doenças e agravos à saúde. De igual modo, as ações de promoção da saúde são potenciais para transformação das realidades de grupos vulneráveis e para romper com o risco. Para Westphal (2009, p. 681), “a promoção da saúde sempre vai até as causas, apresentando como foco a saúde das pessoas, sendo essa a sua vocação, o seu sentido”. Por outro lado, as estratégias para melhoria somente da realidade do trabalho não são suficientes para minimizar o duro contexto as quais estão submetidas as trabalhadoras da reciclagem. Elas se sentem desamparadas pela ação do Estado, tanto no seu ambiente de trabalho, quanto na sua vida cotidiana, demandando por assistência social, habitação, educação, cultura e sobretudo acesso à saúde pública.

Nesse sentido, a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis, a recuperação da saúde, prevenção de doenças e a redução dos riscos e agravos à saúde, mesmo que atendam essas trabalhadoras exclusivamente nas suas singularidades, não conseguirão mudar a lógica de exploração e desigualdades que são marcas estruturais da sociedade capitalista. Ou seja, o grupo social de catadoras continuarão em condições de vida e trabalho precárias, em situações que comprometam a qualidade de vida, sendo que em algumas realidades cotidianas as situações chegam a comprometer a dignidade da pessoa humana. Por isso, a importância de garantir os seus direitos que estão sendo violados enquanto cidadãos, através de ações e programas de proteção social efetivos que sejam colocados em prol da categoria com seriedade e compromisso na tentativa de dirimir as injustiças sociais. Com escuta constante das demandas apresentadas pelos movimentos sociais representativos da categoria.

Ao mesmo tempo, nota-se a necessidade urgente de intervenções em saúde que as contemple em ações de curto prazo para amenizar os danos causados pelo árduo cotidiano de trabalho. Portanto, para longo prazo, não se pode deixar perdido no horizonte que uma mudança efetiva de melhoria das condições de vida, trabalho e saúde das catadoras perpassa pela transformação radical da sociedade para um modelo mais justo e igualitário para todas por meio de políticas as quais contribuem para a redistribuição social e econômica. Assim as ações interventivas de educação em saúde, promoção da saúde e prevenção de doenças no contexto do trabalho

embora necessárias elas se caracterizam e tornam paliativas na vida dessas trabalhadoras.

O Sistema Único de Saúde (SUS) aumentou o acesso ao cuidado com a saúde para uma parcela considerável da população brasileira em uma época em que o sistema vinha sendo progressivamente privatizado (PAIM et al., 2011). O artigo 196 da Constituição Federal de 1988 diz: “Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Entre os princípios doutrinários e as diretrizes do SUS estão a universalidade, integralidade e equidade. As catadoras, contudo, trazem em suas narrativas a desassistência em saúde, ocasionada pela dificuldade de acesso e o péssimo cuidado em saúde prestado pelos profissionais de saúde, marcado pelo racismo e machismo.

De acordo com Goes e Santos (2014), a população negra, sobretudo as mulheres negras, é colocada em uma situação de desvantagem e vulnerabilidade no acesso aos serviços de saúde, assim como de violência, violação e negação à vida. O SUS, como política social, deveria ser uma estratégia importante para minimizar as mazelas sociais que afetam a vida cotidiana dessas trabalhadoras pela sociedade capitalista. No entanto o que se observa ainda é uma organização lógica desse serviço voltada para atender aos interesses econômicos, tendo em vista que está concentrado em centros urbanos e tendo forte atenção na demanda hospitalar. Além de apresentar melhor qualidade de atendimento e acesso à população mais privilegiada. Ao mesmo tempo, que o investimento nesse sistema se configura como a principal via para melhoria mínima da qualidade de vida dessas trabalhadoras.

A pesquisa dos autores Gómez-Correa, Agudelo-Suárez e Ronda-Pérez (2008) realizada em Medellín, aponta para a necessidade de um sistema sanitário na Colômbia, observando os problemas de acesso aos serviços de saúde e as barreiras sociais e econômicas existentes para esse grupo social, mas percebe-se que no caso dessas trabalhadoras o sistema e o acesso à saúde por si só não conseguem atender todas as necessidades humanas. Ou seja, para melhoria da vida cotidiana elas e os familiares precisam de políticas públicas de fomento a renda, assistência social, creche, qualificação profissional, habitação e segurança alimentar. Isso também se enquadra na perspectiva da promoção da saúde, visando o bem-estar das catadoras.

Em relação ao atendimento das necessidades de saúde dessa população, que vive nas margens, seria fundamental o fortalecimento da Atenção Básica em Saúde (ABS)⁵, assim como o aumento da cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF), as quais atuariam nas concepções da promoção da saúde e prevenção de doenças, devendo incluir, nos territórios de atuação dos serviços de saúde, os ambientes de trabalho das associações e cooperativas de catadoras. Nesse sentido, demandam por ações intersetoriais e integradas, principalmente entre os setores da saúde, educação e de assistência social.

2.2 DA OCUPAÇÃO NO BRASIL⁶

“(...) A senhora cata estes papeis com tantas dificuldades para manter os teus filhos e deve receber uma migalha e ainda quer dividir comigo. Este serviço que a senhora faz é serviço de cavalo”. (Carolina Maria de Jesus, 2014, p. 54)

As catadoras são mulheres cuja sobrevivência se dá por meio do recolhimento e da venda de materiais descartados pela sociedade, com valor de mercado para a reciclagem. Diferenciam-se, portanto, das chamadas garis, apesar de serem confundidas com as mesmas ou ainda reconhecidas de forma preconceituosa como catadoras de lixo pelas demais classes sociais (BARBOSA; BARCO, 2009, p. 7).

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013, p. 5), o segmento social das catadoras integra o cenário urbano no Brasil há alguns anos, encontrando-se espalhado nas pequenas e grandes cidades. Há registros sobre a figura da catadora que datam do século XIX, o que demonstra que a ocupação acabou por acompanhar o processo de urbanização no Brasil. Ainda segundo esse mesmo estudo, as pessoas que se dedicam a essa atividade não encontraram oportunidade no mercado de trabalho formal. Atualmente, este tipo de ocupação é exercido por

⁵ A Atenção Básica são atendimentos à saúde baseados na promoção da saúde e prevenção ao adoecimento, ocorre nos postos de saúde, apresentam uma equipe multiprofissional que deve transitar pelo território de atuação da unidade desenvolvendo ações de promoção à saúde. Trata-se do local que mais se aproxima da comunidade e deve estabelecer vínculos com essa, acolher a população adscrita e agir sobre os problemas de saúde existentes no território.

⁶ Alguns trechos parciais desta subseção podem ser encontrados nos artigos científicos publicados na Revista Sustentabilidade em Debate – Anexo A (Qualis B2 na classificação de periódicos quadriênio 2013-2016 da Capes na área interdisciplinar), na Revista Jangwa Pana, da Colômbia - Anexo B e na Revista Saúde & Transformação Social – Anexo C (Qualis B1 na classificação de periódicos quadriênio 2013-2016 da Capes na área interdisciplinar). Outra parte mais significativa foi publicada como capítulo de livro intitulado “Perspectiva crítica da situação social de vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis”, na Atena Editora - Anexo D.

trabalhadoras que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas e associações. Elas abastecem a indústria da reciclagem, ou seja, essas trabalhadoras são elos indispensáveis para a consolidação da sustentabilidade por meio da gestão dos resíduos sólidos nos grandes centros urbanos. Ao mesmo tempo que, fazem parte da cadeia produtiva da reciclagem gerando matéria-prima reciclada de alto valor econômico para o mercado.

Com o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de a sociedade promover ações sustentáveis, o trabalho das catadoras vêm ganhando maior relevância social, econômica e ambiental. Porém, apesar do aumento do número de associações e cooperativas, muitas delas ainda vivem e sobrevivem em contextos sociais complexos e problemáticos para a situação de saúde. Nessa condição, aponta-se para urgência de ações e políticas públicas voltadas a esse grupo social, observando a dignidade humana e a melhoria de vida como classe trabalhadora. E como cidadãs participantes do processo político-social devem ser ouvidas.

Nas discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento sustentável, a figura da catadora é de suma importância, pois sua atividade dá outro significado ao lixo produzido nas cidades, transformando-o em mercadoria, atuando em um ciclo que reinsere o que é denominado de lixo em uma cadeia produtiva (BENVINDO, 2010 p. 38). E mesmo sendo um elemento importante na produção de ambientes sustentáveis, desenvolvendo uma atividade de utilidade pública, a ocupação de catadora é estigmatizada e invisibilizada. Essas trabalhadoras vivem à margem da sociedade, não têm oportunidade de trabalho e carecem de formação básica e profissional. Na dinâmica da vida urbana, onde têm um papel fundamental, as catadoras vivem em locais marginais, sofrendo todos os tipos de processos de exclusão social (IPEA, 2013, p. 7).

O crescimento da categoria de catadoras associadas, ocasionado principalmente pelo desemprego estrutural, aponta para necessidade de atenção governamental para construção ou aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas a sustentabilidade, a assistência social e à saúde dessas trabalhadoras, haja vista o contexto das desigualdades que estão submetidas. Elas resistem a esse processo de exclusão social cotidianamente, em contrapartida são fundamentais para garantia da cadeia de reciclagem no país (DALL'AGNOL; FERNANDES, 2007). Na ausência das catadoras, o processo de produção da reciclagem não se tornaria viável, haja vista que as máquinas sozinhas ainda não conseguem realizar todo o trabalho de

transformação do lixo em mercadoria. “As catadoras, embora desempenham um papel fundamental na cadeia produtiva, representam o elo mais frágil de todo o sistema” (ZANETI; SÁ; ALMEIDA, 2009, p. 184). Em contrapartida, mesmo que a natureza do seu trabalho ainda não possa ser substituída pelas máquinas, a qualquer momento uma catadora pode ser facilmente substituída por outra pessoa, seguindo a ideia da flexibilidade da ocupação. Esse cenário revela a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado, além de enormes níveis de desemprego, de trabalhadoras desempregadas (ANTUNES, 2005).

Uma conquista importante para as catadoras foi a criação do Movimento Nacional das Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001, que aconteceu no 1º Congresso Nacional das Catadoras de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília. Anterior ao evento supracitado, em 1999, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadoras de Papel, que criou caminhos para a realização do Congresso de 2001 (MNCR, 2012). Tal encontro reuniu mais de 1.700 catadoras, e durante a sua realização foi lançada uma carta, intitulada Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades dos grupos que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis. A carta apresentada ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei regulamentando a ocupação de catadora e determina que o processo de industrialização priorize organizações coletivas das catadoras (MNCR, 2012).

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO de 2014, as trabalhadoras da coleta e seleção de material reciclável divide-se em três tipos de atividades ocupacionais: a catadora de material reciclável, a selecionadora de material reciclável e a operadora de prensa de material reciclável. No meio do caminho entre o que é descartado pela população consumidora e o que as indústrias redirecionam para os processos produtivos, estão inseridas as catadoras (Dagnino; Dagnino, 2010). Essas trabalhadoras desempenham toda dinâmica de manipulação do lixo descartado para reciclagem, na separação do material ou triagem, no transporte, principalmente aquelas que desenvolvem a atividade de forma autônoma em veículos de tração humana, no enfardamento do material nas associações e cooperativas e diretamente na venda dos resíduos. Para as autoras Zaneti, Sá e Almeida (2009) embora incluam a atividade de cata num rol maior de estratégias de sobrevivência, as catadoras entram no sistema hegemônico em uma relação de ultraexploração e quase marginal, ficando com a menor remuneração da cadeia de transformação do resíduo em matéria-prima.

Todavia o contexto das catadoras nos lixões e nas ruas se diferem da realidade socioambiental das trabalhadoras inseridas dentro das associações e cooperativas. Atualmente, as usinas e os galpões de reciclagem estão sendo capazes de absorverem a mão-de-obra que vivia dos lixões e das ruas, além de se constituir como uma alternativa para outras pessoas afetadas pela alta do desemprego no Brasil. Do mesmo modo, esse processo foi impulsionado no país pela Lei n. 12.305 (2010) que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual estabeleceu obrigatoriedade de implantação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em todos os municípios brasileiros e no DF, com programas de coleta seletiva e inclusão das catadoras, prevendo a extinção dos lixões até o ano de 2014. Apesar desse prazo ter sido prorrogado por algumas vezes. E inclusive no DF após o fechamento do lixão da Estrutural no dia 20 de janeiro de 2018, por parte do governo local ocorreu a criação de novos galpões de reciclagem para abarcarem as trabalhadoras do antigo lixão, denominados de Instalações de Recuperação de Resíduos (IRRs).

Ao mesmo tempo que a política instituiu em um dos seus aspectos a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na logística reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo. Esse ato normativo tramitou por mais de 20 anos no Congresso Nacional até ser aprovado, sendo uma vitória marcante obtida pela organização das catadoras (CARNEIRO, ARAÚJO; SILVA, 2015). Embora não tenha avançado na questão da manutenção da informalidade das atividades laborais cotidianas da ocupação.

Dessa forma, um dos elementos peculiares da atividade de cata que acaba por defini-la como vulnerável é a informalidade em que muitas se encontram, o que leva a atuarem sem garantia de direitos trabalhistas e com riscos à saúde, tendo em vista que não apresentam qualquer seguro social em caso de acidente ou adoecimento (IPEA, 2013, p. 6). Para Bosi (2008, p. 113) “as ocupações tidas como “informais” vêm ganhando relevância no mundo do trabalho exatamente porque têm sido acionadas como forma de produção preferencial do capital e não como escolha exclusiva das trabalhadoras”.

De acordo com Antunes e Alves (2004), constata-se na classe trabalhadora, no século XXI, um processo de perda significativa de direitos e de sentidos, em

sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente. Algumas classes de trabalhadoras têm essa situação agudizada, quase que condição crônica no caso das catadoras. Essa modalidade de ocupação é caracterizada por uma renda muito baixa, além da não garantia ao acesso a direitos sociais e trabalhistas básicos, como circunscrita ao mundo do trabalho contemporâneo tem-se a inexistência: da aposentadoria, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do auxílio-doença, da licença-maternidade; e se mesmo ficarem doentes trabalham, ou quando mais grave são forçadas a pararem de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda (ANTUNES, 2014).

Atualmente, existe uma crescente especialização e divisão do processo de trabalho entre grupos de catadoras nas associações e cooperativas, que funcionam nas usinas e nos galpões industriais com foco no aumento da produtividade e por outro lado busca as melhorias das condições de trabalho. Essa transformação do trabalho da cata, provocado pela transição da catadora que trabalhava nas ruas e em lixões para trabalhadoras que agora passaram a desenvolver suas atividades em espaços públicos de triagem de materiais, tem significado marcante para a constituição dessa ocupação. Segundo estudo realizado por Cruvinel et al. (2017), as comparações dos perfis socioeconômicos, demográficos e de trabalho mostram melhorias significativas para aquelas que trabalhavam em galpões de triagem de forma organizada, quando comparadas com as que executavam o labor no lixão sem nenhuma infraestrutura como esteiras elétricas e prensas mecânicas. Essa transformação do trabalho mostra melhorias relacionadas a obterem uma renda mensal maior; o uso de equipamentos de segurança; e trabalharem por menos horas (CRUVINEL et al., 2017).

Em contrapartida, após essa mudança nas condições de trabalho apresentarem melhorias também deveriam e poderiam ser mais dignas, pois o que se presencia no cotidiano dessas associações e cooperativas são situações ainda precárias nos locais de trabalho que ferem a dignidade da pessoa humana. Essa realidade representada pelas jornadas exaustivas, infraestrutura insatisfatória, nenhum direito trabalhista garantido, ausência de equipamentos para proteção individual, suspensão repentina dos contratos de trabalho e equipamentos. Ou seja, mostra o total desamparado por parte do poder público direcionada para efetiva inclusão social e também das indústrias favorecidas economicamente que no processo só visam os lucros. Por outro lado, existe a manutenção da exploração, pois essas produzem em maior quantidade para atendimento das necessidades do capital

e não as necessidades das trabalhadoras, a todo custo devem atingir as metas de produção, pois recebem pelo que produziram no dia.

Dessa maneira, o contexto do grupo de catadoras que é abordado neste estudo são aquelas organizadas coletivamente, pois suas atividades e funcionamento têm forte dependência do Estado e a responsabilidade da gestão dos resíduos é operacionalizada de forma colaborativa. Assim, elas se constituem como trabalhadoras em estreito diálogo com o poder público, pelo menos é como deveria ser, no cumprimento da organização de alternativas de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. Ao mesmo tempo que vivem, se submetem e resistem a condições desumanas. Vale salientar que a base da reciclagem se configura, de maneira injusta e contraditória, pela exploração dos corpos de homens negros e principalmente mulheres negras. Nesse sentido, Fontes (2010) conceitua esse contexto, como a expropriação da classe trabalhadora, pois marca a disponibilidade da atividade humana em prol do capital, onde essa passa a ser convertida em mera força de trabalho”.

Dessarte, mesmo com a estreita relação conjunta no compartilhamento de responsabilidades e o contato com o poder público. O aparelho estatal ainda as submetem a condições ocupacionais precárias e insalubres, ao mesmo tempo em que elas contribuem na obtenção dos lucros por parte dos atravessadores e das indústrias da reciclagem. Historicamente, o contexto das catadoras mostra a desvalorização da dimensão da vida humana. Importante pontuar que a maioria das associações e cooperativas funciona em espaços cedidos pelo poder público. Nessa perspectiva, tem-se o entendimento de Mandel (1982), o Estado servindo para manter a classe operária inerte contra o sistema capitalista, assim permanece a alienação da trabalhadora que identifica os dilemas da sua ocupação como naturais e flexíveis.

Paralelamente, o poder público aposta incondicionalmente no discurso da inclusão social das catadoras, gerando emprego e renda, por meio do apoio de associações e cooperativas (FREITAS; FONSECA, 2012). Por outro lado, a reciclagem é uma alternativa importante para o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, pelo processo elevado de consumo e produção de produtos cada vez mais descartáveis. A reciclagem tem sua relevância em decorrência do elevado consumo e geração de resíduos, principalmente nos centros urbanos. Embora também haja necessidade do aumento da demanda industrial por materiais mais baratos, com preços reduzidos, visando maior lucratividade das empresas. Segundo avaliação

publicada no documento do IPEA, 75% dos ganhos totais proporcionados pela reciclagem são apropriados pela indústria (FREITAS; FONSECA, 2012).

Dessa forma, as associações e cooperativas formadas, por sua vez, são as que menos lucram na cadeia produtiva da coleta seletiva. A produção passa por vários estágios: começa com a coleta de lixo, geralmente realizada por empresas privadas; na sequência, encontra-se o trabalho das catadoras, que separam o material por tipo (plásticos, papelão, papel, vidro, alumínio); o passo seguinte consiste na venda dos materiais separados para atravessadoras e sucateiras, que são intermediárias entre as organizações coletivas, ou catadoras individuais, e as indústrias de reciclagem, empresas que determinam os preços dos materiais recicláveis (WIRTH, 2010, apud CHERFEM, 2015, p. 89).

Do ponto de vista da saúde ambiental, quando o descarte dos resíduos é realizado de forma incorreta ou indevida pela sociedade, essa alternativa se torna mais importante ainda, pois tem a capacidade de reduzir ou minimizar os riscos ambientais como a poluição ambiental dos rios e a diminuição das enchentes nas cidades ocasionadas pelos lixos nos bueiros. Além disso, diminuir a proliferação de doenças ocasionadas por insetos e animais peçonhentos nas cidades. Embora o lixo não represente apenas um problema ambiental, mas também evidencia um problema de dimensão social, pois dentro de uma sociedade capitalista excludente, ele se transforma em uma oportunidade e muitos daqueles que não tem emprego e nem condições de prover sua família (ALVES; OLIVEIRA, 2013, p. 5)

Esse quadro localizado historicamente e socialmente, acompanhado do aumento do desemprego e a situações de pobreza, ocasionados pelo sistema capitalista, favoreceram para o aumento da quantidade de pessoas que vivem da atividade de cata dos recicláveis como forma de sobrevivência e (re)existência. Segundo Alves e Oliveira (2013), a cata de recicláveis está inserida nas dimensões da precarização do trabalho disfarçada de estratégia de sobrevivência, já que a lógica de produção capitalista gera a massa de trabalhadoras que são obrigadas a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias e péssimas condições de trabalho.

Para os autores Carneiro, Araújo e Silva (2015) o número de associações e cooperativas voltadas à cata dos resíduos sólidos tende a ser uma ocupação em crescimento devido à precarização, ao desemprego e às informalidades trazidas com as mudanças no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva.

Conforme aponta Bosi (2008):

A estruturação do setor de reciclagem no Brasil a partir do aproveitamento de uma numerosa população trabalhadora excedente – que num aparente paradoxo teve suas qualidades recusadas pelo “mercado” – é um traço constitutivo das atuais relações de trabalho e uma evidência importante desse processo (p. 113)

O cenário problemático aponta para a necessidade de reflexões sobre as contradições do incentivo a reciclagem da maneira que está vem sendo desenvolvida e operacionalizada na realidade das catadoras no Brasil, pois vasta produção científica empírica coloca essas trabalhadoras em situação de trabalho e saúde que fere a dignidade humana. Ao mesmo tempo que se apresenta como uma saída para o desenvolvimento sustentável, principalmente no enfrentamento dos problemas ocasionados pela poluição ambiental.

Contraditoriamente, dentro do processo produtivo está imbricado não exclusivamente o estímulo a preservação ambiental, mas a prioridade também da obtenção do lucro por parte das indústrias de reciclagem, tornando-se muitas das vezes esse o mais preponderante para a atenção do setor público nessa agenda ambiental. Assim existe o tensionamento e a valorização do lado econômico do setor produtivo em detrimento das vidas humanas das trabalhadoras. Na verdade, essas são exploradas e expropriadas de uma força de trabalho que tem como única maneira de sobrevivência a atividade de cata sob condições precárias. As expropriações de acordo com Fontes (2010), estão relacionadas a necessidade de crescimento da exploração das trabalhadoras em todas as atividades da vida humana. Para essa autora “a expropriação é a condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação das trabalhadoras e sua separação das condições sociais de produção” (p. 42).

Segundo Fontes (2010), a expropriação primária, como original, de grandes massas camponesas ou agrárias, envolvidas em um processo de êxodo rural, onde são atraídas para as cidades, por razões de diversas ordens, o qual essa dinâmica acarreta na incapacidade dessas pessoas manterem sua subsistência sem a reprodução do capital. No caso das catadoras diversas famílias migraram da região rural, sobretudo do nordeste brasileiro para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida e emprego.

Em seguida esse grupo social também se enquadra na expropriação secundária definida pela pensadora como impulso do capital-imperialismo contemporâneo, atingindo especialmente trabalhadoras urbanas disponíveis ao

mercado. Esse processo contemporâneo mostra a conversão para uma nova forma, a disponibilidade das trabalhadoras para o mercado. No caso das catadoras apresenta-se a exploração da força de trabalho desprovida de vínculos geradores de direitos, o alto índice de desemprego, as extensas exigências do mercado de trabalho formal que não as cabem e as barreiras para o acesso a assistência à saúde.

A perspectiva do mercado envolve principalmente a redução do custo pela compra dos materiais recicláveis através do ciclo da reciclagem que prevê o retorno dos resíduos descartados ao consumo da sociedade. Essa abordagem mostra a realidade de expropriação colocada no caso da categoria das catadoras totais desassistência por parte do Estado, ficando evidente à exploração dos seus corpos em favorecimento dos lucros, mesmo por meio do discurso de incentivo das associações e cooperativas defendidas pelo poder público como inclusão social.

Enquanto isso, a vida das catadoras continua sendo prejudicada pela natureza da realização dessa atividade laboral e as suas interferências negativas na saúde são naturalizadas pelas trabalhadoras e pelos próprios agentes do Estado que não tem olhado para situação delas com atenção oportuna. Assim continuam em situações precárias de vida e trabalho, ou seja, a transição por si só espacial do trabalho não trouxe ganhos muitos significativos e efetivos para as condições de vida e relacionadas à saúde dessa classe de trabalhadoras.

Em entrevista realizada por Zaneti (2006) com Marcel Bursztyn, existe a problematização do conceito de exclusão social. Esse conceito é muito oportuno quando analisado o contexto das catadoras, haja vista a vulnerabilidade histórica desse grupo social e o seu processo de constituição na sociedade. Em suma o entrevistado problematiza a questão de as catadoras serem mal incluídas, não deixando de serem incluídas, como destacado no trecho abaixo:

A primeira imagem que eu tive, quando fui estudar os catadores de lixo é que eles eram excluídos pela condição de vida deles. Falando mais em particular este catador de materiais mais de luxo, o catador que circula, que pega latinhas, papel, papelão. Depois, quando eu fui estudar um pouco melhor a cadeia produtiva do lixo, percebi que não dá para incluir o catador nesta categoria de excluído, porque ele pertence. O que define a exclusão é o não pertencimento e ele pertence. Só que ele pertence numa ponta extremamente precária da cadeia. Se ele pertence ele não é excluído, mas também não dá para colocá-lo como um trabalhador industrial moderno. (...) Concluí que ele é incluído, mas é mal incluído. Ele é incluído porque está no circuito industrial, ele é peça importante na cadeia produtiva, por exemplo, o catador de latinhas, faz parte da primeira etapa que termina numa empresa multinacional de alumínio que, portanto se vale disto. Mas ele é mal incluído, porque trabalha na mais precária situação, porque o processo de catar e coletar este material é insalubre; irregular sob o ponto de vista da legislação trabalhista e injusto

sob o ponto de vista das condições de vida. Deixei de usar o conceito de exclusão social para qualificar estes atores. Todos os casos têm ligações com a cadeia econômica incluída, bem ou mal incluída, mas o modo de vida deles é excluído. Ele é socialmente excluído, enquanto trabalhador, ele tem um elo de pertencimento, portanto, de inclusão. Por isso chamamos de mal incluído (p. 230).

A condição de mal incluídas dessas mulheres e homens perpassa pela situação estrutural de desigualdades, que fazem essas trabalhadoras se submeterem e a realizarem esse tipo de atividade para simples subsistência. Por fim, segundo Santos e Silva (2011), a imagem da catadora, é a de quem vivencia estigma, desamparo, sentimento de vergonha diante do preconceito da sociedade e os dilemas entre necessidade de sustento. Além, do enfrentamento cotidiano dos riscos ocupacionais, sem perspectivas para um futuro melhor (PEREIRA et al., 2012).

2.3 DA VULNERABILIDADE DAS MULHERES CATADORAS⁷

(...) E pior na favela é o que as crianças presenciam. Todas as crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para a rua. Quando começa as brigas os favelados deixam seus afazeres para presenciar os bate-fundos. De modo que quando a mulher sai correndo nua é um verdadeiro espetáculo para o Zé Povinho". (Carolina Maria de Jesus, 2014, p. 45)

Os marcadores interseccionais de gênero, raça e classe marcam a vida das mulheres negras, deixando-as em condições mais vulneráveis, pois estão inseridas em um contexto de trabalho precário, ainda mais quando são responsáveis por todos os cuidados com a casa e os filhos (SILVA, 2014). A lógica produtiva do mundo do trabalho e as questões de gênero, raça e classe afetam diretamente o contexto de saúde da categoria de catadoras.

Segundo as tendências da reestruturação produtiva do capital abordadas por Antunes e Alves (2004), trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, principalmente em funções precarizadas e desregulamentadas, destacando uma diferenciação entre homens e mulheres na questão salarial, onde os homens, mesmo desempenhando a mesma atividade, possuem salários melhores que as mulheres.

⁷ Esta subseção foi publicada na íntegra como artigo científico na Revista Política & Trabalho – Anexo E (Qualis B2 na classificação de periódicos quadriênio 2013-2016 da Capes na área interdisciplinar).

Destaca-se que esse caso não se aplica à realidade das catadoras associadas, pois os salários são os mesmos já que recebem por produção diária.

Embora existam outras diferenciações iniciais observadas na literatura e empiricamente que marcam uma intensa vida cotidiana no mundo do trabalho da mulher negra catadora como: o machismo e o assédio sexual no próprio ambiente de trabalho e intensificado fora dele; os desafios para o cuidado solo com os filhos; a luta pelos direitos sociais básicos; as dificuldades de se reinventarem em um quadro de desemprego; a ausência de um ambiente adequado para o trabalho; e os períodos exaustos de atividades laborais durante e até o fim das gestações.

Além disso, segundo estudos empíricos realizados por Marques et al. (2020), as mulheres catadoras tinham os piores resultados relacionado às condições de saúde, quando comparadas aos homens catadores: hipertensão (26,03%), bronquite (16,04%), diarreia (28,03%) e vermes (16,00%). Isso evidencia a vulnerabilidade dessas trabalhadoras e a necessidade de ações em saúde voltadas para elas como foco em suas singularidades. Cruvinel et al. (2019), identificaram doenças transmitidas pela qualidade da água consumida, onde as mulheres também corriam maior risco do que os homens.

Nesse ínterim, as mulheres negras ainda vivem uma luta diária dicotômica entre o trabalho não remunerado do espaço privado do lar, no cuidado com os filhos e os afazeres domésticos, o trabalho assalariado precarizado em vários momentos dos seus ciclos de vida e as péssimas condições de trabalho. Collins (2019) e Davis (2016), ambas intelectuais negras, auxiliam na nossa compreensão da vida das catadoras, ao mostrarem que os homens compartilham poucas responsabilidades ou nenhum compromisso com a casa e a família nesses espaços. Assim as catadoras costumam se intitular pai e mãe ao mesmo tempo, mostrando um complexo cenário da desigualdade de gênero e raça. Exige-se que essas mulheres sejam fortes o tempo todo, naturaliza-se a criação dos filhos e violenta-se seus corpos.

Essas trabalhadoras ocupam um espaço significativo na ocupação. No censo demográfico divulgado pelo IPEA, uma das pesquisas mais detalhadas sobre o tema, analisou a situação social das catadoras e dos catadores, onde os homens representavam 68,9%, em contraste a 31,1% das mulheres, sendo que a participação de negras e negros representava 66,1% do total (SILVA, GOES; ALVAREZ, 2013). Entretanto, Cherfem (2016, p. 27) contrapõe, no seu estudo também publicado pelo IPEA, onde problematizou que o detalhamento a partir do censo do IPEA citado

anteriormente, gerou forte reação entre as catadoras nas divergências de algumas informações, principalmente no mais contestado por elas, o domínio de distribuição de gênero, pois na percepção do trabalho cotidiano do MNCR indicava que acontecia exatamente o inverso.

Estudos de campo corroboram com a visão do MNCR, mostrando a grande quantidade de mulheres na atividade de cata Porto et al. (2004), Alexandrino et al. (2009), Gonçalves et al. (2012), Almeida et al. (2009) e Hoefel et al. (2013). De acordo com Ribeiro, Nardi e Machado (2012, p. 252), “as mulheres ocupam a margem mais precária e mais desgastante na cadeia produtiva da cata/reciclagem”. Elas não têm acesso aos direitos sociais básicos, como creche, educação, saúde e um contexto favorável de cuidado compartilhado com a prole. Isso acaba prejudicando ainda mais a situação da trabalhadora, aumentando sua opressão enquanto mulher e exploração no trabalho (ROSA, 2014, p. 101).

No dossiê publicado pelo IPEA sobre “as condições de vida das mulheres negras no Brasil” (Marcondes et al., 2013), o fato de ser mulher aumenta a dificuldade em se inserir no mercado de trabalho e caso essa mulher seja negra, as dificuldades são ampliadas. Dessa maneira, na sociedade marcada pelas desigualdades, resta a elas a submissão ao trabalho em condições precárias, pois necessitam do trabalho para sua subsistência. Segundo Davis (2016), uma das dimensões de opressão de mulheres negras é a forma específica com que o trabalho dessas mulheres é historicamente explorado para a construção e manutenção do capitalismo.

Em relação ao mercado de trabalho, as questões de raça, gênero e classe não devem ser ignoradas, assim como em outras dimensões da vida social conforme afirmam as intelectuais negras (HOOKS, 1995; DAVIS, 2016; CRENSHAW, 2004). Davis (2016, p. 144) compara e afirma: “os homens sofrem grandes males no mundo entre a existência do trabalho e do capital, mas esses males, diante de quem as portas de mercados e profissões são fechadas com força, não são nem um grão de areia na praia”.

Essas injustiças têm sido explicadas pela sua exclusão do mundo do mercado de trabalho por razões de violências culturais que as subordinam ao patriarcado, em que a dicotomia entre o papel feminino assentado na reprodução biológica, com ênfase na maternidade e na realização de afazeres domésticos, e o papel masculino no exercício do poder econômico na esfera pública, foi traçada ao longo de toda a história da humanidade (MELO, CONSIDERA; DI SABBATO, 2007, p. 436)

Essa realidade se torna pior ao compreender a realidade das mulheres negras, pois as mulheres racialmente dominantes mesmo em desvantagem ao homem, quando o assunto é o mercado de trabalho, ela consegue emprego mais fácil do que a mulher negra. De acordo com Marcondes *et al.*, (2013), as mulheres negras configuram o segmento que mais sofre com o racismo e machismo, pois são as últimas a se inserirem no mercado de trabalho. Para Crenshaw (2004) as mulheres negras não têm condições de concorrer adequadamente no mercado em decorrência dos poucos empregos disponíveis, assim tendem a ser mulheres socialmente marginalizadas.

Segundo a intelectual negra Collins (2019), a dinâmica do trabalho surge para as mulheres negras como uma forma de opressão, violência e controle, pois, historicamente, o trabalho serviu como uma ferramenta de exploração de seus corpos. Seguindo o argumento dessa autora, as mulheres negras, na infância, já começam a executar o trabalho não remunerado doméstico e, como visto no caso das catadoras, também exercem trabalhos remunerados precarizados nessa fase da vida. Por essa razão, o trabalho vivido pelas mulheres brancas abarca uma outra lógica quando comparado ao universo das mulheres negras, por exemplo, podem alcançar melhores empregos via educação e melhores salários. Em contrapartida a isso, as mulheres negras devem trabalhar para ajudar no sustento da família e terem o que comer.

A situação de violência de gênero amplia a vulnerabilidade das mulheres catadoras. Muitas vivem em um contexto conturbado de violência sobre seus corpos, que as subjuga. Alheias a uma efetiva ação dos órgãos públicos, reinventam-se diante das violências vivenciadas de acordo com os seus relatos em ambientes domésticos, hospitalares ou no próprio trabalho (VASCONCELOS, 2016). Diante da problemática das mulheres estarem desamparadas de ações e intervenções estatais que tratem do enfrentamento à violência contra a mulher, especialmente, as catadoras aparentemente já se encontram em uma condição de normalização da violência.

Apesar do contexto injusto, essas mulheres contam com sua rede de apoio social, que é acionada quando necessitam. Assim, os vizinhos, as amigas catadoras e a igreja cumprem o papel de suporte, sendo formas de agenciamento do cuidado de si. Os vizinhos denunciam, quando o fato ocorre perto das residências, as amigas catadoras compartilham experiências, sentimentos e trocam afeto, cuidam das angústias e desejos dessas mulheres e a igreja significa a transformação social e a salvação. Desse modo, percebe-se que, no contexto patriarcal e da desigualdade de

gênero, essas mulheres desencadeiam a vivência de práticas de cuidado, especialmente, a partir dessa rede de cuidado, que tem como um elemento importante outras mulheres, catadoras e vizinhas, que trocam experiências entre si. Mulheres negras enfrentam a desigualdade e a violência, principalmente, acionando uma rede de cuidado entre mulheres (COLLINS, 2019; DAVIS, 2016). Ao acionarem essa rede, subvertem a situação de opressão em que estão inseridas.

Fazer parte de uma associação, recebendo como todas e sem responder a um patrão, traz uma sensação mais aprazível a essas mulheres que constroem um contexto de trabalho com mais autonomia, mesmo elas estando cientes da situação de exploração de toda uma rede de reciclagem que ainda as situa no elo mais frágil. Como Cardoso e Guimarães (2018) enfatizaram em pesquisa junto as trabalhadoras diaristas, algo semelhante se replica no contexto das catadoras, unindo essas mulheres periféricas. As autoras afirmam e denunciam: “nas margens do Estado e de seus direitos como cidadãs e vivendo sob o jugo do racismo, machismo e desigualdade de classe, resta a essas mulheres criarem estratégias de cuidado, em uma rede de apoio marcada pelo feminino subvertendo a subalternização de suas vidas” (p. 224).

3. MÉTODOS E TÉCNICAS: CAMINHOS PERCORRIDOS

3.1 DA CIDADE DE CEILÂNDIA

Segundo dados da Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN (2015), a cidade da Ceilândia surgiu em decorrência da Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), que foi o primeiro projeto de erradicação de favelas realizado no DF pelo governo local. As remoções para a nova cidade foram iniciadas em 27 de março de 1971, estabelecendo a data de sua fundação a partir da transferência de aproximadamente oitenta mil moradoras das favelas da Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão e Morro do Querosene, nesta época existia somente o cerrado, a cidade não tinha nenhuma infraestrutura (HAMARAL, 2011).

Entretanto, devido ao crescimento desordenado da cidade e, principalmente, da migração de pessoas, principalmente do Nordeste do Brasil, que buscavam melhores condições de vida na nova capital federal – Brasília, Ceilândia se tornou a

cidade mais populosa do DF, maior em território geográfico e a mais midiática. O seu início foi marcado pela organização da população na luta por melhores condições de vida, assim, fazendo com que fosse conquistado o acesso às políticas públicas como saneamento, moradia, energia, telefonia e educação. Segundo Hamaral (2011), o qual conta a história da cidade em seu livro “Ceilândia, a história é esta”, a região foi planejada para receber os favelados de Brasília, constituindo como solução de moradia para a massa de trabalhadoras que com sua força braçal ergueram os belos edifícios da capital do Brasil.

O território da associação das catadoras é o da cidade de Ceilândia/DF está localizada a uma distância aproximada de trinta quilômetros do centro de Brasília, do centro político do Brasil. A cidade conta, segundo a PDAD (2018), com 432.927 habitantes, distribuídos pelos territórios do Pôr do Sol, Sol Nascente e a Ceilândia Tradicional. Constituída em sua maioria por pessoas de origem do Nordeste e Norte do país, conta com 65% da sua população de pessoas negras e pardas. Como um território de periferia marcado pela segregação social, a cidade apresenta os seus dilemas e lutas históricas em prol da melhoria das condições de moradia, saneamento, acesso aos serviços de saúde, lazer, iluminação e segurança na cidade.

De acordo com Boletim Epidemiológico nº 254 da Secretaria de Saúde do DF, de 11 de novembro de 2020, Ceilândia foi a região mais atingida e afetada em relação à concentração da quantidade de vítimas da covid-19, acumulando um total de 26.632 diagnósticos e com um número de 689 óbitos decorrentes do contágio do Sars-CoV-2. Em relação à proporção do coeficiente de mortalidade pelo seu número de habitantes ocupa a 3ª posição no número de mortes no DF, quase empatada com sua vizinha, a cidade de Taguatinga.

Segundo informações do Boletim nº 30 da CODEPLAN (2020), em relação à letalidade – que se refere à capacidade da doença causada pelo novo coronavírus em provocar mortes, as regiões mais afetadas foram o Sol Nascente e Pôr do Sol. E em seguida, Ceilândia Tradicional, que ocupa a 2ª posição. Esses dados confirmam que a pandemia da covid-19 vem atingindo, sobretudo as periferias urbanas das grandes cidades, as regiões que padecem de mais recursos, infraestrutura e políticas sociais.

A região da Ceilândia não contou com uma testagem expressiva da população e apresenta uma rede precária de serviços de saúde local. Com essa subnotificação, os números da covid-19 podem ser muito maiores comparando-se ao que constam nos boletins. Além disso, segundo o último Boletim Epidemiológico citado, de março

e até novembro de 2020, observou-se uma maior predominância da população negra entre as hospitalizadas em ambas as redes (pública e privada). Com essa informação do registro sobre raça, percebemos a vulnerabilidade dessa coletividade historicamente atingida por ações violentas por parte dos poderes públicos e que, perante o contexto da pandemia da covid-19, mais uma vez vivem a ausência estratégica das políticas públicas de proteção social e saúde.

A Usina de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos do bairro P Sul, denominada pelos órgãos oficiais de Usina de Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia (UTMB – Ceilândia), foi inaugurada em 1987 a qual considerou-se como a segunda maior usina central de tratamento de lixo do mundo, custando ao governo do DF na época 12 milhões. Esse é o espaço onde trabalham as catadoras com quem interagimos e acompanhamos, sendo que a maioria das mulheres entrevistadas participantes reside na QNR. A QNR é um bairro de Ceilândia constituído por pessoas de camadas populares, no qual a maioria das suas habitantes conseguiu a casa própria por meio de programas habitacionais do governo local. Além disso, a região possui problemas de infraestrutura, como a falta de iluminação pública, necessidade de postos de saúde, o asfalto inadequado de baixa qualidade, o sistema de captação de água da chuva ineficiente, ausência de espaços de lazer e a limpeza urbana precária. Ainda assim, essa periferia tem as marcas da violência, confirmada pelos assassinatos, os espaços destinados ao tráfico de drogas e os roubos/furtos na região.

3.2 DA ASSOCIAÇÃO PARTICIPANTE

As mulheres as quais interagimos nesta pesquisa estão vinculadas a uma associação, a Cataguar⁸, que atualmente está vinculada a Usina do P Sul,

⁸ A Associação foi criada oficialmente em abril de 2004, atualmente completou dezessete anos de funcionamento, na época da constituição contava com setenta e nove catadoras. Ela surgiu em uma favela, invasão chamada Vila Feliz localizada na quadra 38 do Guará 2 no DF. Ao mesmo tempo em que, antes do pertencimento oficial como associação, muitas já trabalhavam com a reciclagem de forma autônoma. As pessoas para sobreviverem se reuniram e fundaram a associação para trabalhar em conjunto, antes da fundação elas catavam os materiais de forma individual em todo o território do DF com carroças puxadas pelos animais ou veículos de tração humana “carrinhos” próprios. A associação funcionou aproximadamente dois a três anos no seu local de origem, quando ocorreu a retirada total da favela da região do Guará pelo governo, sendo transferidas para a região da QNR em Ceilândia, assim também veio junto a Cataguar. Atualmente a Associação funciona na Usina do P. Sul em Ceilândia, há aproximadamente dezesseis anos nesse local. Uma das lutas históricas delas é conseguirem a sede própria da organização e a mais recente conquista foi o marco de se constituírem como cooperativa.

administrada pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU), instância governamental autárquica do DF, cuja finalidade são a gestão da limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos urbanos. Após o recolhimento dos materiais reciclados fruto do trabalho inicial realizado nas esteiras da usina, no período noturno, esses materiais durante o dia são destinados ao galpão de triagem de materiais recicláveis.

A associação recentemente conta com sessenta e nove associadas (40 mulheres e 29 homens). Elas trabalham em um galpão de triagem no período diurno (07h às 15h), aproximadamente dezoito catadoras atuam nesse período, o restante opera no turno noturno (22h às 06h) vinculadas as atividades desenvolvidas na usina de reciclagem e compostagem. O ambiente de trabalho é cedido pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e todo o espaço é de responsabilidade do mesmo. Assim, por meio de um contrato de prestadoras de serviços celebrados entre as partes (governo, empresa terceirizada de gestão dos resíduos sólidos e associações), as catadoras também se responsabilizam por uma parcela significativa da gestão dos resíduos sólidos no DF.

Nesse sentido, destacamos que na área do estudo trabalha duas associações de catadoras, distintas entre si quanto ao seu processo produtivo, mas que compartilham o mesmo ambiente de trabalho e funcionamento na usina do P Sul. No local, funciona também uma empresa responsável pelo recolhimento dos rejeitos urbanos nas residências do DF, uma sede administrativa do SLU e recentemente com o fechamento do lixão da cidade Estrutural compartilham o espaço uma IRRs (novo galpão) com outras associações. A única associação que trabalha durante o horário noturno é a Cataguar na usina, que segundo elas não é avaliado como algo positivo.



Figura 01. Área interna das esteiras na Usina do P Sul.



Figura 02. Galpão de triagem de materiais recicláveis.



Figura 03. Sala do galpão de triagem de materiais recicláveis.

Na Cataguar, há o turno noturno, onde o trabalho acontece no contexto da usina. Assim, nas esteiras internas da usina as catadoras separam e coletam os materiais recicláveis. No mesmo local funciona outra associação de catadoras que também utiliza o espaço da usina para separação do material reciclado, mas essa associação não trabalha no período noturno e não participou deste estudo. Assim o trabalho nesta usina pública é dividido entre duas associações, uma de catadoras que atua no turno diurno e outra no turno noturno. As catadoras trabalham nas esteiras que fica dentro da usina, coletando e separando os materiais recicláveis para que, no dia seguinte, as catadoras do turno diurno exerçam o trabalho de triagem e separação manual no galpão. As atividades são a separação, a limpeza, a prensa e a venda dos resíduos: sedas, pets, alumínio das latas, papelão, cobre e papéis.

No que se refere à organização, as unidades de triagem organizam as trabalhadoras por meio da criação de associações, que são constituídas juridicamente, dispondendo de autonomia administrativa e operando mediante estatutos e regimentos internos específicos, em que se definem suas normas de gestão e funcionamento. A respeito da rotina de produção no galpão, o trabalho começa com a chegada do caminhão que despeja os resíduos no local adequado em cada unidade, os materiais recebidos são classificados, separados, armazenados, para depois serem comercializados. No que tange ao objeto de trabalho com os resíduos, nos galpões, este material já selecionado, será triado, prensado, pesado e vendido e voltará para o ciclo produtivo, para serem reaproveitados e reciclados novamente nas indústrias (ZANETI, 2006).

3.3 DOS PROCEDIMENTOS E DAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se buscou na realidade das catadoras as narrativas, os dramas e dilemas das participantes diante do contexto do novo coronavírus no DF, correspondido ao período vivido de março de 2020 a novembro do mesmo ano. Esse enfoque permitiu construir uma teoria do social a partir das percepções e perspectivas dessas mulheres.

De acordo com Minayo (2010), essa abordagem metodológica interpela as pessoas e o seu modo de atuação em determinado contexto social. Acompanhou-se as subjetividades do cotidiano presentes no universo delas no momento da proliferação da covid-19, tudo isso construído a partir da interação direta entre pesquisadores e a realidade dessas trabalhadoras. Os estudos de abordagem qualitativa proporcionam uma interpretação da realidade a partir da perspectiva das pessoas e coletividades, concentrando, assim na produção dos sentidos e significados, onde ocorrem os fenômenos sociais do qual faz parte o cotidiano (Minayo, 2007). É assim que este estudo tenta reproduzir as implicações e a complexidade da pandemia da covid-19 na vida das catadoras.

Dessa maneira, acompanhou-se a vida cotidiana dessas mulheres frente ao novo coronavírus em dois momentos significantes e emblemáticos para elas e os familiares. Inicialmente quando tiveram os locais de trabalho fechados, onde as atividades da coleta seletiva foram suspensas no DF pelo Decreto de nº 40.548, de 20 de março de 2020. E posteriormente, quando ocorreu o início da flexibilização e retomada da continuidade dos serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos sólidos recicláveis pelo Decreto nº 40.847 de 30 de maio de 2020. Em 29 de agosto de 2020, a associação participante conseguiu retornar as atividades laborais, após conseguirem cumprir algumas exigências como terem um plano de segurança e prevenção de risco, passarem pela avaliação das autoridades sanitárias, mediante também a aprovação do SLU referente as adequações feitas em todo ambiente de trabalho. Essas medidas de proteção e prevenção contra a covid-19 buscaram minimamente reduzir os riscos de contágio no contexto das atividades laborais da cata nas associações e cooperativas no DF.

Por conseguinte, para investigação desses dois momentos os quais revelam e marcam o cotidiano de vida dessas mulheres diante da pandemia, recorreu-se à abordagem etnográfica, a qual em conformidade com Nakamura (2011) é

caracterizada pela descrição aprofundada dos fenômenos e pela sua observação minuciosa. Essa abordagem é pautada pelo olhar, ouvir e o escrever (Oliveira, 1996), preservando um intenso trabalho coletivo de interação entre pessoas pesquisadores e as envolvidas (MINAYO, 2010). Segundo Oliveira (1996), o trabalho de campo com a abordagem etnográfica contempla esses três momentos, o olhar, o ouvir e o escrever. O olhar e o ouvir cumprem a função de coleta de dados, enquanto o escrever faz parte do momento de análise e interpretação dos dados obtidos em campo.

Paralelamente, buscou-se também o discurso produzido nas mídias digitais (sites, blogs e redes sociais), as publicações e postagens veiculadas nas redes sociais e sítios da internet do MNCR, da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT) e CENTCOOP. Além da investigação das notícias em fontes jornalísticas e nos atos governamentais do GDF. Assim, o levantamento das informações divulgadas diretamente pelas organizações das catadoras possibilitou a busca para o entendimento mais específico das diferentes experiências dessa população em relação a pandemia em fontes diversas, constituindo-se de uma análise retrospectiva. Essas organizações foram as escolhidas por serem as principais representantes das catadoras em âmbito nacional e distrital. Ao mesmo tempo que foi notado o engajamento desses grupos na divulgação de informações, pautas e lutas das trabalhadoras nas redes sociais virtuais durante o período da pandemia. Assim como também percebemos o engajamento na produção de *lives* no *Youtube* abordando o tema deste trabalho.

Concomitantemente, as questões levantadas nesta pesquisa advêm de uma interação densa do contexto de vida e cotidiano dessas mulheres durante a covid-19. Acompanhamos de perto, mesmo pela distância física oportuna para o momento, através das tecnologias digitais (*WhatsApp*) e às vezes por meio das conversas informais que mantínhamos com elas para apoiá-las nas distribuições das cestas básicas⁹. As implicações enfrentadas por essas catadoras durante o momento de

⁹ Atuamos especialmente apoiando as sessenta e nove catadoras da associação e seus familiares com o auxílio de cestas básicas. Isso foi possível através de uma rede de solidariedade instituída nas redes sociais virtuais por um grupo de colaboradoras intitulada “@melhoresdamente”, as quais se sensibilizaram com as histórias de vida e a realidade das catadoras apresentadas pelo autor principal desta pesquisa. Com isso, conseguimos minimamente diminuir o drama da insegurança alimentar neste momento extremo, com a entrega de trezentos e vinte cestas durante o período de março de 2020 a janeiro de 2021 - Anexo K.

proliferação do Sars-CoV-2 no território tocaram os sentimentos de empatia do pesquisador, onde nesse momento de pandemia nossos laços se estreitaram.

Dessa maneira, esta pesquisa combinou técnicas da etnografia, fundamentando-se em uma triangulação metodológica, já que reuniu dados e informações de fontes diversas e mistas, combinando pesquisa documental nos ambientes virtuais, material bibliográfico e entrevistas semiestruturadas. Assim foram momentos essenciais de trocas: a comunicação diária estabelecida pelas conversas realizadas via aplicativo do *WhatsApp* com as catadoras participantes; ou durante os poucos e rápidos momentos em que nos encontrávamos pessoalmente na ocasião da distribuição das cestas; e em uma oportunidade mais segura, no início de novembro de 2020, quando aconteceu a realização das entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram feitas seguindo algumas medidas como: o distanciamento de um metro e meio, o uso de máscaras pelos envolvidos (pesquisadores e participantes), a disponibilidade de álcool em gel e a escolha de um ambiente aberto, arejado onde sucederam as escutas, embaixo das árvores em frente à sede administrativa.

Nesse sentido, as catadoras que tinham participado e cooperado em estudos anteriores, realizados desde 2011 na mesma associação, foram convidadas a participar desta pesquisa, onde a partir do aceite acompanhou-se o cotidiano de seis dessas trabalhadoras. Ressalta-se que cinco participantes anteriores não puderam continuar por se enquadrarem em algum dos motivos de: não trabalharem mais na associação, não estabelecerem um diálogo com os pesquisadores; ou terem retornado para as regiões onde nasceram (meio rural) com o início das implicações da covid-19 nas cidades. Optou-se por essa maneira de seleção, pois o momento apresentava limites e dificuldades relacionadas as interações *in loco*, assim adaptou-se a pesquisa para acompanhar de forma densa e aprofundada o contexto das mulheres catadoras que já tínhamos interagido em outras conjunturas e oportunidades.

Algumas informações relevantes do perfil sociodemográfico das participantes estão apresentadas no Quadro 1 abaixo.

Quadro 01- Perfil das trabalhadoras catadoras entrevistadas

Nome	Idade	Tempo de cata	Escolaridade	Tipo da moradia	Cidade de origem
Sônia	54 anos	17 anos	Fundamental incompleto	Própria	Serra Talhada/PE
Rita	26 anos	10 anos	Médio completo	Própria	Ceilândia/DF
Maria	41 anos	28 anos	Analfabeta	Própria	Jacobina/BA
Carla	29 anos	11 anos	Médio Completo	Alugada	Luzilândia/PI
Ingrid	35 anos	13 anos	Fundamental incompleto	Alugada	Barro Duro/PI
Célia	35 anos	6 anos	Primário incompleto	Alugada	Irecê/BA

Fonte: Elaboração própria

As informações apresentadas do perfil das trabalhadoras participantes caracterizam-nas como uma população em vulnerabilidade em tempos pandêmicos, fazendo parte das histórias de vida delas: a baixa escolaridade devido as dificuldades de acesso à educação, principalmente pelo início do trabalho precoce (infância) em atividades que garantiram meramente o meio de sobrevivência; a cata tornou-se uma atividade laboral para as jovens pelas dificuldades de acesso e exclusão do mercado de trabalho formal, devido uma série de fatores como a competitividade, o alto índice de desemprego estrutural, a crescente informalidade, etc; a situação habitacional revela as implicações e o medo do despejo, especialmente em época pandêmica, daquelas que moram em casas pequenas ou barracos alugados pagando aluguéis absurdos; a maioria das catadoras que possui a casa própria foram em decorrência dos programas sociais de habitação, onde lutaram por esse direito durante um considerado tempo; e o histórico de migração revela o processo de êxodo rural, a saída das áreas rurais principalmente do Nordeste para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esse contexto apresentado da situação social das catadoras é evidenciado também em outras realidades pesquisadas, como corroborado nos estudos de Júnior et al. (2013), Oliveira et al. (2011) e Almeida et al. (2009).

Por fim, as entrevistas semiestruturadas foram gravadas, quando permitidas por meio do consentimento verbal das participantes, combinando perguntas abertas e fechadas (Anexo I). As entrevistas foram realizadas durante o descanso do horário de almoço, com cada uma tendo em média quarenta minutos de duração. Através do diálogo estabelecido nas entrevistas, as mesmas foram transcritas e posteriormente analisadas de acordo com as unidades de significados (MOREIRA; SIMÕES; PORTO, 2005).

Algumas questões orientaram as conversas e foram disparadoras para a interação, como elas: entenderam o momento atual e estão vivendo a experiência da pandemia; perceberam e sentiram as ações de proteção social do Estado neste período, incluindo a atuação do SUS; empreenderam o cuidado em saúde individual e coletivo nos seus bairros/lares e posteriormente no ambiente trabalho; e articularam ações para lidar e enfrentar a pandemia da covid-19.

Em relação às considerações éticas do estudo, os nomes das entrevistadas e de seus familiares citados nos relatos foram modificados para protegê-las. Ademais, este estudo faz parte de um projeto de pesquisa maior aprovado pelo número CAAE 34150214.9.0000.5540 avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DA REALIDADE DAS CATADORAS RETRATADA NAS MÍDIAS DIGITAIS¹⁰

“Preparei a refeição matinal. Cada filho prefere uma coisa. A vera, mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de aveia. Já que não posso dar aos meus filhos uma casa descente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna”. (Carolina Maria de Jesus, 2014, p. 21)

As mídias digitais revelam os dilemas experimentados pelas catadoras frente ao contexto da covid-19, embora cada realidade das regiões brasileiras tenha sua particularidade e as trabalhadoras vivenciaram de forma diferente e singular cada

¹⁰ Esta subseção foi submetida e apreciada positivamente em abril de 2021 como capítulo de livro para publicação no E-book intitulado “A CRISE DA COVID-19 NO BRASIL: aspectos jurídicos, políticos, econômicos, sociais...”, vinculada ao Grupo de Pesquisa sobre Governança do Curso de Relações Internacionais da FAJS/ CEUB e diversas universidade franco fônicas - Anexo F.

contexto, acreditamos que essa premissa se materializa justamente pelas disputas políticas e ideológicas que circunscreveram a adoção das reais medidas sanitárias necessárias para proteção da população ao vírus Sars-CoV-2 e ao próprio reconhecimento da doença em si perpetrado por um governo federal omissivo e pelo negacionismo científico. Por essa razão, destacamos que não houve uniformidade em relação as medidas de prevenção ao contágio por parte dos entes federativos frente a realidade das catadoras na pandemia do novo coronavírus. Talvez isso tenha se dado dessa maneira pela própria inércia do governo Federal e das instâncias públicas da União junto às demandas e singularidades da categoria. Em consoante com esse contexto, buscamos nesta seção discutir os elementos que elucidam de forma geral os momentos mais significativos e sentidos por essas trabalhadoras neste período.

Conforme informações divulgadas no sítio da *internet* oficial do MS, o novo coronavírus pertence a uma família de vírus e provoca a doença denominada covid-19. Essa doença ocasiona problemas respiratórios como infecções que podem ser agravadas. Esse novo vírus foi descoberto em 31 de dezembro de 2019 na China. No Brasil, a doença teve os seus primeiros registros diagnosticados em fevereiro de 2020¹¹. A transmissão acontece de uma pessoa que está contaminada para outro indivíduo, a partir de contato próximo entre estes. Esse contágio se dá também pelo contato com objetos e superfícies contaminadas, tosse, gotículas de saliva, espirro e aperto de mão.

Em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, ao mesmo tempo foi quando começaram as movimentações nas mídias digitais dos representantes das catadoras no Brasil. A pandemia da covid-19 é um fenômeno mundial de características inigualável no sentido de sua extensão, velocidade de propagação, impactando de maneira avassaladora a população e os serviços de saúde, sobretudo as populações vulnerabilizadas (SANTOS et. al., 2020). A OMS pediu que todos os países intensificassem medidas emergenciais para reduzir o avanço da contaminação, entre elas recomendou a manutenção do distanciamento e isolamento social para a diminuição da proliferação do Sars-CoV-2.

As recomendações para a proteção e prevenção são: usar máscaras; evitar circulação em locais propícios a aglomerações; manter o ambiente onde se vive limpo e bem ventilado; evitar o compartilhamento de objetos pessoais (talheres, copos,

¹¹ Saber mais em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/02/26/empresario-de-61-anos-e-o-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil.htm>.

toalhas, entre outros); higienizar com certa frequência o aparelho celular; evitar o contato físico; manter a distância mínima de 2 metros de qualquer pessoa; evitar o contato das mãos aos olhos e bocas; higienizar bem as mãos com água e sabão ou álcool em gel 70%.

O escasso conhecimento sobre os modos de transmissão e o papel dos portadores assintomáticos na difusão do Sars-CoV-2, têm desafiado pesquisadores, gestores da saúde e governantes na busca de medidas de saúde pública não farmacológicas, na tentativa de evitar o esgotamento dos sistemas de saúde e permitir o tratamento oportuno de complicações graves, bem como evitar mortes (AQUINO, et al., 2020). Desde o início da extensão da pandemia nos países desenvolvidos, a OMS alertava a preocupação para quando o vírus atingisse a América Latina algumas delas diziam a respeito: cadáveres deixados abandonados nas ruas no Equador; baixo número de equipamentos ventiladores no Haiti e Guatemala; perfil epidemiológico de risco à doença como hipertensão, obesidade e diabetes no México; as condições sanitárias das favelas brasileiras superlotadas e o acesso ao saneamento básico limitado (BURKI, 2020). Esses elementos mostram a complexidade da crise sanitária instaurada nos países onde as dificuldades para se manter vivo já são infinitas.

No Brasil, a Portaria N° 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, declarou emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, mostrando preocupação com a situação demandada, o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública. A Portaria n° 454, de 20 de março de 2020, declarou em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária. Nesse ato fica destacado a necessidade premente de envidar todos os esforços em reduzir a transmissibilidade e oportunizar manejo adequado dos casos leves na ABS e dos graves na rede de urgência/emergência. A doença nessa época que já tinha matado mais de 20 mil brasileiros avança nas periferias e afeta especialmente as populações vulneráveis (CAPONI, 2020). Atualmente, o número de óbitos representa quase 600 mil mortes.

O momento complexo exigiu das autoridades sanitárias em âmbito nacional e internacional o distanciamento social da população como principal medida de enfrentamento da doença, ao mesmo tempo que a adversidade primária gera outros problemas secundários como o comprometimento da renda das trabalhadoras informais. No Brasil, o cenário político de disputa das estratégias, no qual se soma, à

crise sanitária, uma grave crise política, a implementação das medidas de controle, incluindo o distanciamento social, foi assegurada pelos governadores e prefeitos (e, por vezes, pelo Judiciário), principalmente nos estados mais afetados (AQUINO et al., 2020; CAPONI, 2020).

A cada dia mundialmente à doença se espalha com grande potencial de transmissibilidade, sendo que os casos mais graves e a mortalidade estão associados a condições saudáveis. As comorbidades associadas mais comuns são doença pulmonar, diabetes e velhice (WESTON; FRIEMAN, 2020). Em contrapartida, qualquer ser humano pode se contaminar e também ser fonte de transmissão da doença, pois há os sintomáticos e os assintomáticos. Embora exista uma preocupação mundial maior com o grupo de pessoas de idade mais elevada, como as idosas, pois são pessoas dos grupos de risco para o desenvolvimento dos quadros mais graves da doença devido às comorbidades.

Desse modo, no caso brasileiro outra preocupação acentuada referem-se às questões intrínsecas mais complexas as desigualdades sociais, posto que as periferias urbanas, onde vivem as catadoras, possuem contextos propícios os quais facilitam a disseminação do vírus, visto a necessidade de renda, a precariedade do trabalho, as condições das moradias, a quantidade de pessoas em uma mesma casa, e tal como a escassez do saneamento básico. Para Kennedy et al. (2020) existem elementos que trazem uma preocupação maior com a população mais pobre e vulnerável em uma situação de propagação do vírus, já que se encontram em maior risco, sobretudo pelos aspectos relacionados às dificuldades de acesso aos serviços de saúde, o trabalho informal e, principalmente pelos contextos precários de vida nas periferias. A realidade desses territórios acaba dificultando sobremaneira a adoção de medidas padronizadas de proteção contra o Sars-CoV-2.

Nesse contexto, enquadram-se as catadoras que desde o início da pandemia da covid-19 teve o sustento pessoal e familiar comprometidos com o fechamento dos galpões de triagem de materiais recicláveis. Esses locais de trabalho trouxeram inovação tecnológica para o processo produtivo da reciclagem no cotidiano dos milhares de catadores vinculados às associações e cooperativas de todo o Brasil. A necessidade de políticas públicas e ações em saúde já era uma demanda antes mesmo do período da pandemia do novo coronavírus, mas que no momento oportuno intensificou tais peculiaridades relacionadas às condições de trabalho, a saúde, aos riscos de contaminação, a renda, a moradia, e qualidade da habitação, etc.

Segundo Urban e Nakada (2020), o sistema de reciclagem brasileiro é altamente vulnerável aos efeitos causados pela pandemia da covid-19, considerando os aspectos ambientais e econômicos provocados pela suspensão dos programas de reciclagem nas cidades brasileiras. De acordo com Dias et al. (2020), a reciclagem dos resíduos sólidos pode ser uma alternativa para estratégias de sustentabilidade nas cidades, de proteção ao meio ambiente, de inclusão produtiva e de governança participativa, seguindo a PNRS. Todavia em época da covid-19, a gestão dos resíduos sólidos urbanos nas grandes cidades encontrou-se fragilizada, vários países criaram iniciativas específicas para lidar com as dificuldades (ARAÚJO; SILVA, 2020).

Ainda de acordo com essas autoras, alguns países, por exemplo, tornaram responsabilidade da população o armazenamento dos resíduos gerados, assim a população passou a ser responsável pela quantidade de resíduos acumulados e a qualidade do material para fazer esse armazenamento com o intuito de evitar contaminação. No caso do Brasil, não houve uma recomendação ou coordenação única governamental no âmbito da União para esse dimensionamento, o que levou cada região ou ente federativo a apresentar determinada diretriz na lida com a gestão dos resíduos no momento da pandemia.

Diante desse contexto, no dia 16 de março de 2020 iniciaram as postagens referentes ao novo coronavírus nas redes sociais do MNCR, inicialmente tratando-se de uma reportagem do Brasil de fato, cujo título era “Nada de pânico, mas nada de negação” diz médico sobre o coronavírus”. Ademais em 16 de março foi divulgado um vídeo de denúncia e pedido de socorro das catadoras do DF devido às más condições de trabalho nos galpões do GDF. Em suma no vídeo uma catadora mostrava a realidade de um galpão “trabalhando no chão, muita gente doente”. Ela exigia providências do governo, alertando para os problemas de funcionamento em um dos motores das esteiras, mesmo com as dificuldades ela trabalhava para sua subsistência e da família, não podendo parar o trabalho. Submetia-se assim a uma condição desconfortante de sofrimento para ela e os colegas da associação.

Esse vídeo da catadora acentua o contexto antes da pandemia da covid-19, reclamações em relação as condições do ambiente de trabalho e a circunstância dos materiais recicláveis que chegavam sujos e eram perdidos. Além disso, mostra uma colega catadora que tinha feito uma cirurgia e mesmo com a região cirúrgica apresentando inchaço ela tinha que continuar trabalhando naquelas condições de agachamento constante devido aos problemas na esteira. No mesmo vídeo, a

catadora diz não poder paralisar o trabalho por não terem condições de pagarem multa por conta do contrato firmado com o governo. Percebemos que esse é um dilema evidente no momento da pandemia da covid-19, onde essas fragilidades nas relações trabalhistas surgem à tona escancarando a precariedade do trabalho em suas vidas. Assim a vida das catadoras condiz com idas e vindas dessa possibilidade de submissão ao trabalho, de ausências das ações de proteção social por parte do Estado e ao mesmo tempo de resistência.

Em 16 de março de 2020 um outro vídeo foi divulgado, tratando-se de um caso de uma associação também do DF, o seu conteúdo expunha uma situação de emergência, a catadora relatava *“saiu um gás do meio do lixo”* e as catadoras começaram a passar mal devido a essa ocasião. Alertava para a necessidade de ajuda por parte do governo e mostrava preocupação em relação a saúde das catadoras. Nesse vídeo a catadora chamava atenção para o perigo da contaminação, apesar de alguns locais/comércios no DF naquele momento se encontrarem fechados as trabalhadoras continuavam trabalhando expostas aos riscos e à covid-19 no trabalho, sem nenhuma orientação até o momento por parte do governo local. Devido ao incidente as catadoras evacuaram o local. Em outra ocasião agora no estado do Goiás antes do fechamento dos ambientes de trabalho pela covid-19, mas em um contexto nacional de proliferação do vírus as catadoras continuavam recebendo nos espaços das associações e cooperativas o material reciclável, sendo que neste período o poder público não ofertou nenhum Equipamento de Proteção Individual (EPI), assim como nenhuma orientação e informação em relação à pandemia da covid-19.

Ainda em 16 de março, postaram a primeira publicação diretamente relacionada a pandemia global e a proteção das trabalhadoras da cata. Como ressaltado por elas as ações listadas eram complementares a outras históricas reivindicações por melhores condições de trabalho, que cotidianamente deve ser exigido pelos poderes públicos, visando a segurança e qualidade no trabalho. Nesta publicação evidenciaram também a questão da insegurança alimentar. As orientações contemplavam: 1) o cuidado na base; 2) a limpeza das áreas comuns; 3) educação ambiental e a colaboração na comunidade alertando também para os riscos das arboviroses (dengue, zika e chikungunya); 4) busca de doações de produtos de higiene, máscaras e EPI junto as instâncias do poder público e no comércio das comunidades. Nesse sentido reforçavam que se a associada ou cooperada estivesse

doente era para ficar em casa e procurar o atendimento no serviço de saúde, as medidas de higienização das mãos com álcool em gel 70%, a necessidade do uso contínuo durante o trabalho dos EPI, especialmente o uso das máscaras e a defesa do SUS eram colocadas em divulgação.

Em um vídeo divulgado neste período uma representante do MNCR do estado de Goiás diz *“a gente tá esquecido, parece que a agente não existe”*, a catadora mostra preocupação e o medo da contaminação, haja vista a alta probabilidade de contágio por meio da presença do Sars-CoV-2 nos resíduos sólidos. Também fala sobre a segurança de permanecerem em casa de quarentena. Entretanto alerta para a responsabilização do poder público pelo *“direito à quarentena”*. Ela pontua questões relacionadas a falta de diálogo com as instâncias governamentais da prefeitura no que se refere a disponibilização dos EPI ou a ajuda de custos para poderem paralisar o trabalho. Uma catadora do Estado de Alagoas, em outro vídeo divulgado cobra a agilidade do governador para as compras dos EPI e alerta sobre a vulnerabilidade da categoria.

Em 24 de março de 2020, Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), recomendam ao prefeito municipal de Belo Horizonte (BH), tendo em vista todo o cenário instaurado pela pandemia da covid-19. A disponibilização e distribuição de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e EPI (luvas, botas, óculos, máscaras faciais, álcool em gel etc) nos ambientes de trabalho. O fornecimento de informações e treinamento para adoção das medidas de proteção à transmissão da covid-19. Assim como a paralisação do trabalho realizado nas unidades de triagem de materiais recicláveis, principalmente pelos riscos desconhecidos e a possibilidade de disseminação do vírus para essas trabalhadoras. E assim que encerram o documento pontuando sobre a urgência do fomento de um auxílio financeiro temporário.

Ao analisarmos as postagens das redes sociais percebemos que o mês de março e abril de 2020 foram marcados na realidade das catadoras pela paralisação das atividades de coleta seletiva em diferentes regiões do país e no DF. Em algumas ocasiões as catadoras paralisaram por conta própria por reconhecerem o risco que a categoria corria, tendo em vista que trabalham diretamente em um ambiente insalubre e altamente contaminado. Com as catadoras suspensas das suas atividades nos galpões de triagem os materiais recicláveis estavam seguindo para os aterros sanitários, existindo também inclusive algumas associações e cooperativas pelo Brasil

que não paralisaram as atividades laborais se submetendo ao risco iminente de infecção pelo Sars-CoV-2, haja vista a periculosidade de contágio no contexto da atividade ocupacional na cata.

No DF, as atividades de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, o recebimento e a triagem de resíduos recicláveis nos centros de triagem e o recebimento de resíduos nas usinas de compostagem foram suspensos pelo Decreto de Nº 40.548 de 20 de março de 2020. O período da suspensão foi estabelecido no ato administrativo, enquanto houvesse o risco de transmissão do novo coronavírus. No mês seguinte, os poderes públicos, ao mesmo tempo impulsionado pela mobilização das catadoras, começaram uma articulação na tentativa de fornecerem um suporte financeiro básico por meio de pagamentos antecipados referentes aos contratos celebrados com as associações e cooperativas, autorizado pelo Decreto de Nº 40.626 de 15 de abril de 2020.

Ao mesmo tempo que a pandemia culminou no fechamento dos galpões de triagem de materiais e as usinas de compostagem do SLU no DF, com apenas três semanas sem nenhuma renda, as catadoras começaram a sofrer e sentir os efeitos da pandemia do novo coronavírus. Elas ficaram sem a única renda que sustentava as famílias, mostraram preocupação com o pagamento dos aluguéis de moradia, inquietações relacionadas a manutenção financeira das associações e cooperativas; e também com a própria segurança alimentar. Nesse período tiveram mais o apoio dos parceiros e ações comunitárias do que do próprio governo, já que foi um momento de pouco diálogo entre as instâncias públicas e a categoria. Além disso, manifestaram dificuldades para o recebimento dos auxílios financeiros prometidos a essas trabalhadoras, tendo até que articularem mobilização para a cobrança do auxílio junto aos órgãos da assistência social, vale destacar em um momento de distanciamento social.

Desse modo, o primeiro impacto da covid-19 na vida dessas trabalhadoras foi atingir significativamente a única fonte de renda para a sobrevivência da maioria da categoria. Com isso, percebemos uma forte articulação de campanhas de solidariedade virtuais e comunitárias. Diferentes instituições e organizações públicas, parceiros, empresas, amigos e Universidades auxiliaram as catadoras a enfrentarem esse período com a entrega nas associações e cooperativas espalhadas por todo o Brasil de cestas básicas, produtos de higiene e entre outros insumos ou na produção de informações em saúde visando a segurança e proteção contra o Sars-CoV-2.

As campanhas solidárias e a união das catadoras tomaram conta de todo o território brasileiro Porto Alegre, Maceió, Salvador, Amazonas, Distrito Federal, Manaus, Belo Horizonte, Ceará, Curitiba, Paraíba e entre outras localidades. Ademais identificamos ações de “vaquinhas” *on-line*, mobilizações nas mídias digitais, algumas com *slogan* do tipo “Ajude os heróis da cidade de São Paulo”; “Ajude os heróis da cidade do Rio Janeiro”, tais campanhas forneceram um apoio significativo para as catadoras nos meses iniciais da pandemia. Assim como as ações solidárias protagonizada pela CENTCOOP no DF para apoiar as associações e cooperativas do planalto central.

Destacamos aqui a campanha em caráter emergencial protagonizada pela ANCAT, juntamente com o MNCR, a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais recicláveis do Brasil (Unicatadores) e parceiros apoiadores, com *slogan* “Solidariedade aos catadores do Brasil, Quem sempre cuidou da cidade e do meio ambiente agora precisa da sua ajuda!”, que contou com o envolvimento de artistas e atores globais na divulgação, cujo o objetivo principal era diminuir os efeitos dramáticos da pandemia na realidade da categoria, pedindo alimentos básicos, itens de higiene e EPI como suporte a essas trabalhadoras no momento de pandemia vivido. Essa mesma campanha em meados do mês de junho de 2020 entregou os cartões de vale-alimentação para catadoras de diferentes localidades do país.

Em abril de 2020 existiu o alerta para a necessidade da renda básica emergencial, assim como os poderes públicos federais começava a se articular para auxílio emergencial no valor de seiscentos reais para adultas vulneráveis e mil e duzentos reais para as mães-solo. Assim como começaram a surgir alguns estudos relacionados ao tempo de permanência do Sars-CoV-2 nas superfícies dos materiais, tais como: cinco dias no plástico, oito horas nas luvas cirúrgicas, quatro dias na madeira, quarenta e oito horas no aço, de duas a oito horas no alumínio, quatro dias no vidro e quatro a cinco dias no papel (KAMPF et al., 2020).

Em maio de 2020, aproximadamente dois meses após o início da pandemia e jornada sem renda de subsistência para a catadoras, os poderes públicos começaram a traçar algumas estratégias para subsidiar renda especificamente direcionada para essas trabalhadoras. Nesse momento surge também alguns planos de gestão para a atividade de cata, visando a proteção e segurança no trabalho nas associações e cooperativas. Ao mesmo tempo que alguns assumem o risco e retornam ao trabalho devido as necessidades provocadas pela pandemia, assim não tiveram o direito de

permanecerem em quarentena ou com mais segurança em casa. Identificamos neste momento a preparação da categoria, assim como o anseio deles para o retorno às atividades laborais, muito sentido pela necessidade de sustento das famílias e pela latente condição de insegurança alimentar. Tendo em vista esse contexto, a categoria estabelece através das *lives* um incansável diálogo entre os pares, com o universo acadêmico e atores governamentais. Destacamos que neste momento também continua um forte engajamento em torno da solidariedade para as catadoras, mais especificamente direcionado ao fomento a segurança alimentar através da entrega de cestas básicas nas associações e cooperativas.

Em junho de 2020, foi um período de extrema dificuldade para as catadoras, com três meses da covid-19 com alta significativa no número de pessoas infectadas e óbitos no Brasil. Além desse cenário, a realidade mostrava a necessidade iminente de renda por parte dessas trabalhadoras que até o momento contavam com a rede de solidariedade e o auxílio emergencial, sendo que alguns ainda enfrentavam as dificuldades para o recebimento do auxílio emergencial do governo federal. Paralelamente ocorria uma ameaça crescente à atividade e a finalidade das atividades das catadoras para o meio ambiente, sendo um estágio marcado pelo crescente interesse das usinas de incineração (PL 639/2015) e o medo do cancelamento dos contratos das associações e cooperativas junto ao poder público nas instâncias governamentais. O PL 639/2015 visa alterar a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2020, que institui a PNRS, para incluir no plano municipal de gestão integrada, a queima de resíduos sólidos para geração de energia, bem como, conceder incentivo tributário para as empresas constituídas para este fim. Algumas frases marcam a ocasião de resistência das catadoras como: *“Deus recicla, o diabo incinera”* e *“Vida saudável sem incineração: hoje e sempre”*.

Em uma das ocasiões na região metropolitana de São Paulo (SP) a prefeitura cancelou o contrato de prestação de serviços de uma cooperativa de catadoras, estabelecendo um prazo de trinta dias para a desocupação do espaço. As trabalhadoras dessa unidade em um momento crítico da pandemia de covid-19 relacionado ao número elevado de pessoas contaminadas e óbitos tiveram que iniciar uma jornada de luta e mobilização em defesa da manutenção do contrato. Assim ocuparam o local por dias e noites e iniciaram um estreito diálogo com o poder público local, contraditoriamente o que não permitiu o distanciamento social. A mobilização

das catadoras refletiu na renovação do contrato por mais três meses com vistas a negociação de um novo contrato definitivo.

Desse modo, as catadoras iniciaram diálogo com as indústrias da reciclagem, conversando mais sobre a proteção e segurança no trabalho para o retorno das atividades de cata num momento de pandemia. Algumas entidades se mobilizaram para a retomada da coleta seletiva no Brasil, sendo que pontualmente neste momento algumas associações e cooperativas retornam as atividades tentando manter algumas orientações de segurança. Destacamos que ao mesmo tempo que umas já tinham retornado ao trabalho outras começavam a cobrar o poder público para o retorno ao trabalho com um mínimo de segurança. Nesse momento, ocorreu uma diminuição nas ações de fomento a segurança alimentar como a entrega de cestas básicas e começa uma rede solidária e comunitária mais voltada para o fomento da segurança no trabalho, como o recebimento de EPI, EPC e máscaras *face shields* para as associações e cooperativas visando o retorno ao trabalho. No DF o retorno ao trabalho foi permitido pelo Decreto Nº 40.847 de 30 de maio de 2020, que autorizou a continuidade dos serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos sólidos recicláveis, desde que os prestadores de serviços apresentassem algumas exigências. As medidas requeridas pelo decreto exigem um plano de segurança e prevenção de risco para as trabalhadoras envolvidas nas atividades, a submissão a uma avaliação das autoridades sanitárias e aprovação pelo SLU.

Em julho de 2020, tem relevância as ações dos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas. As catadoras iniciam uma luta para o retorno ao trabalho, principalmente pelo contexto complexo de dificuldades e dilemas provocadas pela pandemia da covid-19. Elas começam a defender o trabalho da cata como um serviço a ser considerado como essencial, justificando-se pelo maior consumo de embalagens descartáveis no momento da pandemia. Também destacamos que não só por uma questão ligada a covid-19, elas se encontravam articuladas realizando uma forte movimentação contra a incineração em defesa da reciclagem, do meio ambiente e da defesa do cooperativismo como uma forma de geração de trabalho e renda com oportunidade para as excluídas do mercado formal. A partir de agosto de 2020, pouco se abordou a respeito da realidade da pandemia, ganhando relevância outras pautas como a defesa e comemoração dos 10 anos da PNRS que marcou o fim dos lixões e a valorização do trabalho da catadora.

No DF o aterro controlado do Jóquei, popularmente conhecido como o “lixão da Estrutural”. De acordo com pesquisa feita por Mosna e Zaneti (2020), com o fechamento do citado lixão previsto na PNRs, a mudança das catadoras no DF ocorreu para as IRRs, onde teve uma melhora nas condições de trabalho no que se referiu a diminuição de alguns riscos à saúde. Em contrapartida, na visão das trabalhadoras entrevistadas nessa mesma pesquisa, tal mudança teve um impacto negativo na renda, sendo que 80% delas preferiam correr os riscos do local de trabalho antigo do que ter tido o impacto significativo na renda com a mudança. Consoante com essa realidade, atualmente a covid-19 também impactou severamente a renda dessas trabalhadoras, merecendo um acompanhamento e medidas a serem tomadas por parte do poder público durante a pandemia e pós-pandemia, para uma valorização do trabalho das catadoras, reconhecimento da importância da coleta seletiva e efetiva inclusão social das trabalhadoras com respeito e dignidade das suas demandas, principalmente na área da assistência social. Também por parte da sociedade elas almejam mais respeito.

Em setembro de 2020, temos a primeira e única testagem gratuita para detecção do Sars-CoV-2 especificamente para catadoras no Rio Grande do Norte (RN) devido uma ação conjunta da Promotoria de Justiça do RN e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A divulgação do manual operacional reforçando a necessidade dessas medidas para proteção no trabalho. Assim como uma estratégia do governo paulista de ampliação do auxílio emergencial em SP, haja vista as catadoras não terem retornado ao trabalho nessa região.

Em outubro de 2020, temos a experiência do auxílio financeiro no Ceará (CE). Percebemos que na medida em que as associações e cooperativas foram retornando ao trabalho, a covid-19 não era mais um tema central de discussão, acabaram as postagens e as *lives* que abordavam o tema da pandemia em questão. A corrente solidária instaurada agora era para doação de EPI e EPC visando exclusivamente o retorno às atividades ocupacionais.

Desse modo, o período de início do mês de novembro de 2020, foi marcado pelo retorno ao trabalho em SP e a retomada da coleta seletiva em BH. Ao mesmo tempo, que nesse período averiguamos um número significativo de homenagens e condolências na página do *Facebook* do MNCR aos colegas da categoria que partiram, alguns óbitos confirmados pela covid-19 e também por outras causas.

Quadro 02- Apresentação das notícias incluídas veiculadas em algumas mídias digitais referente a realidade das catadoras do DF.

Nº	Título da reportagem	Nome da fonte	Data
01	GDF proíbe coleta por cooperativas e que auxílio para catadores	Metrópoles	20/03/2020
02	Governo do DF vai pagar auxílio a catadores durante pandemia da covid-19	Terra	21/03/2020
03	Catadores do DF enfrentam isolamento social dependentes de doações e sem saneamento e renda	G1	14/04/2020
04	Coronavírus: Adasa reforça regras de coleta e destinação de lixo	Correio Braziliense	15/04/2020
05	Ibaneis Rocha assina decreto autorizando retomada da coleta seletiva no DF	Métropoles	30/05/2020
06	Contra infecção por Covid-19, catadores devem armazenar resíduos por 72h	Metrópoles	01/06/2020
07	Observatório da UnB oferece diretrizes para a proteção dos catadores de material reciclável em meio à pandemia	UnB	24/06/2020
08	Benefício calamidade: catadores de recicláveis recebem primeira parcela	Correio Braziliense	09/09/2020
09	Pandemia causou impacto na reciclagem no Distrito Federal	Correio Braziliense	20/09/2020
10	Covid-19 compromete sustento, sobrevivência e saúde de catadores de lixo	Correio Braziliense	29/09/2020
11	Família de catadores de recicláveis pedem ajuda para sobreviver à pandemia	Correio Braziliense	05/11/2020

Fonte: Elaboração própria.

Ao acompanharmos as reportagens veiculadas na pandemia da covid-19 referente a realidade do DF, percebemos forte mudanças nos aspectos sociais como na lida cotidiana do modo de viver das catadoras. Em relação aos aspectos ambientais observamos o comprometimento da vida útil do aterro sanitário de Brasília localizado na cidade de Samambaia e concernentes a saúde das trabalhadoras diretamente pelo risco da contaminação pelo Sars-CoV-2. Destacamos que para as catadoras autônomas das “carrocinhas” nas ruas a rotina imposta pela disseminação do vírus

não as impactaram significativamente referente a renda igual as associadas e cooperadas, pois, ficaram mais expostas nas ruas. Entretanto, o fechamento dos comércios e os resíduos recicláveis disponíveis nos locais públicos tenham acarretado na queda da quantidade coletada influenciando na diminuição da renda também das catadoras autônomas. Os auxílios geridos pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) do DF referente as três parcelas no valor de quatrocentos e oito reais, que alcançaram trinta e quatro entidades, cerca de mil cento e cinquenta e seis trabalhadoras, apresentaram dificuldades para chegar até as catadoras e foram insuficientes para sobrevivência delas.

A situação da pandemia da covid-19 agravou mais ainda o contexto do trabalho precário e das desigualdades sociais, o que confirmou a premissa de serem cidadãs mal incluídas no ciclo da reciclagem e excluídas socialmente. O período foi marcado pela queda e ausência da renda mesmo recebendo os auxílios do governo, gerando nas trabalhadoras sentimentos de sofrimento, de impotência e tristeza em presenciarem as famílias e os filhos passando por necessidades básicas. O medo de contrair o vírus, veio acoplado as incertezas com o futuro do trabalho, e consequentemente o pavor do desemprego. Em um momento significado pelo retorno ao trabalho vivenciaram diminuição do lucro e da produção, agravando mais ainda a realidade. Segundo reportagem intitulada “Pandemia causou impacto na reciclagem no Distrito Federal”, só no primeiro semestre do ano de 2020, houve diminuição de 45% na coleta de resíduos recicláveis no DF.

Diante disso, apontamos para a necessidade urgente dos agentes públicos direcionarem políticas públicas voltadas para esse grupo social, pois esse contexto de pandemia mostra que essas trabalhadoras são as mais vulneráveis no ciclo da reciclagem, embora sejam essenciais para a gestão dos resíduos sólidos urbanos necessitam atenção governamental pelas comprometedoras condições de vida. O lucro oriundo da produção e trabalho árduo nos galpões de triagem depende da quantidade e da qualidade do material. Assim salientamos a necessidade de a população também ter o compromisso de cuidar dos resíduos sólidos separando o material reciclável corretamente, em direção de uma vida mais sustentável voltados para sensibilização da coleta seletiva e cuidado com o planeta.

Com esse cenário complexo, fica evidente a relevância do diálogo permanente entre os poderes públicos com a categoria e de ações de prevenção de doenças e promoção da saúde direcionados especificamente para esse grupo social,

perpassando por um compromisso governamental das políticas públicas e dos parceiros de instituições educacionais como o trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe da PrEpidemia vinculada a UnB, onde vem produzindo material de prevenção e proteção voltadas para as atividades ocupacionais das catadoras. Salientamos a necessidade das testagens em massa das para verificação e rastreamento dos casos de infecção pela covid-19, necessitando de uma articulação estreita com os governos, Universidades e sociedade civil. Além da urgência do envolvimento de parceiros e das indústrias da reciclagem. Em busca de compreendermos a lógica de contaminação nesta categoria de trabalhadoras das associações e cooperativas, evitando mais contaminações e possíveis riscos de óbitos na categoria.

Assim as medidas de proteção e promoção à saúde devem ser realizadas no cotidiano das associações e cooperativas de catadoras, não só durante o momento da pandemia do novo coronavírus que o cuidado à saúde dessas trabalhadoras deve ser colocado na agenda governamental. Os riscos à saúde são iminentes às trabalhadoras da reciclagem, mostrando sua condição de extrema vulnerabilidade, esse grupo necessita de atenção à saúde e programas específicos de saúde e assistência social durante todo os meses do ano. Destacamos algumas necessidades latentes como ações voltadas para o combate à violência doméstica, o assédio sexual, a alimentação adequada, o fomento de oportunidades de capacitação e educação para as catadoras e seus filhos, o acesso as creches, os programas populares de habitação, a atualização do cartão vacinal completa das trabalhadoras, etc.

As medidas de comunicação em saúde, sobre a importância do uso dos EPI e EPC no retorno ao trabalho, são de suma importância para o enfrentamento da pandemia da covid-19. Assim como o fomento de informações fidedignas para esse grupo social relacionadas ao Sars-CoV-2, valorizando a escuta e preservando uma abordagem de educação em saúde significativa sobre o tema, colocando a realidade e a participação das catadoras no centro das intervenções. Programas e ações específicos desenhados para as catadoras na prevenção e cuidado em saúde são urgentes e necessários. As autoridades sanitárias devem alertar as profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde (UBS) próximas as associações e cooperativas englobarem ações direcionadas para essas trabalhadoras. E também as associações e cooperativas podem fomentar a estratégia de elencar medidas internas para o cuidado em saúde voltados à própria organização do trabalho, como a

instauração de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), por exemplo.

4.2 IMPLICAÇÕES E DILEMAS VIVIDOS NA PANDEMIA¹²

“(...)O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la”. (Carolina Maria de Jesus, 2014, p. 29)

Outros enquadramentos sobre os adoecimentos e as mortes na pandemia da covid-19 dependem dos contextos dos grupos sociais e, muitas vezes, divergem das análises biomédicas. Questões sobre como se prevenir, como se curar, como se dá o contágio, variam a depender das circunstâncias da vida. O cenário de pandemia da covid-19 e as medidas para enfrentamento ao Sars-CoV-2 embasado exclusivamente no paradigma biomédico destoam da realidade vivida pelos grupos vulnerabilizados. A maioria das práticas em saúde está sendo constituída e voltada para o comportamento individual (higienização das mãos com álcool em gel ou sabão; uso da máscara e o isolamento e distanciamento social). Dificulta o enfrentamento da pandemia a forma como a centralidade do processo está sendo baseada na produção das medidas especialmente focadas no corpo biológico, no estado da doença e os riscos do contágio, sobretudo ancorado exclusivamente no saber técnico médico. A biomedicina busca construir protocolos clínicos e estratégias de prevenção padronizados por ser uma doença nova, para produção de medidas de proteção significativa. Em contrapartida, temos uma sociedade diversa e marcada por desigualdades.

No caso do Brasil, esse cenário se complexifica mais, pois há uma contradição, que está no fato de que nem mesmo esses protocolos se efetivam, pois, o governo federal se voltou para a busca pela “*imunidade de rebanho*” ao disseminar o novo coronavírus. Segundo a pesquisa feita pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, após análise de três mil e quarenta e nove normas federais produzidas em 2020, o governo federal executou uma estratégia institucional de propagação da pandemia¹³. Esses caminhos

¹² Esta subseção foi submetida como artigo científico a Revista Brasileira de Pós-graduação em Ciências Sociais – Anexo G (Qualis B5 na classificação de periódicos quadriênio 2013-2016 da Capes na área interdisciplinar), aguardando parecer dos avaliadores.

¹³ Ver Boletins de divulgação da pesquisa no site: <https://napdisa.prp.usp.br/pt/home-3/>

trilhados refletem nos serviços de saúde, em respostas à pandemia e outros adoecimentos e nas ações educativas em saúde. Somado a isso, há um olhar religioso, das igrejas neopentecostais, que prometem a proteção dos seus crentes. Esses elementos em conjunto conformaram uma explosão de casos e mortes por covid-19 no Brasil.

Os grupos sociais nas periferias não encontraram proteção em nenhuma das medidas tomadas ou olhares sobre a pandemia da covid-19 dos gestores. A vida no território da periferia não é individualizada, mas familiar, os territórios onde vivem são compostos de vários barracos sob um mesmo Código de Endereçamento Postal (CEP). Essa forma de ocuparem o território foi um impedimento para terem o auxílio emergencial do GDF, por exemplo, o qual estava disponibilizando o auxílio para uma única família por endereço ou CEP. Também, muitas dessas mulheres não conseguiram acessar o recurso, pois não conseguiram realizar o cadastro. Conforme explica uma dessas catadoras: *"As cooperativas da Central da Central da CENTCOOP todas ficou faltando quinze, vinte e vinte e duas pessoas (famílias) na lista, porque eles (governo) falam que não pode passar dois benefícios para uma casa, têm muitos que moram na casa do fundo, cada um tem seus filhos precisa dar comida e a situação tá muito delicada. Eu tiro por mim, eu nunca recebi benefício nenhum do dia que entrou esse tal de coronavírus". (Sônia)*

Outra catadora explica sobre as dificuldades do recebimento do auxílio prometido pelo GDF: *"Então é isso, ele (GDF) tá passando um benefício de quatrocentos e oito reais, se numa Associação cooperativa tiver trinta, o auxílio vem para dez, se tiver cinquenta, o auxílio vem para quinze. Então, tá a situação muito delicada para gente, mais faltou dezesseis, quando foi hoje veio para quatro, ainda tava errado vai ter que ir lá amanhã de novo, então para você ver o governo tá é brincando com a cara das pessoas". (Sônia)*

As catadoras reafirmam que, neste período da pandemia da covid-19, essas trabalhadoras não receberam nenhum tipo de ação efetiva do governo do DF para prevenir o contágio do vírus. O GDF prometeu um auxílio financeiro quando paralisou as atividades da coleta seletiva no DF, a estratégia denominada de "auxílio calamidade" referia-se a uma quantia de três parcelas no valor de quatrocentos e oito reais. Entretanto, as catadoras revelaram as dificuldades para o recebimento dessa assistência, assim como também tiveram barreiras para obter a renda do programa

auxílio emergencial do governo federal. Elas relataram que as datas de recebimento não eram cumpridas: *“Parecia que nunca ia chegar o dia de receber, não havia resposta do governo”*. (Rita)

As dificuldades eram várias e as barreiras eram muitas para recebimento dos auxílios financeiros. Outro fato relatado era a dificuldade em lidar com o sistema de acesso, elas afirmam que sempre aparecia a mensagem que estava *“em análise”*, o que levou muitas a não receberem o auxílio emergencial. Como explica a catadora: *“Esse negócio do governo, aí mesmo, muitas pessoas estão recebendo, mas outras não, tem outras que continua em análise, quando a gente vai abaixar esse tal de aplicativo aí, tá em análises, outra hora disse que não tem benefício e eu sei que é a situação, tá delicada”*. (Sônia)

Outra catadora explica: *“Receberam a metade dos cooperado nossos recebeu, ficou faltando dezesseis pessoas, desses dezesseis só receberam quatro, né a gente reclamando, no pé, liberaram quatro pessoas somente. E os restante aí, então a gente tá correndo atrás de si só, que tem cooperativas que de oitenta famílias só receberam trinta, em outras só receberam dez. Teve uma cooperativa que tem trinta só recebeu se eu não me engano bem só quatro de trinta pessoas! Então tá uma bagunça danada”*. (Rita)

Por esse território, onde vivem as catadoras, as portas das casas não estão fechadas e as familiares nucleares não se isolam, mas se expandem por redes que vinculam avós, avôs, tias, tios, sobrinhos, sobrinhos, netos, netas, vizinhas e vizinhos. Em alguns locais não há água encanada ou comida para as três refeições do dia, assim, é impossível ter sabão ou álcool em gel. Ao mesmo tempo, as pequenas igrejas neopentecostais que se proliferam nesse território exigiram a presença dos seus fiéis em seus cultos, afirmando a força da crença na contenção do contágio do Sars-CoV-2. E aqui enfatizamos a urgência em estabelecer diálogo com essas instituições religiosas e em responsabilizá-los pelo cuidado dos frequentadores de suas igrejas e em repensar o isolamento e distanciamento social em um território fluido por onde famílias e vizinhas circulam.

Por outro lado, a gestão na saúde não fortaleceu os serviços de saúde da atenção básica, os quais são os que mais se aproximam dos grupos vulneráveis. Tendo em vista que estão voltadas para a compreensão das dificuldades dessas

peças, as unidades básicas não se mostraram efetivas. Com a política de produzir a “*imunidade de rebanho*”, o governo federal acabou por focar na média e alta complexidade, nos hospitais como centro de contenção da pandemia da covid-19 e o caos se instalou¹⁴. Com o enfrentamento da doença causada pelo novo coronavírus, os hospitais, equipamentos e insumos médicos de alta complexidade passaram a sobressair e esses não são instrumentos principais de contenção de uma pandemia. Além disso, o presidente e outros negacionistas apostavam que a convivência social habitual operasse esse trabalho macabro e perverso, apostando no contágio em massa (Campos, 2020).

Em contrapartida, a rede de atenção básica se fragilizou e as ações educativas voltadas à prevenção e promoção da saúde não chegaram às periferias urbanas e aos territórios como deveriam. Assim, notamos as disparidades entre as medidas adotadas e o contexto vivido pelas catadoras. Não aconteceram a testagem em “massa”, o monitoramento dos casos nos territórios, políticas sociais de fomento a renda digna, e o investimento na atenção básica e estratégia saúde da família para superação da catástrofe sanitária.

Sem conseguirem chegar aos mais vulneráveis, por meio dos serviços de atenção básica, as únicas informações em saúde recebidas, e às vezes enviesadas, voltadas aos cuidados necessários contra o novo coronavírus que as catadoras tiveram acesso são oriundas da televisão, das redes sociais virtuais e das igrejas neopentecostais. Soma a esse cenário o movimento negacionista sobre a covid-19 que ganhou espaço nas redes sociais, divulgando *fakenews*, sobretudo também nos discursos dos agentes públicos como o atual presidente da república, que criticou as medidas sanitárias para controle da contaminação.

No caso das periferias urbanas, essas se viram mais fragilizadas, pois estrategicamente foram locais onde agentes públicos negacionistas se sentiram livres para não cumprirem decretos que exigem, por exemplo, o uso obrigatório de máscara. A cidade de Ceilândia foi um dos locais mais visitados pelo presidente Jair Bolsonaro no DF, onde ele provocou aglomeração, disseminou informações falsas, não usou máscara e fez pouco caso do impacto da pandemia¹⁵. Esse cenário pode ter acabado

¹⁴ <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/05/bolsonaro-usou-amazonas-para-experiencias-de-imunidade-de-rebanho-e-cloroquina-diz-vice-governador/>

¹⁵ Algumas reportagens revelam as constantes visitas. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/24/sem-mascara-bolsonaro-gera-aglomeracao-em-vista-a-feira-de-ceilandia.htm>

provocando a elevada quantidade de mortes e contaminações por covid-19 na cidade da Ceilândia. Historicamente, na visão de Hamaral (2011, p. 12) o território da cidade tem sido “palco das aventuras de políticos dispostos a usar e abusar da boa vontade dos ceilandenses que, desconhecendo suas origens, aceitam passivamente a interferência desta classe de lacaios”.

Nesse sentido, percebemos que a maneira de lidar com as medidas de proteção do Sars-CoV-2 não é a mesma para todos, assim como o suporte social para o cuidado na pandemia da covid-19 são marcados pelas desigualdades, desinformação e inércia do próprio Estado. Emanuelle Góes (2020)¹⁶, tece a seguinte crítica, “é normal 100 mil pessoas morrerem e a maioria ser pobre, negra, do Nordeste, da periferia, do Norte, indígena - essas populações sempre estiveram à margem”. Como explica as catadoras: “(...) *nessa tal de pandemia aí não fica pensando que prejudica é os ricos não, o rico tem onde ir buscar, prejudica é as pessoas de baixa renda nós, nos prejudica*”. (Sônia)

“Até falei lá no grupo ontem sobre essa questão, do pessoal não ficar confiando nesse dinheiro (auxílio emergencial) não, né?! Porque aí é tanta humilhação que a gente passa”. (Rita)

Em consoante com isso, tratamos do conceito de vulnerabilidade social refletido por Carmo e Guizardi (2018), onde a vulnerabilidade representa as múltiplas determinações que incidem sobre os contextos de cidadãos que vivenciam frágil ou nulo acesso a direitos. Tal conceito reflete a necessária diferenciação dos grupos de riscos para a covid-19 (idosos e portadores de doenças crônicas) e as populações em situação de vulnerabilidade, entre as quais, na maioria das vezes, as medidas de proteção ao vírus (isolamento e distanciamento social, higienização das mãos com álcool em gel ou sabão, uso de máscaras) não produzem sentido, diante das condições sociais, econômicas, ambientais, trabalhistas que se encontram.

<https://www.poder360.com.br/governo/no-distrito-federal-bolsonaro-vai-a-mercado-aglomerado-de-pessoas/>

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/29/interna_cidadesdf,841066/jair-bolsonaro-visita-comercio-no-df-mesmo-apos-recomendacao-de-isolam.shtml

¹⁶ A epidemiologista Emanuelle Góes analisa disparidades raciais no acesso a serviços de saúde. <https://revistapesquisa.fapesp.br/e-considerado-normal-100-mil-pessoas-morrerem-e-a-maioria-ser-pobre-negra-do-nordeste-da-periferia-do-norte-indigena/>

O Sars-CoV-2 chegou ao Brasil em janeiro de 2020. Em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. E no mesmo mês, em março de 2020, as atividades da coleta seletiva foram suspensas no DF devido à proliferação do novo coronavírus pelo Decreto de nº 40.548, de 20 de março de 2020. As catadoras, os elos mais frágeis no ciclo da reciclagem sentiram essa medida, pois as duas usinas de reciclagem (Ceilândia e Asa Sul) foram “fechadas”. A única fonte de renda delas foi suprimida e as desigualdades sociais que vivenciavam cotidianamente se intensificaram. Como vimos anteriormente, elas tiveram muitas dificuldades para conseguirem o auxílio emergencial disponibilizado pelos governos distrital e federal.

As condições de trabalho insalubres das catadoras provocam cotidianamente riscos à saúde. Contraditoriamente, mesmo com o mal-estar e os sintomas provocados pelo contexto do trabalho da cata, na lida cotidiana, elas não podem parar o trabalho diante da urgência de terem alguma renda para sobrevivência familiar. Além disso pelas circunstâncias de receberem o salário por produção e terem que atingir as metas estabelecidas pelos contratos. Portanto, adoecer da covid-19 ou de outro adoecimento não as impede de irem trabalhar, pois um dia sem trabalho é um dia sem recurso. Boaventura de Sousa Santos (2020a) alerta para o momento vivido do novo coronavírus, como o nosso contemporâneo, não pela simultaneidade, mas pelo fato da doença agudizar as contradições do nosso tempo. Como dito por uma catadora: *“A gente, precisamos trabalhar e é com urgência porque nós, toda vida, trabalhamos com máscara, todos os EPIs e é nós sabemos que nós trabalha no local insalubre, que o lixo já vem dizer lixo, só que nós toda vida tomamos cuidado”*. (Sônia)

Desse modo, as catadoras reclamaram por não terem tido um diálogo próximo com as instâncias governamentais responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos, simplesmente relataram que a ordem era fechar o local de trabalho e todas retornarem para suas casas. Passaram a buscar constantemente informações das autoridades. Esse processo foi totalmente verticalizado, marcado pela extrema falta de diálogo. Como nos relata uma catadora: *“Pessoal lá da SEDEST, a mulher encarregada que tá lá na frente, lá para tá atendendo essa questão dos 408, lá os catadores né, ela não quer saber dos catadores. Na verdade, né, ela não trata bem quem chega lá para conversar, ela não trata bem, entendeu tudo ela, ela inventa um motivo para discussão, ela fala que não vai falar diretamente com o catador que ela quer falar com*

representante da Central para esse representante da Central passar para gente entendeu. Tipo assim é muito humilhação sabe, né? Ontem mesmo, ele estava lá, ela chamou a polícia, chamou a polícia! Entendeu? Para botar o povo para correr, só que graças a Deus, a polícia foi só que não se meteu, né ficou distante, só olhando, né? Esperando né porque na verdade lá foi, tava Pacífico, né? Não tinha xingamentos, nem nada, né? Tava somente lá a mulher que tá na frente lá, tava com o microfone porque eles queriam falar diretamente com ela, né? Com essa mulher mandando ela descer, desce fulana, a gente quer falar com você, nos dá uma resposta não sei o que, nos dá uma data previsto tal, e nada dela descer. Ela falou que não ia descer, que não ia falar com ninguém, mandou uma secretária, mas não desceu, tipo ela faz poucos e poucos da cara do catador”. (Rita)

Por conseguinte, elas foram atingidas pelo drama e dilema de não terem mais sua única fonte de renda e não terem caminhos para o diálogo. Ainda, havia o risco de terem a existência da atividade laboral questionada, pois surgiu a possibilidade de incineração dos materiais recicláveis. Essa ação poderia surgir como uma alternativa ao trabalho delas e se estabelecer como alternativa no tratamento dos resíduos, o que tal proposta tenha deixado elas muito preocupadas. Como nos diz uma catadora: “o governo disse que tá querendo é incinerar o reciclável”. (Sônia)

Mesmo sendo trabalhadoras que possuem contrato firmado com o GDF, os elos trabalhistas são frágeis, o que as levou a se articularem entre a categoria para reivindicar os seus direitos. Voltaram mais intensamente para o coletivo e se ajudaram mutuamente, mesmo diante das necessidades que todas começaram a viver. Estavam preocupadas com seus filhos, com a falta de alimento, de dinheiro para o pagamento das dívidas e dos aluguéis.

As mulheres catadoras pertencem às camadas populares de periferia. Para elas a covid-19 constitui-se como apenas mais uma barreira a ser superada diante de toda a expropriação provocada ao longo da vida. E elas resistiram e denunciaram mais essa violação à sociedade como um todo. Assim, uma dessas catadoras afirma: “Depois de uma crise dessa porque não é a primeira vez que as portas da usina fecha, né? E aí ficar desse jeito, mendigando dinheiro de governo, que o governo está dando dinheiro nem para quem é catador, valeu os catador”. (Rita)

Em conformidade com o pensamento de Achille Mbembe (2018), concordamos com o autor quando ressalta que a escolha sobre quem deve morrer e quem deve viver já foi feita, antes mesmo do surgimento do novo coronavírus. Por essa razão, as camadas populares seguem violentadas diante da necropolítica, fruto da ação do próprio Estado, em virtude de sua inoperância. Como dito por uma catadora: *“Ele fica prolongando, o governo, ficar prolongando, era para o dia primeiro, era para o dia três, agora, já é para o dia treze. Eu não sei mais quando ele tem que ver gente nós toda vida trabalhamos com o lixo, lixo já se fala lixo, nosso trabalho é insalubre, mas nós temos que se equipar e trabalhando. Porque eu te falo uma coisa bem aqui, se as pessoas não morrer do coronavírus vai morrer de fome, porque eu digo na minha porta, é todo dia, é um monte de gente pedindo um quilo de feijão, pedindo um pacote de arroz e a cestinha que a gente ganha, a gente pra te falar a verdade tem que sair dividindo porque ninguém vai ver ninguém passando necessidade e a situação tá delicada em todas as cooperativa”.* (Sônia)

Destacamos, que as catadoras vivem a submissão das mazelas sociais colocadas pelo modelo de lógica da sociedade capitalista e o atendimento dos anseios do mercado em detrimento da vida, é a própria expropriação da classe trabalhadora nos termos de Fontes (2010), onde a pandemia da covid-19 só escancarou ainda mais tais contradições desses fenômenos sociais. Especialmente, para o grupo social das catadoras que cotidianamente lutam contra vários tipos de violências, ausência de políticas públicas de saúde, habitação, assistência social, educação, segurança, além das condições de trabalho que as expõem a várias doenças infecciosas, agravos à saúde, mal-estar e acidentes de trabalho, a proliferação do Sars-CoV-2 acaba sendo mais uma nova barreira a ser meramente superada ao longo das suas intensas histórias de vida.

Percebemos no momento vivido, a dualidade protagonizada pelo governo federal e distrital entre a preservação da economia ou a saúde da população, essa dualidade surge latente nos relatos das catadoras com muita preocupação. As narrativas dos governos fazem com que de forma avassaladora mais pessoas se contaminem e, conseqüentemente, morram. Essa situação torna-se mais problemática por estarmos em um cenário onde os governos (federal e distrital) deslegitimam a vida em favorecimento do campo econômico e torna pessoas e grupos sociais como das catadoras reféns da situação de fome, perdem sua autonomia e

poder de decisão e deve manter o trabalho em uma situação de risco, ampliado, no caso delas, por terem pouco acesso aos serviços de saúde. O relato de uma catadora revela esse dilema entre ter o que comer ou não se contaminar com o vírus: *“Eu sei que a situação não é boa não de jeito nenhum, então o que a gente quer é que o governo simplesmente, a gente se equipar tá me entendendo melhor, e nós continuar trabalhando, porque a gente trabalhando já passou sufoco, imagine ninguém sem trabalhar”*. (Sônia)

Outra catadora complementou:

“A gente, nesse caso, a gente fica de mãos atadas esperando por eles né, porque eles falou que ia pegar nossos documentos né, as fichas de cadastro de cada um, ia ver o valor do auxílio queria passar né”. (Rita)

E essas demandas das catadoras não foram atendidas, ignorando a situação de vulnerabilidade que se encontram e que poderiam colocá-las entre os grupos de risco da vacinação, tendo prioridade devido à natureza da atividade. O aparato público não construiu uma agenda de Estado para superação das dificuldades e dilemas enfrentados pelas classes sociais mais vulnerabilizadas, por conseguinte, a ordem existente é a da violência estatal.

Nesse cenário da vida das catadoras, reiteramos as marcas das desigualdades na saúde e algumas das preocupações das catadoras como: a falta do saneamento básico adequado; ausência de alimentos; os vínculos precários de trabalho causados pela informalidade; a necessidade latente de renda para sobrevivência; as condições precárias das moradias; a obrigação de pagamento do aluguel; as dificuldades de garantir a compra do gás de cozinha; a quantidade de pessoas na moradia; as dificuldades de acesso aos serviços de saúde entre outras dificuldades cotidianas vividas, anteriores à covid-19, que se intensificaram neste momento. Uma das catadoras relata: *“Tem muita gente que tá passando muita necessidade, principalmente aqueles que moram de aluguel, porque quando mora de aluguel, se você não pode pagar no primeiro mês você vai ter que pagar tudo no segundo então fica delicado (...) o aperto mesmo é para quem mora de aluguel que o dinheiro não dá para pagar o aluguel, se pagar o aluguel, não come um pedaço de carne, não troca um bujão, não compra um remédio e tá desse jeito assim”*. (Sônia)

Em uma reportagem publicada no jornal Metrôpoles¹⁷, os representantes dos Ministérios Públicos do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), do Trabalho (MPT-DF), de Contas (MPC-DF) e da Defensoria Pública do DF (DPDF) recomendaram de forma conjunta a adoção de medidas sanitárias, como disponibilização de EPI, higienização dos ambientes e capacitação dos profissionais para evitar contaminações. Assim como ressaltaram a necessidade de oferta de amparo financeiro, justificado pelo fato de a categoria das catadoras viverem em situação de vulnerabilidade social e econômica e pela exposição no ambiente de trabalho a vários riscos ocupacionais. Tal recomendação foi enviada para à Casa Civil, às SEDES, Secretária de Estado de Saúde (SES-DF) e a direção do SLU.

O resultado dessa inação da proteção social do Estado na vida dessas mulheres reflete nos longos meses que ficaram sem nenhuma condição para manterem os seus lares. Como explica uma das lideranças da associação: *“Eu estive no Palácio do Buriti duas vezes, vai fazer a três vezes, tô indo para o Palácio do Buriti, a bagunça lá tá feia (...) coloca o nome das cooperativas nas outras cooperativas, troca nome de cooperado, tá uma bagunça aí tive que fazer o nome de tudinho de novo, mandar a lista tudo de novo para Sedestmith e para ver se recebe a segunda parcela dos quatrocentos e oito reais porque a primeira parcela nem todos recebeu e agora já tá saindo a segunda parcela, se tem gente que nem da primeira recebeu entendeu tá essa bagunça todinha”*. (Sônia)

Dessa maneira, evidenciou-se que o acesso a ambos os auxílios financeiros foi repleto de dificuldades, uma das catadoras explica que: *“O governador realmente lacrou as portas de tudo aí para o pessoal ficar de quarentena, que tudo falou que ia ajudar o catador (...) a gente enviou cada cooperativa enviava, envia uma listagem com o nome CPF, RG, manda para o sedestmith, tava com um grupo (whatsApp) para que a gente fala diretamente com o pessoal do GDF. Falou no grupo num dia, no outro dia já não tava mais no grupo, sumiram do grupo. Agora a gente tá lá, pela Central, está conversando diretamente com a moça chamada fulana e eu sei que todas as cooperativas que tá mandando uma listagem para lá eles manda faltando quatorze faltando na nossa faltou dezesseis pessoas inclusive eu não recebi benefício”*. (Sônia)

¹⁷ Reportagem do Metrôpoles do dia 27 de setembro de 2020. MPs cobram medidas do GDF para proteção de catadores de material reciclável. <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/mps-cobram-medidas-do-gdf-para-protECAo-de-catadores-de-material-reciclavel>

Constatamos que o Estado foi ausente no período da pandemia da covid-19 para as catadoras, tal assistência era essencial para que elas continuassem seguindo as medidas de proteção e segurança contra o Sars-CoV-2 logo nos meses iniciais de maior restrição (abril a setembro de 2020). Contraditoriamente, ao invés de resguardar as suas vidas com políticas, programas e ações voltadas para elas, os governos não as protegeram mais uma vez com dignidade, onde as implicações provocadas pela pandemia da covid-19 revelaram as desigualdades na saúde. Assim as catadoras se sentiram abandonadas pelas indústrias de reciclagem e pelos atravessadores envolvidos no ciclo reverso da reciclagem, evidenciando que diante desse ciclo, antes da pandemia e durante, elas foram e serão as mais vulneráveis.

A pandemia da covid-19 foi e continua sendo tempo de dificuldades para as catadoras. Essas mulheres sentiram e sentem as disparidades referente às medidas adotadas de proteção a doença causada pelo novo coronavírus. A realidade das periferias do DF é marcada pela ausência de diálogo com o poder público e a ausência de ação dos serviços de atenção à saúde na divulgação de informações, ações de promoção da saúde e prevenção da covid-19 nos territórios. Não ter o apoio financeiro, um direito garantido, para elas, se tornou fonte de humilhação e mendicância. Esse cenário fez com que as catadoras seguissem a lógica de retorno ao trabalho, justamente pelas dificuldades enfrentadas na pandemia e por estarem distantes da ação do Estado, também pelas influências das narrativas de autoridades públicas que minimizavam o poder de infecção e da letalidade do vírus. Como relata uma catadora: *“O governador que realmente ele não está dando o suporte para os catadores(...) deram o prazo de quinze dias para pagar o auxílio quatrocentos e oito reais entendeu, aí pra falar a verdade, ninguém tá nem atrás de auxílio, eu não quero auxílio, nós queremos é trabalhar, aí, é isso tem umas cooperativas que já vai começar a trabalhar já dia vinte, aí a gente tá querendo é o que é as usinas, é funcionar as usinas”.* (Sônia)

Os gestores conjuntamente com setores econômicos tencionaram a situação até o desfecho de retorno ao trabalho, sob risco iminente de contaminação pelo Sars-CoV-2. Um movimento crescente em defesa da incineração dos resíduos tomou forma e força nesse período, o que colocou em xeque a real relevância e existência do trabalho das catadoras para o meio ambiente. A desinformação estrategicamente produzida por parte desses agentes públicos e a culpabilização das pessoas pela

fome ou pelas dificuldades que estão passando não podem ser regras na gestão pública.

Ao longo do tempo, acompanhando o contexto de vida, trabalho e saúde das catadoras, percebemos que a dicotomia entre trabalho e saúde, atualmente reproduzida pelo presidente e endossada pelos negacionistas (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020; CAMPOS, 2020). É uma realidade constante na vida delas mesmo antes da pandemia da covid-19. O contexto do trabalho em uma lógica capitalista força a escolha entre ter renda e o trabalho precarizado ao invés da sua própria condição e proteção de saúde. Em situações anteriores à pandemia, as catadoras deram prioridade ao trabalho para sobreviverem, mesmo colocando suas vidas em risco (VASCONCELOS, 2016). A doença causada pelo novo coronavírus demonstrou ter uma alta letalidade, vem gerando um número expressivo de óbitos na cidade de Ceilândia e essas mulheres mais uma vez se viram diante da escolha pelo risco de manter a sobrevivência.

O retorno ao trabalho aconteceu sem plano de retorno dialogado com essa categoria para sua proteção. E mais uma vez os corpos dessas mulheres foram colocados em perigo. Em junho de 2020, a coleta seletiva voltou a operar no DF, em algumas etapas pelo Decreto de nº 40.847, de 30 de maio de 2020. A associação que acompanhamos retornou o trabalho em meados de agosto de 2020, depois de atender as exigências dos órgãos de fiscalização para o retorno, o qual demandou ações por parte delas, sem apoio dos órgãos do governo. Uma dessas catadoras explica como foi esse retorno: *“A gente já organizamos o galpão por dentro, já lixamos as prensa, pintamos todos os maquinários, mandamos fazer uma reforma, que tava precisando os maquinários. Então aquelas pilastras lá dentro, foi pintado tudinho, reformamos o galpão por dentro, fizemos o todo tipo de limpeza, a documentação que o SLU mandou para gente, que a gente tem que ter o kit de limpeza, no caso é o Kit álcool. E todos mais tem que comprar um aparelho aí que é para medir a temperatura das pessoas, os uniformes que a gente tem que trabalhar, tem que ser aqueles uniforme que parece roupa de astronauta, a máscara é daquelas que parece um PET na frente (..) tem umas normas, né, foi liberado para gente trabalhar, só que aqueles que são de alto risco, né, não pode trabalhar, que são acima de sessenta anos, não pode né, quem é hipertenso, quem tem essas doenças crônicas, não podem. Eu creio que também vai ser cortado é a metade de nós, não vai poder trabalhar. O quadro completo tem que ser da metade, não sei como a gente vai fazer essa divisão, então tudo isso eles quer*

saber como é que a gente vai fazer, né. Então ele quer por escrito em documento para mandar para eles para ver como é que vai fazer né”. (Sônia)

E a responsabilidade pelo retorno recaiu sobre elas. Ocorreu uma atuação da fiscalização da Vigilância Sanitária do DF nos locais de trabalho, o que até então antes da pandemia da covid-19 não acontecia, mudanças foram exigidas para que pudessem voltar ao trabalho com um pouco mais de segurança, como ter um ambiente mais arejado para a refeição durante o horário do almoço e a preocupação centrada no uso dos EPI e também os EPC. De acordo com uma das lideranças da associação: *“as roupas a gente continua trabalhando com as mesmas roupas porque é aquelas roupas que que tampa de cima em baixo, não dá para gente porque dentro da Usina é muito calor e tem aquele que tem que instalar dentro da Usina, aquele negócio álcool gel, né, aí é um processo também tenho que dividir o escritório, pessoa vai ter que tomar café lá em cima, não pode ninguém fazer nada lá embaixo (galpão)”*. (Sônia)

Neste momento de adequação às normas, observamos que elas contaram mais com o apoio comunitário e entre associações da mesma categoria e catadoras para atendimento das exigências de retorno ao trabalho do que com fomentos governamentais. Como explica uma catadora: *“A gente estamos correndo atrás aí de parceria, a Funasa ficou de nos ajudar com os uniforme as máscaras e estamos correndo atrás aí já enviamos a documentação para SLU (...) ANCAT que nós temos parceria com a ANCAT projeto com a ANCAT também que também estamos ajudando e tá trabalhando de vento em polpa e se Deus quiser vai dar tudo certo”*. (Rita)

Nesse momento, o MNCR e a ANCAT, tiveram importante atuação na retomada do trabalho e o defendiam como essencial, desde que o retorno ocorresse com segurança a partir dos cuidados e protocolos de proteção ao Sars-CoV-2 para todos com disponibilização dos EPI e toda higienização necessária. Além disso, sustentavam a ideia do recebimento de um pagamento justo pelos serviços prestados aos governos e a sociedade com o cuidado ao meio ambiente e a geração de trabalho e renda. Assim, a catadora relata: *“Nós vamos trabalhar não é do jeito que nós trabalhava e de qualquer jeito realmente a gente vai precisar trabalhar, equipado, igual te falei com aqueles uniforme horrendo, as luvas não vai ser as mesmas (...) Cheguei, agora, de lá de baixo, da lá no galpão, nós estamos indo devagar, mas estamos indo porque o nosso grupo foi obrigado, a nós somos obrigado a dividir em dois grupos*

para trabalhar: um dia sim, outro dia não. Material tem que ficar de quarentena e daqui que normalize isso aí”. (Sônia)

Esse retorno aconteceu com a responsabilização delas, elas tiveram que assinar um termo de responsabilidade para retornarem ao trabalho neste contexto da pandemia da covid-19, duas dessas catadoras explicam: *“A gente assinou-se um termo, né? De responsabilidade, um termo aí de, eh, concordância, que a gente concorda eh, com os termos que foi colocado aí pra associação pra gente tá voltando aos trabalhos”. (Rita)*

“Nós tivemos que assinar a documentação pra voltar a trabalhar normal, porque senão a responsabilidade a responsabilidade é nossa, entendeu? Porque nesse caso nós pediu pra nós trabalhar e foi quando ele simplesmente a gente assinou o termo de responsabilidade, como que nós ia trabalhar de acordo a vigilância sanitária, se adequasse a nós se adequar essa vigilância sanitária, nós tivemos que assinar, temos responsabilidade”. (Sônia)

Com fundamento ao documento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) o qual reporta-se a diretrizes e orientações técnicas e jurídicas para a coleta seletiva e triagem dos materiais durante a pandemia da covid-19, é abordado os cuidados mínimos, tais como a necessidade de fornecimento dos equipamentos individuais e coletivos adequados, assim como o uso correto destes, materiais de limpeza e de higiene pessoal, assistência social e levantamentos juntos as cooperativas e associações, o que aponta para processos de tomadas de decisões participativos. Em relação a atenção à saúde voltada às trabalhadoras da reciclagem direciona para a urgência da disponibilização de vacinas, de exames e de orientações com os cuidados pessoais, com execução de teste da covid-19 periódicos de acordo com a disponibilidade, tendo em vista os constantes riscos biológicos e a exposição delas as condições de insalubridade da cata.

De maneira oposta, no cotidiano observado encontramos várias discrepâncias entre as orientações do CNMP e as medidas adotadas pelo GDF como mostra os dramas e dilemas apresentados aqui, onde a realidade é demonstrada em um cenário de abandono voltadas ao desamparo de fornecimento dos equipamentos para assegurar condições mínimas de retorno com proteção do risco ocupacional das trabalhadoras, as dificuldades de acesso e apoio para recebimento dos auxílios

financeiros, a falta de campanhas educativas estratégicas com orientações de prevenção e proteção à saúde, onde seja utilizada uma linguagem acessível ao grupo social marcado pela baixa escolaridade.

Diante de toda essa situação complexa vivenciada, elas acionam formas e maneiras potentes de manterem suas famílias, pois contam com a solidariedade, a organização da classe trabalhadora e o apoio mútuo. Ao longo de todo esse período pandêmico, seja no período de suspensão do trabalho, seja no retorno das atividades na usina, essas mulheres acionaram redes de apoio. Assim contaram com ações de solidariedade no fomento à segurança alimentar e no recebimento de equipamentos/insumos para prevenção à covid-19. Souberam potencializar a ação comunitária por meio de práticas autogestadas, da luta coletiva e do protagonismo comunitário.

Ao mesmo tempo que revelam esse protagonismo comunitário em resistir ao avanço das situações de vulnerabilidade de fome e do desemprego em suas vidas, na vida cotidiana, elas agenciam redes de solidariedade entre elas, entre suas redes familiares e de vizinhança para resistirem à fome da categoria e de outras famílias que vivem nesse território. Há um reconhecimento da vida coletiva e comunitária, onde uma ajuda a outra para superação das implicações intensificadas pelo momento de crise sanitária. Como vimos em relatos anteriores, pessoas buscam alimento e elas não se negam a dividir.

Como afirma Johnson, Saletti-Cuesta e Tumas (2020), no cenário pandêmico, valores de solidariedade, empatia, união e consciência social, afloraram em algumas situações. As práticas de solidariedade tiveram grande importância para amenizar os efeitos da pandemia da covid-19 na vida dessas mulheres trabalhadoras em diferentes dimensões. Retratamos o drama e a luta delas sobreviverem diante de um contexto tão conturbado, tendo sua sobrevivência ameaçada por conta da proliferação do Sars-CoV-2 no território onde vivem e trabalham, do descontrole da pandemia da covid-19 por falta de medidas efetivas de prevenção como a vacinação e pela desassistência do Estado por meio de ações de proteção social que impactaram diretamente suas vidas como direito à moradia e um apoio financeiro.

4.3 DAS NARRATIVAS DAS CATADORAS EM ÉPOCA DA COVID-19¹⁸

4.3.1 As consequências da covid-19 relacionadas ao cotidiano de vida

“(...) Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”. (Carolina Maria de Jesus, p. 37)

O MNCR (2019) estimou em seu último levantamento de caracterização da população de catadoras que atualmente existam cerca de 800 mil catadoras em atividade no país, sendo estes responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado. Esses homens e mulheres sentiram e vivenciaram com a chegada do novo coronavírus um momento de muitas dificuldades, pois detinham apenas de tal renda para a sobrevivência, e a mesma foi comprometida sem exatamente saberem da capacidade do vírus, logo as subjetividades do ser catadora se intensificaram. Conforme o relato de uma trabalhadora a qual revela: *“Veio essa pandemia não vai parar nessa pandemia né, porque o mundo ele não tá melhorando, a saúde do mundo ele nunca tá melhorando, ele sempre a cada ano ele tá piorando, então essa pandemia é uma das que vai vim, então como que eu vou confiar num emprego que ele já é insalubre, ele já é contaminante né, veio essa pandemia fechou as portas e futuramente o que pode vim por vim, você acha que não vai fechar? vai fechar”.* (Rita)

Para Besen e Gutberlet (2020), as trabalhadoras da reciclagem vinculadas em associações ou cooperativas e também aquelas autônomas que fazem a coleta nas ruas das cidades, foram seriamente afetadas pela pandemia da covid-19 e a crise econômica. Além disso, constatou-se que as condições socioeconômicas que vivem e os aspectos relacionados às condições do trabalho, marcam e colocam elas em uma situação de maior risco de contaminação, logo configuram-se como uma população vulnerável ao vírus. Conforme denúncia uma das catadoras: *“Aqui é um ambiente insalubre, é um ambiente já contaminado por si só, aqui é a usina de catação ela já é contaminada há lixo há resíduos né, passam pelas pessoas né, há lixos que vêm contaminado questão não é hospitalar(...) o lixo que chega é de residência, é de pessoas que têm diabetes, pessoas que têm outras doenças que estão se*

¹⁸ Esta subseção será submetida como artigo científico a Revista Trabalho, Educação e Saúde (ISSN 1981-7746) – Anexo H (Qualis B1 na classificação de periódicos quadriênio 2013-2016 da Capes na área interdisciplinar), após readequações e considerações da banca examinadora da defesa.

recuperando em casa e aquele lixo que é descartável que tem muitas pessoas que não tem a noção né descarta no lixo e querendo ou não chega até nós né, então é um lixo contaminante, e aí agora com essa doença (covid-19)(...) abalou tanto a gente que já estava abalado com o medo de se contaminar e o medo também de morrer de fome”. (Rita)

De acordo com Boaventura Santos (2020b), as medidas de proteção sanitárias adotadas até então de higienização, isolamento e distanciamento social tornam-se difíceis para uma parcela da população, mas impossíveis para outras. As pessoas e os grupos sociais que vivem e moram nas periferias das grandes cidades, mulheres negras e trabalhadoras precárias e informais apresentam uma realidade marcada por desigualdades sociais estruturais de raça, gênero e classe que lhes expõem diariamente ao maior risco de contaminação pelo Sars-CoV-2. Como dito por elas: *“O que adianta você se prevenir dentro da sua casa, aí você precisa trabalhar, você necessita trabalhar querendo ou não você tem que ir”. (Rita)*

“Essa epidemia foi muito difícil para nós todos viu, foi complicado demais, muita gente precisando de tudo, porque a gente passou por várias coisas né, quase necessidade na verdade né, porque a gente tem filhos e tava precisando tipo assim comprar um remédio, alimentação”. (Ingrid)

“Mesmo com essa epidemia com esse surto que deu nós vinha trabalhar, porque nós sabe o que nós deixou em casa né, que depende desse trocadinho”. (Maria)

Esses grupos vulnerabilizados pela discriminação racial, sexual e pela exploração capitalista, onde localizam-se as mulheres catadoras, sofreram e vem sofrendo mais as consequências dessa estratégia de morte provocada pelos próprios agentes do Estado, tendo em vista acreditarem na imunidade de rebanho para contenção do Sars-CoV-2 e a produção de narrativas que minimizam a covid-19 e alguns de seus efeitos. Ao invés de traçarem uma estratégia efetiva de enfrentamento. Como relato de uma das lideranças da associação: *“Esse negócio aí da pandemia a gente ficou cinco meses sem renda nenhuma(...) se não fosse os voluntário se não fosse as parcerias que nós tivemos(...) eu acho que até tinha tido gente que tinha ido a óbito, não por causa do coronavírus mas por causa da fome, porque como você sabe a gente trabalha numa área do governo e contrato com o governo, mas nesse*

período aí o governo realmente no contrato ele não fez diferença nenhuma, ao contrário ele complicou a vida de todos os catadores(...) a gente ter que sair daqui com ônibus cheio para ir reclamar pelos nossos direito na sedestmith e chegar lá a gente realmente receber um não na cara(...) é por isso que diante de tanta dificuldade e necessidade essas pessoas carentes que somos nós, eu pedi para que a gente voltasse a trabalhar, mesmo em tempo de pandemia, porque eu fiz a voz de 76 pais de família que trabalha comigo que trabalhamos junto na catação do material reciclável, porque por ser só todo mundo sabe que o lixo já é lixo nós trabalha numa insalubridade pública(...) nós trabalha não é por boniteza é por necessidade por precisão”. (Sônia)

“A gente tá trabalhando simplesmente que você sabe que você pode ir em uma farmácia e comprar o medicamento, você pode chegar no supermercado e você dizer assim eu vim comprar isso, assim e assim você vai passar no caixa com orgulho, e quando você tá sem trabalhar você não pode fazer isso, então se você não tem a qualificação e você não tem condições de você comprar o medicamento fica difícil, porque além de bater as dívida, a fome, o aluguel você não tinha pra nada e a gente só vale aquilo que tem”. (Sônia)

A precarização da vida e do trabalho são marcas arreigadas no cotidiano dessas mulheres. E em uma realidade de pandemia as fragilidades das relações sociais e trabalhistas foram escancaradas, especialmente provocadas pela informalidade do trabalho, ao mesmo tempo que atende uma lógica capitalista de ultraexploração. Elas não tinham a alternativa de continuar o trabalho *home office* como as classes sociais mais privilegiadas ou terem o luxo de transformarem um cômodo da casa em escritório ou mesmo uma biblioteca para os estudos dos filhos, não recebiam o salário porque ele depende da produção diária do seu árduo trabalho e ao mesmo tempo não contaram com um fomento de renda digna por parte do Estado. Mesmo sendo catadoras organizadas com atividades as quais têm forte dependência do Estado na gestão dos resíduos sólidos no DF. Conforme reconta uma catadora: *“A fonte de renda era o trabalho né, como é que vai vim pra dentro de casa agora? eu e meu marido (catador) né, nós adoecemos, nós ficamos doente, quando ficamos sem trabalhar, aí que ficou mais estreito”. (Maria)*

As usinas e os galpões de materiais recicláveis no DF foram fechados e lacrados ou tiveram as atividades suspensas pelo Decreto de nº 40.548, de 20 de março de 2020. As trabalhadoras ficaram sem nenhuma renda, seja para se alimentarem, pagarem os valores absurdos dos aluguéis ou as tão preocupantes “contas”, ficando disponíveis novamente ao mercado de trabalho precarizado. Elas relataram que mesmo com algumas medidas anunciadas em pronunciamentos do governo distrital referente a relativização das dívidas e a impossibilidade do despejo no momento da pandemia. As dívidas continuaram chegando e o aluguel sempre era cobrado em dias, assim como também foram notórios nas mídias alguns casos de despejo no DF neste período¹⁹. Os seguintes relatos das catadoras revelam alguns desses dramas vividos: *“(...) Principalmente na alimentação, na moradia, porque tem gente que tava trabalhando parar o trabalho de uma vez(...) Achou muito trabalho foi de em negócio de material de construção civil, material de construção essas coisas e teve muitos que até se achou pra fazer uns bicos ali, outros em chácara mais em outro termo todo mundo passou por dificuldade começou a chegar as dívida o pessoal falando que na época de pandemia as dívida que chegasse podia não era preciso pagar se não desse no primeiro mês pagava no segundo mês que os dono das casa não podia tomar as casa das pessoas antes de três mês, e eu te falo uma coisa bem aqui, que eu presenciei ter associado chegar na minha casa e falar fulano(locatário) quer a casa amanhã(...) Aí vinha o gás, vinha a comida não tinha para o medicamento”. (Sônia)*

“O que é quatrocentos e oito reais entendeu, pra quem paga o aluguel de quinhentos, seiscentos reais”. (Carla)

Ainda, durante o acompanhamento do cotidiano da pandemia da covid-19 na realidade das catadoras, percebeu-se as sequelas paralelas ao medo da contaminação pelo vírus, os dilemas sentidos pelas catadoras em meados de março a início de junho de 2020 eram: a preocupação com as crianças de não fornecerem mais alimentação para os filhos, o medo da fome; a inquietação das trabalhadoras incluídas nos grupos de risco por conta do desemprego; a sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados com a prole, ao mesmo tempo que algumas sentiram o tédio de ficar em casa sem fazer "nada" sentindo-se improdutivas; as precárias

¹⁹ Saber mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/05/gdf-autoriza-despejo-de-38-familias-em-brasilia-crime-humanitario-diz-advogada>.

condições das moradias e a quantidade de pessoas residentes nas casas; a obrigação do pagamento do aluguel aos proprietários das moradias; os anseios dos pagamentos das contas de água, luz, gás de cozinha, etc; o acesso difícil aos serviços de saúde desde atendimentos básicos preventivos até problemas de saúde mais graves; e os obstáculos para o recebimento dos auxílios financeiros como única fonte de renda no momento da proliferação do Sars-CoV-2 no território candango. Como nos relatam algumas catadoras: *“Ah! assustador né! pra quem tem filho pequeno dentro de casa né que procura porque eles não entende, eles querem saber mãe quero leite, mãe quero pão tem que ter, aí você tem que se virar nos trinta, a gente não né a gente fica a gente troca a janta pra almoçar no outro dia e as crianças não, então assim a preocupação era nos filhos né no que os nossos filhos vai comer né o que vai ter amanhã”*. (Rita)

“Não adianta você ter aquele cartão do SUS, pra te falar a verdade eu moro na QNR, eu nunca consegui uma consulta pelo SUS, nunca e olha que já fiquei antes de chegar a cinco horas da manhã e sair de lá onze hora”. (Sônia)

“Esse aplicativo mesmo demorou, pra ficava só em análise, demorava muito para dar a resposta e as vezes reprovado não passava, teve muita gente com muita dificuldade que não soube fazer entendeu, às vezes tinha muito filho ficou com medo de botar que tinha filho e não receber, aí recebeu só seiscentos reais teve muita gente assim que não teve tipo assim não teve aquele esclarecimento”. (Carla)

“Eu não posso nem chamar aquilo de casa(...) entrou água lá a semana passada foi a água tá batendo na parede que eu fiz até vídeo pra poder arrumar aquele quarto meu tava uma cratera”. (Sônia)

A profissão de catadora, até então, não tinha sido reconhecida pelo aplicativo da Caixa Econômica Federal (HENRIQUE; MATTOS, 2020). De acordo com Bastos (2021), grande parte da categoria não foram contempladas com o auxílio governamental federal umas devido ao comprometimento ou ausência de documentos; outras, pela dificuldade de acesso à rede de *internet*. Nesse sentido, no decurso da covid-19 quando o momento de crises sanitária, econômica e sobretudo humanitária exigem a necessidade de ações estatais efetivas, contraditoriamente aconteceu que as catadoras, mais uma vez, tiveram as suas vidas e de seus familiares submetidas ao risco de contágio devido as condições de vida precarizadas. Assim,

verificou-se que durante a pandemia da covid-19 as marcas da exclusão social e das mazelas da pobreza deixaram mais uma vez à tona essas mulheres em uma situação de extrema vulnerabilidade, onde principalmente os direitos à saúde e de preservação das suas vidas foram violados pelo Estado, tendo em vista que a adoção das medidas sanitárias não permitiu o resguardo de suas vidas, quando comparadas a outros estratos da sociedade de classes mais privilegiadas. Conforme uma catadora alertou a respeito de uma das possibilidades de riscos de contaminação na ocupação: *“quando eu entrei aqui na associação né há um medo né quem nunca trabalhou com resíduos sólidos nunca trabalhou com o lixo tem aquele anseio né, então assim tem aquele medo tanto é igual eu falei pra você querendo ou não cai lixo agulha seringas né, muitos ali sem querer né vai ali pegar se fura aí a gente já fica com aquele medo né”*. (Rita)

Ou então quando relataram a respeito do desamparo que sentem em relação ao acesso dos serviços locais de saúde: *“o SUS pra nós catador pra nós(...) é uma negação mais antes ficar em casa”*. (Maria)

“o SUS nunca teve preparado, a maior reclamação hoje em dia no DF é os hospitais e isso não é de hoje é de antes da pandemia, então assim com a pandemia piorou mais ainda”. (Rita)

As mulheres catadoras vivem em uma situação complexa marcada pelas desigualdades de saúde e a falta de políticas públicas para sua proteção social por parte dos gestores públicos no âmbito do DF. A pandemia da covid-19 revelou uma das demandas necessárias e urgente para a categoria como o direito à moradia, onde em um momento de crise sanitária foi oneroso para as trabalhadoras manterem os pagamentos dos aluguéis em dia. Conforme explica uma catadora: *“é muito raro você entrar na casa do catador ou da catadora e ser casa própria, é alugada e onde é que você com 408 reais você vai pagar um aluguel, você vai se alimentar né(...) pagar água e luz”*. (Rita)

Desse modo, a desassistência constante por parte do Estado e mais uma vez repetida durante a pandemia da covid-19, configurou-se como realidade complexa para as catadoras instaurada na maioria das regiões brasileiras. Destaca-se a importância dos Ministérios Públicos, os quais tiveram uma atuação significativa recomendando a necessidade de medidas sanitárias de proteção à covid-19 nos

locais de trabalho devido aos vários riscos ocupacionais inerentes a ocupação e apontaram para a necessidade de os governos ofertarem apoio financeiro em consequência da situação de extrema vulnerabilidade social das catadoras.

Historicamente, nota-se no cotidiano dessas mulheres as adversidades relacionadas ao acesso às políticas públicas, de forma latente como a falta de acesso à educação, às barreiras de acesso aos serviços de atenção à saúde e à assistência social. E que tiveram consequências neste momento da covid-19, como conta uma catadora de forma muito emocionada com tristeza em seus olhos, pois as aulas na escola dos filhos e da neta estavam acontecendo de forma remota: *“eu sou analfabeta(...) eu tenho que ensinar minha filha(...) eu me sinto uma inútil, porque eu tenho que ajudar minha filha do nono ano, meu filho do quarto ano, tenho que ajudar meu filho do terceiro ano, tenho que ajudar minha filha do primeiro ano e tenho que ajudar a minha netinha da creche”*. (Maria)

Desse modo, com a conjuntura de desigualdades sociais já existentes antes mesmo da crise sanitária, as vulnerabilidades aumentaram durante a pandemia. Para Boaventura (2020b), a covid-19 gerou um grande impacto sobre a vida das populações vulnerabilizadas. Em relação as condições de moradia das catadoras, por exemplo, reconhecem-se a existência de uma quantidade maior de pessoas convivendo nos domicílios ou no mesmo lote, quando comparada às classes sociais socialmente e economicamente mais privilegiadas, o que complica a manutenção do isolamento e distanciamento social. E o elemento mais crítico da realidade delas, as condições colocadas pelo trabalho informal forma de produção preferencial para o capital. Além de terem uma intensa vida marcada pelas relações sociais com as amigas da cata, a convivência familiar cotidiana e a vizinhança. Esse contexto sucede ao contrário das recomendações das autoridades sanitárias.

Em contrapartida, embora as medidas sanitárias mais rígidas e necessárias de isolamento e distanciamento social naquele momento, entre março e setembro de 2020, fossem uma estratégia oportuna para contenção da proliferação do Sars-CoV-2 no território candango. Elas deveriam ter sido acompanhadas com apoios financeiros dignos e terem tido um olhar cuidadoso do poder público para a realidade das catadoras que necessitam constantemente de ações de proteção social, isso facilitaria o controle da pandemia sobretudo porque elas nos meses de março a junho de 2020 estavam seguindo mais afincado as recomendações possíveis.

Reitera-se que, principalmente era essencial estabelecer um diálogo próximo com as lideranças das associações por parte do governo, tendo em vista que para elas foi um momento marcado por pouco diálogo com o poder público. Ainda mais, por trabalharem conjuntamente com o governo na gestão dos resíduos sólidos, através de um contrato de prestadoras de serviços, desempenhando um papel especial e único no ciclo da reciclagem, logo ajudam diretamente no cuidado com o meio ambiente para toda à sociedade. Assim, uma catadora diz: *“Ele (governo) tinha que dar pelo menos todo mês uma quantia para nós né(...) era uma enrola danada, deu foi só um mês ou dois”*. (Ingrid)

“O pior que esse dinheiro era pouco(...) não dava para gente que mora de aluguel ainda falta”. (Ingrid)

“Abandonou a gente, nossa abandonou mesmo, a hora que a gente mais precisou dele (governo), eles abandonaram a gente né, porque iludiu primeiro porque disse que ia dar os quatrocentos e oito reais, então a gente ficou toda esperançosa né fiquemo muito feliz já contando de pagar pelo menos uma luz, uma água ou trocar um gás, aí cadê não veio”. (Maria)

Contraditoriamente, constatou-se o fato de que o governo demorou a agir sobre a crise sanitária instaurada no DF voltada a proteção social das catadoras, ao mesmo tempo que proferia um cenário de apoio a categoria. Esse foi um momento que elas mais uma vez se sentiram desprotegidas pelas ações estatais, embora isso já tenha sido feito parte constante em suas vidas, mostrando o poder de luta e organização coletiva da categoria. Conforme explicam as catadoras: *“O governo na verdade pra ele liberar uma renda foi muito difícil né, o governo ele se prendeu muito, ele demorou muito em agir né(...) eles sabia antes do que nós dessa doença, porque que ele não preparou a população, não preparou essa questão do financeiro, ele sabia que teria que fazer quarentena porque os outros países já estavam fazendo a quarentena ele tinha que fechar os negócios tinha que fechar loja, então assim eles já sabiam porque que não providenciaram, diante mão de uma questão ou algo pra fazer em relação a essas famílias ainda mais famílias carentes”*. (Rita)

“Eles correram atras lutaram e ainda saiu uma parcela na briga na marra e não foi todos, só alguns que receberam”. (Ingrid)

“Devia ter feito mais, porque a nossa associação precisou muito de ajuda né, mais no financeiro mais em dinheiro, porque muitas famílias muita gente desempregada passando por necessidades”. (Ingrid)

Ao contrário disso, provocaram regimes de medo e insegurança, o medo de contrair o vírus mais também concomitante há o medo da fome, do despejo, do desemprego etc., que neste momento para elas tiveram e fizeram mais sentido, haja vista que as estratégias governamentais era justamente a de culpabilização das trabalhadoras pela crise sanitária e econômica instauradas. Nesse sentido, em decorrência da ausência de proteção para as catadoras, elas não tiveram outra opção a não se colocarem como pessoas disponíveis ao retorno do trabalho, ficando à mercê do vírus.

Do mesmo modo, percebeu-se que com a disseminação do Sars-CoV-2 na sociedade ficou evidente a marca dos sistemas de opressões no cotidiano das mulheres catadoras. Vilma Piedade (2017), conceitua o que chama de dororidade, contrapondo aos significados e a noção de sororidade, pois acaba limitando as opressões vividas pelas mulheres pretas e pobres, o que não reconhece a dor particular e sentida somente pelas mulheres pretas. Dororidade é histórica então, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo e machismo. E essa dor é preta, resultando dos indicadores de violências, índices de homicídios, violência sexual, feminicídio, genocídio da juventude preta. Essa dor que só pode ser sentida a depender da cor de pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor. Dororidade, vem de Dor, palavra sofrimento, seja físico, moral ou emocional. Dor não se mede é de quem a sente (p.16).

Dado que, as vidas precarizadas e vulnerabilizadas dessas mulheres negras são reflexos das desigualdades estruturantes produzidas na sociedade, as quais elas convivem e ressignificam em todas as etapas do ciclo da vida. Percebeu-se de forma mais significativa no período da covid-19 na vida das catadoras como as desigualdades estruturantes da sociedade capitalista interferem no estado de saúde. Catadores e catadoras foram afetadas de forma diferente pela covid-19. Segundo Pimenta et al. (2020), os homens geralmente sofrem com efeitos primários de surtos (probabilidade de morte etc.), mas as mulheres, com seus efeitos secundários (socioeconômico, entre outros).

Observou-se um aumento na carga de trabalho doméstico não remunerado relacionado aos cuidados nos lares, em razão da suspensão de uma série de serviços, adotada como medida de restrição social. Creches, escolas e atividades complementares voltadas para crianças foram suspensas, o que aumentou o tempo deles e delas em seus lares (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020 p. 9). Especialmente, durante a pandemia da covid-19, as atividades de ensinar as proles e as responsabilidades com as demandas da escola foram transferidas exclusivamente para as mães catadoras, onde algumas delas se sentiram fragilizadas já que é um grupo marcado pela baixa escolaridade.

Em contrapartida, as classes sociais mais privilegiadas esse trabalho doméstico não remunerado era compartilhado, muito das vezes com os/as companheiros/as ou quando não as mães contavam com habilidades educacionais para ensinar os seus filhos. Além disso, segundo Pires (2020), a dificuldade de acesso à renda soma-se à suspensão das atividades escolares, repercutindo no comprometimento do acesso à alimentação para crianças e adolescentes de baixa renda, para os quais a merenda escolar constitui elemento central da segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, no caso das catadoras, elas não conseguiam atender as necessidades educacionais dos filhos e somada a isso ainda tinham questões ligadas as ausências dos equipamentos tecnológicos ou qualidade comprometida dos dispositivos para o desenvolvimento e participação dos filhos e netos nas atividades pedagógicas, também não descartando o espaço escolar como agente que diminui a insegurança alimentar de seus filhos. Como presente nos relatos: *“Não tá sendo fácil o ensinamento dentro de casa né, tá muito difícil(...) tem essa questão né, virou professora, virou mãe, virou tudo trabalha em casa”*. (Rita)

“Tem hora que eu vou dar aula para os meu neto e meus neto fala assim, uai vô não é assim não”. (Sônia)

“Esse negócio de online aí, eu nunca conseguir entrar acredita, porque meu celular está com a memória cheia”. (Carla)

Observou-se um aumento significativo do cuidado das mulheres catadoras com os afazeres do lar e a intensa preocupação com o cuidado dos filhos e netos, haja vista as creches estarem fechadas e ausência de redes de apoio para atenção

aos filhos. Para além dos efeitos da precariedade do trabalho, as mulheres também devem ser afetadas de forma diferenciada nessa crise devido à ausência de atividades escolares presenciais e ao aumento das atividades domésticas e de cuidados (BARBOSA; COSTA; HECKSCHER, 2020). No caso das catadoras antes da pandemia, essa preocupação era menor, mas mesmo assim sempre foram atividades marcadas pela responsabilidade exclusiva delas, o que reflete a intensa estrutura patriarcal que afeta diretamente o estado de saúde dessas trabalhadoras, principalmente nos aspectos emocionais e psicológicos. Como nos contam as catadoras: *“Eu colocava menino pra dentro, aí sozinha e o marido não mim ajudava e eu ficava nervosa estressada, porque eu me preocupava né eu ficava estressada, então aí sobrava mais pra mim”*. (Maria)

“A mulher em si ela já tem esses dois trabalho né, ela chega do trabalho e tem o trabalho dentro de casa, então na pandemia ela já está dentro de casa o trabalho do lar né ele duplicou né, o que ela tinha pra fazer duplicou, porque os filhos estão em casa come mais, tem a rotina aumentou então, assim se ela não parava antes aí que na pandemia não parou mesmo dentro de casa”. (Rita)

“Tudo ficou descontrolado criança dentro de casa muito barulho, muita sujeira”. (Ingrid)

As questões das desigualdades de gênero marcam a realidade de vida e o período pandêmico agudizou mais ainda esse fenômeno na realidade das catadoras. Elas se viram mais vulneráveis do que quando comparadas aos homens, também relacionada a manutenção da renda, mesmo as mães solos tendo um auxílio financeiro maior por parte do governo federal essas passaram por dificuldades significativas, quando comparadas com aquelas que tinham mais pessoas provendo a renda. Observou-se também que as mulheres que estavam vinculadas ao Programa Bolsa Família (PBF) e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), tiveram menos dificuldades para recebimento do auxílio emergencial, o que mostra a importância do uso de programas de transferências de renda e da assistência social contínuo para com essas famílias.

Além das barreiras para o recebimento dos auxílios dos governos, outras situações ampliaram essa vulnerabilidade que também recaíram sobre elas. Como

explicam nos relatos: *“O pai dos meninos (catador) nem deu pensão, porque também não estava trabalhando, aí foi mais uma dificuldade”*. (Carla)

“Lá em casa como o meu marido ele tá preso né, aí ele tá no galpão agora né, aí eu fiquei com medo, porque lá só é eu lá em casa para tudo pra aluguel, pra pagar água, pagar luz, eu fiquei com muito medo de nós não voltar a trabalhar de novo sabe”. (Célia)

Desse modo, a pandemia do novo coronavírus evidencia as desigualdades sociais perante à saúde na vida dessas mulheres, como agudiza as iniquidades sociais e o sofrimento que vivem, tendo em vista as principais dificuldades existentes antes mesmo da situação pandêmica. Destaca-se por exemplo, no cotidiano de vida delas a lógica de exploração do sistema capitalista, quando as enxergam meramente como pessoas disponíveis para o trabalho, às ausências da proteção social do Estado em suas vidas e as desigualdades de gênero que se intensificaram nesta época da covid-19.

Desse modo, a contemporaneidade do vírus não foi destoante do que elas já viviam e lutavam no cotidiano, historicamente essas mulheres passam por situações de violências em suas vidas, seja quando é exercida pelo próprio Estado na supressão dos seus direitos enquanto cidadãs ou a violência de gênero dentro dos seus lares. É como dito pelo filósofo e historiador Achille Mbembe (2018) referente à política da morte, diante das crises e situações de emergência parece afetar sempre as mesmas raças, gênero e classes sociais.

Assim, com a pandemia do novo coronavírus não seria diferente. Diante da total ausência do Estado em suas vidas, sentiu-se que os valores da vida dessas trabalhadoras não têm importância para os governantes. Em contrapartida, reforça o pressuposto de que algumas vidas têm mais valor e prestígio do que outras, inclusive com o retorno das atividades laborais nas usinas e galpões de triagem em um período de total descontrole da pandemia da covid-19.

Constatou-se que as medidas sanitárias adotadas de forma padronizada, principalmente referentes ao isolamento e distanciamento social, não fazem sentido para essa categoria, pois suas atividades laborais não podem ser executadas a distância de forma remota e pelo fato de receberem os proventos através da produção diária. Ainda assim pelo vínculo precarizado do trabalho informal e ausência total de renda para subsistência nesse período. Nesse sentido, esse contexto torna-se mais

injusto socialmente quando, não se teve um olhar dos governos para essa realidade, sobretudo relacionados ao estabelecimento do estreito diálogo com a categoria e a promoção de ações educativas com informações esclarecedoras sobre a proliferação do vírus para as trabalhadoras da reciclagem nos territórios das periferias e associações. Em contrapartida, uma parcela privilegiada da sociedade tem conseguido a manutenção dos seus vínculos de trabalho formal e o exercício de suas atividades profissionais de forma remota, combinados aos cuidados aos familiares, a partir de suas residências (Pires, 2020).

4.3.2 As circunstâncias do trabalho em época do novo coronavírus

“Há casa que tem cinco filhos e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há as mulheres que os esposos adoecem e elas no penado da enfermidade mantêm o lar. Os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais”. (Carolina Maria de Jesus, p. 20)

As histórias das catadoras em um período de crise sanitária mostram o drama de terem a única renda afetada pela medida de isolamento e distanciamento social necessária para conter a proliferação do vírus no território candango. Segundo Besen e Gutberlet (2020), as trabalhadoras envolvidas na coleta, triagem, prensagem e comercialização de materiais recicláveis tiveram que paralisar suas atividades em todo o território nacional devido a situação colocada pela proliferação e contaminação em massa do Sars-CoV-2, tendo em vista o risco iminente de contágio pelas atividades laborais desenvolvidas. Todavia, reconhece-se as diferenças e especificidades de contextos da categoria, desde aquelas que trabalham nos lixões ou nas ruas de forma autônoma, para aquelas que estão vinculadas em associações e cooperativas.

O popularmente conhecido novo coronavírus chegou até as catadoras associadas de uma maneira inusitada, foi quando os locais de trabalho foram fechados, ou como dito por elas “lacrados”, sem um diálogo institucional próximo e participativo com as trabalhadoras da reciclagem, totalmente sem um plano ou programa governamental para com essas mulheres e suas famílias. Elas se sentiram desamparadas pelo Estado devido ao descaso. Em mais uma ocasião, a usina estava sendo fechada, o que passaria a comprometer a única fonte de renda da maioria delas. Desse modo, mais uma vez as fragilidades das relações trabalhistas colocadas

pela informalidade e os significados da exclusão social deixaram elas desoladas sem alternativas de sustento e subsistência.

Da mesma maneira, esse fato oportuno refere-se a lógica da produção capitalista refletida pelo prisma de Antunes e Alves (2004), em que o trabalho informal constitui-se como a principal forma do modelo de produção da sociedade capitalista, onde existe um processo de perda significativa dos direitos e sentidos do trabalho. Esse contexto exerce interferência direta no desprovimento de medidas de proteção à saúde. Isso ocorria antes mesmo da pandemia da covid-19, embora agora na realidade do trabalho precarizado dispõe uma piora, pelo fato de justamente o Sars-CoV-2 conter um alto grau de letalidade, provocar incapacidades, gerar muitas contaminações e principalmente, pelas circunstâncias secundárias desiguais geradas pelo vírus em suas vidas como o aumento do desemprego, da pobreza, da insegurança alimentar, etc. E especialmente, para o grupo das catadoras os males da invisibilidade social.

O contexto de precariedade do trabalho gerou os sentimentos de abandono e desprezo que sentiram durante esse período. Percebeu-se que com o ambiente de trabalho “paralisado” e sem terem a quem oferecerem os seus serviços foram tratadas como pessoas descartáveis. As indústrias e os atravessadores desapareceram e também algumas instituições parceiras onde elas recolhiam os materiais recicláveis por vários anos. Esse significado corrobora e traz à tona a premissa de que as catadoras são as mais frágeis diante do ciclo da reciclagem, o que aponta para que de fato as complexas relações entre o Estado e a categoria sejam mais harmônicas na direção da proteção e no reconhecimento do trabalho desenvolvido em prol do meio ambiente para o bem-estar comum de toda a sociedade. Nesse sentido, o papel do Estado deve ser de parceria incondicional e acolhimento dos interesses da categoria através da escuta e participação social, o que vai ao contrário do que é visto na realidade, pois parece que os governos preferem escutar e atender aos interesses do mercado, agindo com violência sobre as vidas das trabalhadoras. Ao mesmo tempo, elas experienciaram durante a covid-19 a marca da invisibilidade social característica como fenômeno da indiferença causado pelo preconceito e por um modelo de sociedade que colocam alguns à margem nas bordas do sistema. Como nos revelam algumas narrativas: *“Tem muito comprador que compra o material aí, tá aqui diariamente, aí teve esses cinco meses parado, tipo eles nem, sumiram não deu nem satisfação, aí quando voltaram a trabalhar aí eles retornaram”*. (Carla)

“(...) Aí nessa pandemia não teve um que ligou pra gente, pra perguntar como é que tava pra perguntar se estava precisando de alguma coisa, são órgãos federais, órgãos públicos, não ligou não queria saber, desde de então assim a gente ficou muito chateado muito triste né com isso”. (Rita)

“Eles (governo) tinha que ter a noção que quem tá cuidando do meio ambiente é gente que vive, que come, que precisa vestir, que adoecer precisa de um remédio(...) eles simplesmente viraram as costas pra nós e quando a gente foi procurar a ajuda deles por nosso direito o que a gente ganhou um monte de polícia”. (Maria)

As mulheres catadoras tem como exclusiva e quase que imediata forma de sobrevivência à cata de recicláveis devido uma histórica vida marcada pelas desigualdades estruturais da sociedade capitalista. Embora, por mais que essa ocupação se configura como um meio de inclusão social pelo fomento a renda, pensando em uma perspectiva econômica, ela se mostra contraditória. A covid-19 revelou mais ainda o contexto de superexploração de uma força de trabalho que tem como única forma de sobrevivência, a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis sob condições precárias. Afinal, nenhuma delas nasceram querendo ser uma catadora, as fragilidades da vida as tornaram catadoras. Esse processo se torna mais perverso quando se percebe na realidade a possibilidade de a ocupação perpassar das mães para os filhos e as filhas, tornando-se um processo intergeracional e naturalizado. Tião Santos (2014), em seu livro “Tião do Lixão ao Oscar: Difícil não foi nascer no lixo. Difícil foi não virar lixo!” nos conta justamente sobre o ciclo geracional do trabalho na reciclagem, que atinge mais as meninas e mulheres: *“(...) Tudo aconteceu muito rápido, no ritmo das nossas necessidades. Com o tempo, minha família toda estava trabalhando no aterro. É assim que funciona: família de catador trabalha sempre junta, dividindo riscos e responsabilidades, da rua e de casa”. (p.43)*

“(...) Só que minhas irmãs tiveram que parar de estudar cedo, ou porque engravidaram, ou porque passaram a ajudar minha mãe no aterro. Eu fui o que estudei por mais tempo”. (p.55)

Vilma Piedade (2017), questiona sobre o diálogo interseccional no feminismo coloca que têm muitos tons de pretas e realidades distintas das mulheres brancas. Isso envolve reflexões que dizem respeito a busca do entendimento de por que razão

determinados grupos estão mais expostos a trabalhos mais pesados, doenças, moram em bairros periféricos, acessam menos serviços, recebem salários menores, possuem baixa escolaridade ou, às vezes nenhuma. Desse modo, é impossível romantizar-se a vida árdua e das injustiças sociais presentes no cotidiano do ser uma catadora, agora intensificada pelo novo coronavírus. Elas precisam ser urgentemente tratadas com dignidade, tanto pelo poder público quanto pela sociedade. Assim, foi justamente esse sentimento que causou tristeza, sobretudo nas catadoras durante a pandemia da covid-19, quando sentiram o abandono por parte do poder público, dos órgãos públicos parceiros, das indústrias e dos atravessadores. Esse contexto se torna mais injusto quando os fenômenos envolvidos mostram a informalidade, a baixa remuneração, intensas e extensas jornadas, as péssimas e insalubres condições de trabalho e os riscos à saúde inerentes a ocupação as quais afetam de forma predominante as mulheres negras.

As catadoras rotineiramente passam por adversidades as quais culminam na paralisação das atividades ocupacionais desenvolvidas no ambiente da usina e do galpão de triagem de materiais recicláveis declaradas pelas autoridades. Ao mesmo tempo que, se colocam na sociedade como mulheres resistentes de luta pelo direito de (re)existirem e em defesa do meio ambiente. Essas situações são provocadas pelos contratos de trabalho como prestadoras de serviços ao governo, ou às vezes pelas relações de poder exercidas pelas empresas contratadas para a gestão dos resíduos sólidos, as quais dificultam o trabalho retirando carros, caminhões e maquinários importantes para o desenvolvimento das atividades laborais, logo também para o cumprimento das toneladas como metas de produção. Mas, parecem preferencialmente optarem pela valorização dos lucros. Inclusive salienta-se que as empresas têm mais poderes de decisão do que as catadoras na gestão dos resíduos no DF, o que vai ao contrário da PNRS, a qual as cooperativas e associações de catadoras deveriam ser colocadas como as protagonistas. Como nos relata uma liderança: *“A empresa terceirizada gritou que não tem no contrato da gente não reza trator, você sabe que nós precisamos do trator pra virar o lixo, pra colocar nas caçamba, pra colocar nas esteiras, para rodar as esteira, para nós tirar o reciclável, nós não têm condições de comprar a caçamba e eles fala tiraram a caçamba também, e eu fui correr atrás fui na central de cooperativa fui buscar parceria para ver o que é que a gente faz com isso e eles voltaram atrás e colocou sabe a Deus até quando”.* (Sônia)

Entretanto, outro momento duradouro vivido igual ao da pandemia da covid-19 elas não recordaram, pois devido a necessária paralisação das atividades laborais ficaram aproximadamente seis meses com a usina “lacrada”. As catadoras também lembraram de outras ocasiões difíceis que também denuncia o descaso do poder público com suas vidas, o que reforça a premissa de serem mal incluídas e a desvalorização do trabalho empreendido para a sociedade. Assim como Tião Santos (2014) diz: *“Mesmo os mais humildes, todos, de alguma forma, tinham consciência da existência de outras formas de trabalho e de vida, e de que aquela estava longe de ser valorizada”*. (p.41)

É realmente não é fácil se tornar catadora. Como período crítico, quando no ano de 2013 elas relembrou. Quando tiveram que desenvolver as atividades ocupacionais por um período significativo de tempo, expostas ao sol quente e escaldante sem nenhuma infraestrutura de cobertura que as protegessem do sol ou da chuva. Isso por conta de uma demorada reforma no galpão de materiais recicláveis, ocasionada por um acidente o qual um trator bateu em uma das pilastras de sustentação do galpão. E quando recordaram do período entre 2015 a 2016 que trabalhavam sem banheiro e água adequada para consumo humano no ambiente da associação. Ou seja, em um momento atual de crises causada pela covid-19 elas recordaram igualmente outras situações complexas em suas vidas, onde a marca principal são as fragilidades das relações trabalhistas colocadas pela informalidade do trabalho, a exclusão social e as mazelas sociais da pobreza. Essas condições, assim como as circunstâncias reproduzidas pelo novo coronavírus, marcam a precariedade da vida e do trabalho das catadoras. Conforme explica uma delas: *“Minha mãe (catadora) né, ela sempre me falou pegou no pé, minha filha você tá lá dentro, mas não é pra você se aposentar lá dentro, você tá lá dentro procura outra fonte de renda, faz curso né, termina seus estudos não confia não, porque hoje tem, outro dia não pode ter né”*. (Rita)

Neste momento da pandemia, o fechamento do local de trabalho produziu medo de contrair o vírus, medo dos filhos e netos se contaminarem, preocupação com as dívidas, despejo, fome, desemprego, aumento da pobreza. Apesar desse contexto vivido por elas, mesmo diante dessa situação crítica, o governo local e as instâncias da administração pública responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos pouco ouviram as demandas das catadoras e logo refletiu na não adoção de políticas de

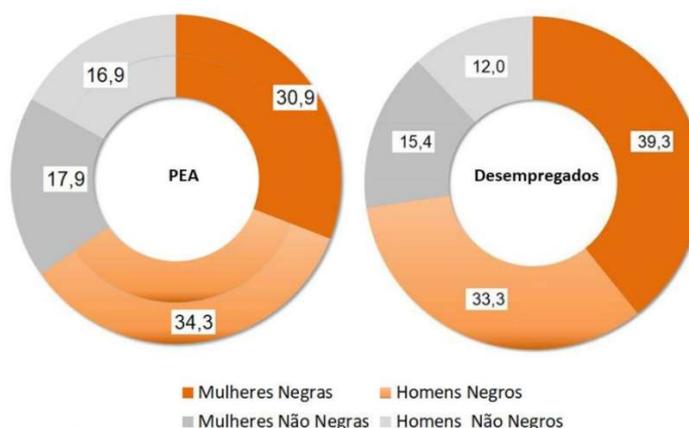
proteção sociais efetivas para a categoria. O fato de serem trabalhadoras da cata e ocuparem o espaço à margem da sociedade exercem impacto negativo no contexto de saúde dessas mulheres, tendo em vista as péssimas condições de trabalho, a estigmatização e os preconceitos enraizados na ocupação, as marcas da exclusão e invisibilidade social, a exploração da força de trabalho, as violências estatal e doméstica.

Alguns dos relatos dizem respeito a vulnerabilidade das catadoras em relação as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, a covid-19 trouxe novamente à tona essa situação degradante referente aos obstáculos das mulheres negras ao mercado de trabalho em suas vidas. Assim, acabou despertando nelas novamente o medo e a angústia do desemprego, mesmo em busca do trabalho informal há dificuldades para inserção. Além disso, soma-se as lembranças de violências que elas recordaram como o risco de abuso e assédio nas principais atividades que as cabem, como diaristas e empregadas domésticas. Devido à questão da subordinação aos patrões, da discriminação no trabalho e das questões de gênero e de racismo, o trabalho em serviços domésticos apresenta as condições propícias para ocorrência dos abusos e assédios morais e sexuais no ambiente laboral (CARDOSO; GUIMARÃES, 2018). “O corpo feminino tem que estar coberto porque ele é tentador e, no caso das mulheres negras, é um corpo-objeto sexual, pronto para ser consumido” (PIEIDADE, 2017, p. 30). Assim, a catadora relata a dor: *“Se fechar as portas lá fora você tem que ter escolaridade, lá fora você tem que ter um curso superior, lá fora você tem que ter um curso de informática, pra você trabalhar ainda mais pra mulher”*. (Rita)

“Se a moça ela for bonita a patroa já não quer contratar com receio, ah! o meu esposo tem aquele preconceito entende, eu já vi eu já presenciei entendeu, então assim, até em casa de família hoje em dia, você ver no jornal, se você for olhar lá de trabalhar de doméstica tem tanta exigência ali dentro dos critérios que a pessoa pede que você fica assustada, a pessoa até eles a questão de experiência e ainda pede a idade eles querem a cima de 40 anos, 50 anos, porque será que ela solicitou essa idade, porque será?”. (Rita)

A pesquisa de Emprego e Desemprego da CODEPLAN (2020)²⁰, revela justamente o impacto do desemprego na população de mulheres negras no período da covid-19. Especialmente, por mostrarem as dificuldades enfrentadas por essa parcela da população no acesso a oportunidades de trabalho e conseqüentemente ocuparem a maioria dos postos de emprego sem estabilidade e precários. Além de receberem menos do que os homens e as mulheres brancas. O Gráfico abaixo mostra a dimensão dessa desigualdade.

Gráfico 01- Distribuição da PEA e da População dos Desempregados por raça/cor Distrito Federal – abril a setembro de 2020.



Fonte: PED-DF – Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. Convênio CODEPLAN-DIEESE.

Segundo Barbosa, Costa e Heckscher (2020), os efeitos no mercado de trabalho no período imediato as atividades de restrição social e econômica oportunizada pelo isolamento e distanciamento social que caracteriza a população vulnerável a perda do emprego foram a probabilidade maior chance serem mulheres e os jovens, com o sofrimento maior para as mulheres; os pretos e pardos encontraram-se sempre a cima da média; a baixa escolaridade com ensino médio incompleto ou menos significa uma chance maior para transitar para o desemprego ou para fora da força de trabalho; e a cada passo que a posse da carteira de trabalho

²⁰ Saber mais em:

https://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2020/11/PopNegra_PEDDF20201.pdf

assinada diminuía essa possibilidade. Afinal, a grande maioria do nosso Povo Preto ainda continua acorrentados na imobilidade da escala social (PIEDADE, 2017, p.43). Nesse sentido, as mulheres catadoras até tentaram se reinventar neste período complexo da covid-19, embora as desigualdades já existentes as impediram e mesmo assim o tipo de ocupação mais comum exercida pela maioria delas de diaristas e empregadas domésticas também apresentavam limitações e complicações neste período. Como dito por uma catadora: *“Para homem era mais fácil, porque o serviço era mais para negócio de carga essas coisas né e nós é mais a limpeza esse negócio só”*. (Ingrid)

Segundo Cardoso e Guimarães (2018), a informalidade do trabalho está intrinsecamente ligada ao maior comprometimento à saúde das mulheres provocados pela violência nas relações trabalhistas, precarização das condições de trabalho e ausência de direitos como identificado nas experiências compartilhadas pelas trabalhadoras domésticas diaristas. Além disso esse tipo de atividade se caracteriza como um trabalho desqualificado, o qual causa sofrimento e ao mesmo tempo que qualquer pessoa pode realiza-lo, tornando-se estigmatizado por envolver sujeira, corpos e intimidade e por ser ocupado por pessoas definidas como de *status* mais baixo. De acordo com Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2020), as trabalhadoras domésticas foram impactadas com a pandemia da covid-19, sendo que muitas delas de uma hora para outra, também perderam sua fonte de renda assim como as catadoras e outra parcela significativa não tiveram oportunidade de resguardarem suas vidas por meio da “quarentena remunerada”, sendo consideradas como trabalhadoras essenciais trabalharam à todo custo em todo decurso da pandemia. Contraditoriamente, historicamente são mulheres que têm marca a invisibilidade e o não reconhecimento da importância dos serviços domésticos desempenhados, mas em um momento de risco de contaminação, conseqüentemente de morte, tiveram que continuar executando suas tarefas nos domicílios das empregadoras.

Diante desse contexto caótico de trabalhadoras sendo violentadas pela ausência de direitos e as opressões históricas, as mulheres catadoras ficaram aflitas, nervosas e tristes, pois não conseguiram enxergar alternativas para garantir o sustento próprio e dos familiares. Em contrapartida, os homens catadores conseguiram se reinventar mais facilmente em “bicos” e alguns poucos até obtendo o tão sonhado trabalho formal a partir da necessidade de renda. Elas até tentaram ir

atrás de outras atividades para conseguirem o sustento, mas as dificuldades impostas para o ingresso das mulheres negras no mercado de trabalho mais uma vez foram vividas, lembradas e limitantes. Conforme explica uma dessas catadoras: *“para o homem sempre é mais fácil(...), o homem ele tem os bicos né, ele tem ajudante de pedreiro, o homem capina o seu lote ali, lava carro para o homem é como é que se diz o trabalho braçal né, tem para o homem tem, agora para a mulher, a mulher ela já é excluída, eu digo que ela é excluída do mercado porque se ela não tiver escolaridade”*. (Rita)

A política da morte foi uma estratégia, pois o governo federal decidiu pouco gerir e controlar a pandemia da covid-19, optou-se em não fazer nada para que se tivesse que morrer quem tinha que morrer. Sagot (2020) reflete que os primeiros infectados foram pessoas dos setores privilegiados, com a possibilidade de viajar e tirar férias em outros países, a disseminação subsequente do vírus atingiu aqueles de sempre: os velhos e os fracos, os negros e latinos, indígenas e trabalhadores dos setores mais explorados, agora transformados em “trabalhadores essenciais”. Para Campos (2020), o presidente da república repetiu, várias vezes, que as mortes eram inevitáveis e que as pessoas deveriam aceitar passivamente essa fatalidade. A insistência com que ele repetiu essa desvalorização da vida, fatalmente indica que o presidente é dominado pela pulsão de morte. Ele sabia que afetaria os mais vulneráveis.

Outro dilema enfrentado por elas foi em relação à necessidade de afastamento das trabalhadoras que se enquadravam no grupo de risco da covid-19. Segundo Zolnikov et al. (2021a), as catadoras informais podem apresentar níveis mais elevados de doenças crônicas (hipertensão, dor crônica, doença respiratória, diabetes e problemas renais), o que revela muitas das vezes as barreiras para acesso a cuidados para controlar os sintomas dessas doenças. Tendo em vista, esse grupo presente nas catadoras e que os proventos são recebidos de acordo com a produção, não caberia na realidade dessa ocupação manterem as trabalhadoras do grupo de risco “afastadas”. Isso refletiria diretamente na possibilidade de demissão para com as suas colegas de trabalho, principalmente para aquelas com idade mais avançada, as quais carregam décadas de cata. Como dito por uma liderança: *“Eles (governo) falaram assim é 60 anos a cima tem que afastar, pressão alta tem que afastar,*

diabetes tem que afastar, bronquite e asma têm que afastar(...) o que é que a gente vai fazer com essas pessoas que são obrigadas a afastar?”. (Sônia)

A maioria das catadoras são mulheres que tem dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho formal, seja pela falta de escolaridade e outras exigências ou por questões interseccionais de raça e gênero. E nesta época, se viram no desalento, ao mesmo tempo da alta do número de contaminados e óbitos no DF, além da covid-19 começar a atingir mais significativamente os seus familiares, vizinhos e amigos em meados de julho de 2021. Mesmo com esse cenário, tiveram que ressignificar o medo da contaminação anteriormente sentido no início da pandemia em prol da manutenção da renda, aumentando os riscos de exposição ao contágio. Esse desdobramento ocorreu devido a impossibilidade do exercício do trabalho de forma remota; a possibilidade iminente da perda do emprego e única fonte de renda; e a preocupação constante da fome. Como dito por uma catadora: *“Eu não tenho medo, eu acho bom ter voltado a trabalhar, porque eu não estava mais me aguentando ficar dentro de casa, sem fazer nada entendeu, e também a gente precisa né, é precisão a gente tem que trabalhar porque a gente precisa né”. (Ingrid)*

Nesse sentido, diante das circunstâncias e consequências da covid-19 na vida das catadoras, o retorno as atividades laborais foi um desfecho inevitável, mesmo em um momento de descontrole da pandemia do novo coronavírus no território nacional, tendo em vista que o processo de retorno das atividades laborais das catadoras aconteceu no mesmo tempo em outras regiões do país. Assim elas colocaram e tiveram as suas vidas postas em risco ao contágio o que as subjuga, já que a atividade ocupacional é de extrema insalubridade. Destaca-se que esse desfecho foi provocado também pela agenda e possibilidade de incineração dos resíduos sólidos e pelo poder econômico exercido pelas indústrias da reciclagem, haja vista que começaram a faltar os insumos para manutenção da produção, o que de certa maneira acabou tencionado o regresso.

O retorno ao trabalho no DF foi autorizado pelo Decreto Nº 40.847 de 30 de maio de 2020, os galpões de triagem de materiais recicláveis voltaram as suas atividades antes das duas usinas. Notou-se que com o retorno ocorreu uma redução na quantidade de resíduos que chegavam até esses locais, em consequência disso a produção diminuiu e o valor recebido pela diária foi comprometido. Ao mesmo tempo que quando o trabalho estava suspenso os valores dos materiais recicláveis tiveram

um aumento devido à falta de insumos nas indústrias, mas logo quando as catadoras voltaram ao trabalho os preços foram reestabelecidos. Segundo Santana et al. (2020), os registros do volume dos materiais demonstram a diminuição da quantidade das doações dos grandes geradores (empresas, escolas, departamentos públicos entre outros). Assim, uma catadora relata: *“Tem galpão aí, que eles fala que tá faltando até lixo que é acostumado chegar cinco seis carrada chega uma carrada, meia carrada”*. (Sônia)

Dessa maneira, o retorno das atividades laborais no ambiente da associação ocorreu de forma gradual e se efetivou no dia vinte e nove de agosto de 2020. O regresso foi acompanhado por algumas transformações no ambiente e mudanças na rotina das atividades ocupacionais, havendo uma preocupação maior em relação aos riscos ocupacionais e a saúde da trabalhadora. Assim, a catadora explica: *“É mais segurança pra nós, porque nós deixa nossos pequeno em casa, então nós não quer que eles adoeçam né, então aí tem que caçar o jeito de vestir a roupa normal, botar o avental que não tinha aí, a máscara também”*. (Maria)

Destaca-se que antes da pandemia a utilização dos EPI, não causava tantos esforços por parte das trabalhadoras. E a fiscalização da adequação dos espaços de trabalho minimamente mais salubres também não era uma preocupação das autoridades sanitárias que nesse momento teve uma atuação ou pelo menos maior preocupação demonstrada. Em relação, as principais mudanças no ambiente, ocorreu a revitalização do galpão de materiais recicláveis e a construção de um espaço para a alimentação em uma área coberta e arejada próximo à sede da associação. Antes do novo coronavírus as catadoras se alimentavam no próprio galpão muito perto dos materiais e em um espaço pouco arejado e salubre. Como nos relata uma catadora: *“O pessoal do nosso grupo da manhã se alimentava lá embaixo, lá no galpão, onde eles trabalha lá mesmo eles fazia as refeições(...) aqui é mais higiênico e não é perto do material que lá era do lado né praticamente em cima do material que eles comia né”*. (Rita)

Em consideração as mudanças na rotina do trabalho, aumentaram-se as preocupações com o uso individual dos EPI, conseqüente elas reconheceram os riscos à saúde relacionados ao trabalho da cata. Alguns EPI antes da covid-19 já eram necessários e utilizados como: luvas de proteção, botinas e protetores auriculares.

Embora não davam tanta importância assim para o uso no dia a dia. E recentemente com as transformações no trabalho da cata provocados pelo Sars-CoV-2 elas passaram a usar: luvas de proteção compridas; uniformes que cobrem todo o corpo; aventais; botas de borracha; máscaras *face shield*; óculos, máscaras e capacetes. Assim, o relato de uma catadora revela: *“Gel, onde eu passo lavo as mãos bem lavada taco álcool direto, ainda mais a gente que trabalha aqui na usina de reciclável né, tem que ter bastante cuidado né, porque a gente mexe com lixo né, é muita coisa que vem de tudo quanto é que é lugar né, então tem que se prevenir bem”*. (Ingrid)

Os EPC incorporados foram: Álcool em gel disponíveis no ambiente; medição e registro da temperatura corporal; água e sabão disponíveis para lavagem das mãos nos espaços; higienização constante dos espaços com água sanitária; e o distanciamento das trabalhadoras nas esteiras da usina. As catadoras sempre tiveram costume de trabalharem mesmo doentes ou com mal-estar, pois recebem por produção e pelo fato de não possuírem direitos trabalhistas que garantam o afastamento. Recentemente, com a covid-19 se as trabalhadoras estiverem com febre ou tossindo a orientação era de não comparecerem no trabalho. Nesse sentido, percebeu-se que elas se sensibilizaram em relação a questão de minimamente se preocuparem mais com o cuidado à saúde no trabalho, ficando mais atentas às maneiras de proteção contra o Sars-CoV-2, o que também evita outros riscos à saúde. Assim, a realidade mostra a necessidade de ações educativas em saúde no território da associação por parte do SUS para o incentivo do uso adequado e a relevância da manutenção das medidas. *“Mais segurança né protetor máscara, álcool toda hora é coisa na cabeça, mudou muito é muita coisa pra gente usar”*. (Ingrid)

Paralelamente, as transformações e mudanças alguns dos relatos também trazem insatisfações. Alguns equipamentos como a máscara *face shield* e os macacões as catadoras relataram que atrapalhavam muito no dia a dia do trabalho, o macacão pelo calor intenso não chegou nem a ser incorporado no cotidiano do trabalho e a máscara *face shield* por machucar o rosto durante os movimentos corporais na execução das atividades laborais. Nesse caso, adaptaram para o uso dos óculos de proteção, embora seja uma dificuldade a mais para quem tem problemas oftalmológicos, pois não permite o uso dos óculos de grau. O relato de uma catadora revela esse descontentamento: *“Primeiro tinha aprovado um macacão, parecendo aquele de astronauta, aquele lá era muito quente, era muito*

desconfortável, aí botou só a blusa com a manga longa(...) aí botou uns tipos de luva que a gente não conseguia pegar o material”. (Carla)

Com essa realidade considera-se que a covid-19 gerou um alerta para as instâncias governamentais sobre as péssimas condições de trabalho das catadoras e os riscos de contaminação direta relacionada ao vírus nessa ocupação, além do reconhecimento dos riscos ocupacionais e à saúde cotidianos. Tendo em vista, que os ambientes de trabalho foram fiscalizados pela Vigilância Sanitária local. Ao mesmo instante que, provocou melhorias na estrutura da associação como um espaço adequado para alimentação.

4.3.3 A saúde das catadoras frente a pandemia da covid-19

“(...)O pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanso. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte(...)”. (Carolina Maria de Jesus, p. 12)

Os processos sociais, econômicos e culturais possibilitam o desenvolvimento de diferentes formas de cuidado à saúde a partir das necessidades e do contexto dos grupos sociais (Menéndez, 2003). Ao ser deflagrada a pandemia do novo coronavírus, novas e antigas preocupações em saúde emergiram, sobretudo em relação as desigualdades sociais. Vulnerabilidades anteriores são agudizadas e a transmissão do vírus em rápida e larga escala nos casos de contaminados e óbitos nos surpreendem por afetar os mais desprotegidos. Para Sagot (2020), isso sempre tem sido uma das características do capitalismo, cujas técnicas de extrema desvalorização da vida produzem corpos vulneráveis à marginalização, instrumentalização e até a morte. O relato de uma catadora revela a percepção das disparidades sociais na saúde: *“Há diferença né, da questão de classe né, tanto na limpeza urbana né, quanto de moradia também né, que tem isso né, o vírus não só como o do covid né, outras bactérias doenças que é infecciosas não está somente em relação ao Covid, há outras doenças né. E só da relação de uma pessoa que ela mora, vamos supor né em um duplex no prédio né de uma pessoa que mora dentro de um barraco ali, a diferença tá enorme ali né, em questão de bactéria de doenças ali nem se compara ela é maior”. (Rita).*

O processo de urbanização e o êxodo rural fizeram com que se constituíssem territórios periféricos denominados de “favelas” ou “periferias urbanas” nas grandes cidades, locais onde vivem e trabalham as catadoras que demandam ações efetivas de proteção social constantemente devido ao contexto de pobreza e as mazelas sociais. As favelas e os bairros populares se constituem como territórios de moradias com habitações precárias, alta densidade populacional (quantitativo de pessoas por área), e precariedade de infraestrutura urbana e sanitária, além da violência urbana (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020). Segundo Leandro (2011), o transcurso das desigualdades em saúde segue desde o século XIX até tempos atuais, especialmente neste momento pandêmico. Constatou-se que os marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe estão intrinsecamente ligados à saúde, pois a pandemia, por exemplo, afetou e impacta a classe mais pobre, que é também negra e parda. Como produtor dessa desigualdade, por meio da não efetivação de políticas, de condições adequadas de serviços de saúde, trabalho, transporte, lazer, habitação e alimentação, o Estado se acopla ao vírus e promove o contágio e a morte, ao invés de promover a vida e a saúde.

Diante desse contexto, a realidade acaba dificultando à adoção das medidas sanitárias padronizadas, não tendo essas trabalhadoras o direito do cuidado de si, sendo violadas com a própria negação da vida. Como contado por uma delas: *“Eu tô na área de risco, por causa que eu sou uma pessoa pré diabética eu tenho pressão alta”*. (Sônia) Contraditoriamente, a realidade de vida dessas mulheres, que vivem e sobrevivem as margens da sociedade capitalista, faz com que as medidas de prevenção e proteção para contenção da proliferação do Sars-CoV-2 não tenham significados para o seu cotidiano devido as históricas desigualdades sociais, ainda mais quando no momento oportuno de crise sanitária a proteção social do Estado se torna nula ou insuficiente. Cotidianamente, elas vivem uma situação de duras rotinas de trabalho devido: a informalidade; o excesso diário de esforço físico intenso; os riscos ocupacionais constantes à saúde e as doenças e sintomas cotidianos inerentes a atividade laboral; e a insalubridade do ambiente de trabalho (VASCONCELOS, 2016).

Por esses elementos, constata-se que a pandemia da covid-19 descontrolada no Brasil em decorrência da total ausência de gestão na saúde por parte dos governos, principalmente em âmbito federal, não atingiu e atinge todas as pessoas igualmente, como reafirma o paradigma da biomedicina. Reconhece-se,

essencialmente que afeta de maneira avassaladora mais os pobres tanto relacionados ao número de vidas perdidas e a quantidade de contaminações quanto as dificuldades sociais e econômicas geradas em decorrência da proposital disseminação do Sars-CoV-2 no território nacional. Tal ausência de gestão da pandemia adotada e defendida pela famigerada estratégia governamental da imunidade de rebanho. Além de serem, trabalhadoras que mesmo apresentando comorbidades como diabetes e hipertensão arterial devem continuar se mantendo no trabalho devido a necessidade de subsistência. O relato de uma catadora revela o drama: *“Medo assim de meus filhos pegar, ou então eu pegar e passar para eles, sem ter médico e ir para o hospital né e não ser atendido, morrer a mingué né, nossa muito medo”*. (Maria)

Segundo Bastos (2021) a atividade de catadora possui importância para o meio ambiente, mas, além disso, consiste numa expressão de luta pela sobrevivência e que no período da covid-19 ocorreu a agudização das mazelas sociais reflexo da invisibilidade social dessas trabalhadoras. Desse modo, é importante considerar-se o conceito de necropolítica do filósofo Achille Mbembe (2018), que diz respeito a inoperância do Estado diante de algumas populações, julgadas como “mortos-vivos” são passíveis de deixar a má sorte de morrer ou matar. Nesse sentido, segundo o autor a escolha de quem deve viver e quem morre já foi feita, antes mesmo do surgimento do novo coronavírus. Nesse sentido, a preocupação da contaminação e das mortes geradas pelo Sars-CoV-2 na vida das catadoras configura-se meramente como mais uma barreira a ser superada ao longo da vida, haja vista a sobrevivência e (re)existência cotidiana o que demonstram a vulnerabilidade referente às dificuldades do acesso aos serviços de saúde; aos preconceitos arraigados à ocupação; à exclusão social; à estigmatização da pobreza; às precárias condições de trabalho e a insalubridade; a negação de direitos como moradia, educação e saúde; aos programas sociais ineficientes; às violências institucionais e de gênero; a violação de direitos e ao racismo (BRAGA; LIMA; MACIEL, 2015; HOEFEL et al., 2013; PORTO et al., 2004).

Como contado por Tião Santos (2014) em sua biografia onde a catação se constituiu como opção de sobrevivência, de quando sua mãe entendeu que, sim, o lixo dava dinheiro a partir dos primeiros contatos com o trabalho na cata.

Quando chegamos da escola e vimos a mesa posta pensamos: “nossa mãe ficou rica!”. Era queijo, presunto, leite, café, um monte de coisa boa e que já não víamos em casa fazia muito

tempo. Minha mãe tinha passado na padaria e no açougue na volta do trabalho, comprado carne, macarrão, feijão, ovos... E o tal dinheiro ainda tinha sobrado.

Vendo a nossa felicidade, a mesa cheia e a família de novo reunida minha mãe não teve escolha. Ela se lembrou do que tinha dito no lixão – que nunca mais voltaria a colocar os pés lá, que aquele tipo de trabalho não era para ela -, mas estava na hora de rever seus conceitos e os nossos também.

Foi quando Dona Gerusa percebeu que trabalhar no lixo, apesar de todos os perigos, da exposição a doenças, dos acidentes frequentes, não era bem uma escolha. Era a única opção, a saída que ela vinha procurando – e parecia ter finalmente encontrado – para nos sustentar.” (p.39)

Paralelamente, as catadoras estão sujeitas aos impactos da atividade laboral sobre o corpo, constantemente convivem e trabalham com sintomas provocadores de mal-estar. Assim, a catadora relata: *“Tem hora que você ver estrela, com sono por causa do gás carbono, a pessoa passa mal lá dentro têm uns que dá ânsia de vômito, tem outros que dá tontica”.* (Sônia) Para Ferreira e Anjos (2001, p. 692), “o odor emanado dos resíduos pode causar mal-estar, cefaleias e náuseas em trabalhadoras que estejam próximos de equipamentos de coleta ou de sistemas de manuseio, transporte e destinação final”. De acordo com Santos e Joaquim (2021), isso repercute sobre o sistema respiratório devido à inalação dos gases provenientes da decomposição, sobre o sistema músculo esquelético devido às cargas sofridas, gastrintestinais devido à alimentação por vezes inadequada, a qualidade da água comprometida para o consumo e cutânea devido à exposição aos fatores climáticos, bem como o contato com produtos e microrganismos que podem interferir na integridade da pele.

E mais recentemente, o risco iminente de contágio pelo Sars-CoV-2 onde as catadoras foram linha de frente embora mais uma vez marcadas pela invisibilidade. O novo coronavírus representa um risco para a população e as operadoras que atuam diretamente nas diferentes formas de coleta, tratamento e destinação final (Araújo; Silva, 2020). A reportagem publicada pelo *Le Monde Diplomatique*²¹, coloca que no início da pandemia no Brasil em março de 2020, 80% das organizações tiveram suas atividades paralisadas devido os riscos à saúde aos quais estavam expostas e a falta

²¹ Saber mais em: <https://diplomatique.org.br/catadores-de-materiais-reciclavéis-a-linha-de-frente-invisível/>

de orientações e informações técnicas para continuarem trabalhando com o mínimo de segurança. Assim, algumas delas compartilham conosco os sentimentos gestados no início da *pandemia da covid-19*. *“Eu perdi o ritmo de tudo, eu fiquei foi mais dentro de casa entende, perdi o ritmo de tudo mesmo, porque não tinha o que fazer só dentro de casa”*. (Ingrid)

“Muito medo mesmo, a gente ficou assustado né, as minhas filhas mesmo eu não deixava nem sair de dentro de casa para passar na rua, eu falava não dentro de casa dentro de casa(...) minha preocupação era essa, se eu pegar eu vou morrer, a preocupação era esse da morte”. (Rita)

As medidas restritivas de distanciamento do convívio social foram necessárias para contenção da disseminação do vírus nos territórios. As catadoras neste momento da pandemia acostumaram a seguir algumas recomendações sanitárias significativa para elas. Foi quando suspenderam nos meses iniciais as constantes visitas aos familiares e vizinhos, mas foram por pouco tempo. Como nos relatam algumas delas: *“A gente ficava mais dentro de casa né, isolado por causa das crianças, porque eu tenho criança né, eu nem saía de casa, aí só isso aí que eu fiquei mais foi isolada(...) agora no começo aí sim a gente quase não via ninguém na rua”*. (Ingrid)

“Pegar esse vírus e transmitir para os meninos, eu fiquei com medo e fora a dificuldade financeira também que é difícil porque hoje a gente não vive sem serviço”. (Carla)

O tempo curto de manutenção do isolamento e distanciamento social está relacionado aos dilemas agudizados pela pandemia da covid-19, já que ficaram sem renda e desprotegidas pelo Estado tiveram que agir e acionar as suas redes de apoio comunitárias entre familiares e vizinhas, pois logo começaram a surgir o medo da fome e do despejo dos imóveis os quais a maioria é alugado. Ao contrário da classe média brasileira, que no momento de pandemia voltou o cuidado para si, mudando comportamentos em busca de estilos de vida mais saudáveis. Assim, com o período de maior flexibilização das medidas sanitárias por parte do governo, uma catadora nos relata o descuido com à saúde: *“Muitos hoje em dia, ainda mais no tempo que a gente tá (novembro), no começo ela veio mais forte, hoje eu acredito que ela diminuiu bastante no decorrer do tempo(...) a gravidade dele assim, tanto para família como para a população né, a visão que a pessoa tem a pessoa não tá tendo mais aquela*

visão que tinha antes no início que foi divulgado né, e hoje em dia a pessoa não tem muito o mesmo cuidado de antes não tem igual, questão de distanciamento não tem né, questão de usar máscara também não tem né, essa questão assim hoje em dia desleixou né, no início teve mais aquele medo aquele impacto foi um impacto”. (Rita)

O Sars-CoV-2 se relaciona prioritariamente com o modo como as pessoas vivem, cuidam e adoecem nos territórios. Assim as experiências de vivenciar uma pandemia no mundo contemporâneo diante dos adoecimentos oriundos da covid-19 enraízam-se nos processos do adoecimento, das medidas de prevenção e proteção, do isolamento e distanciamento social os elementos contextuais e relacionais significados no cotidiano e na potência da vida comunitária. A natureza mais uma vez deu o sinal de que o modelo como a sociedade vem se relacionando com o meio ambiente não é o adequado. As catadoras se localizam como agentes socioambientais que lutam pela defesa das questões ambientais as quais carregam essa responsabilidade. Diz uma catadora: *“O mundo tá doente se não melhora ele, não vai dar retorno bom para nós, tanto das queimadas né o que está acontecendo com os rios poluídos, o mundo ele não vai te dar uma resposta boa, não vai trazer coisas boas, então o que tem por vir aí, é covid para pior”. (Rita)*

A pandemia da covid-19 afeta de forma violenta as pessoas que moram nas periferias e aquelas em situação de rua, as condições de vida são difíceis o que tornam praticamente impossível para elas realizarem alguns dos cuidados sanitários fundamentais de higienização das mãos, do uso da máscara e do isolamento e distanciamento social (Bittencourt, 2020). Assim, algumas contam inevitavelmente sobre o contágio: *“Primeiro foi eu lá em casa, eu fiquei gripada garganta doendo, deu até febre que eu ficava com uns calafrio, aí depois desses sintomas tudo eu fiquei uns dez dias sem sentir cheiro e sem sentir gosto de nada, eu só sentia gosto do sal e se fosse muito salgado ou se fosse muito doce mais nada(...) meu marido ficou com os mesmos sintomas”. (Carla)*

“Teve casos de catadores que se contaminaram mais não foi no trabalho, porque o trabalho estava fechado de porta fechada”. (Rita)

Desse modo, a percepção das catadoras relacionada o mal-estar sentidos no cotidiano do trabalho, não são considerados como problemas de saúde que as impedem de comparecerem ao trabalho ou pelo menos toda vez estão submetidas ao

sentimento entre elas de terem que trabalhar a todo o custo, visando o sustento próprio e da família, especialmente dos filhos. E durante o contexto da pandemia esse significado também se estendeu devido ao risco de contágio pelo Sars-CoV-2, quando desde o início da pandemia tencionavam o retorno imediato das atividades laborais na usina, mesmo desconhecendo a letalidade e o perigo da covid-19. Destaca-se que as narrativas negacionistas minimizando a pandemia proferida por alguns agentes públicos também exerceram influências significativas para essa posição.

Apesar do primeiro caso de contágio pelo Sars-CoV-2 no DF ter sido diagnosticado em uma mulher moradora do Lago Sul que tinha retornado de viagem recente da Europa, região mais rica do DF, no dia sete de março de 2020²². Há relatos de uma catadora que sentiu uns desconfortos no corpo diferente do que se costumava vivenciar, agora mais intensos em meados do mês de janeiro do mesmo ano. Os sintomas se caracterizam como um possível quadro de contágio do novo coronavírus, embora não tenha tido um diagnóstico clínico. Como nós conta uma catadora: *“Eu acho que eu e o meu marido nós pegou isso, mas foi logo no início, no começo ninguém nem sabia né(...) senti era febre, dor de cabeça, só que mesmo assim eu ainda vinha trabalhar e é uma canseira”*. (Maria)

“Aquele gripe eu nunca senti, nunca tive na minha vida, uma canseira aí eu vinha trabalhar mesmo assim né, a gente vem trabalhar aí chegava em casa tomava um banho, pra você ver como tava ruim, ia pra nebulização tomava nebulização e tomava tomava até cansar aí quando dava pra respirar né ai eu parava e tomava amoxicilina e stamim”. (Maria)

De fato, vários desconfortos provocados pelo próprio vírus se assemelham ao que é sentido cotidianamente pelas catadoras como dores de cabeça, dores musculares, problemas respiratórios, etc. O que reflete uma realidade complexa para o diagnóstico. Nesse aspecto devia-se ter uma medida de priorização para testagem da covid-19 constantemente para essa categoria, justamente pelo comprometimento da saúde relacionado a insalubridade do trabalho dificultar a percepção do contágio por parte das trabalhadoras. Contraditoriamente, observou-se que ao retornarem às atividades laborais na usina depois de um período de fechamento, não ocorreu a testagem em massa das trabalhadoras, ou seja, diante da crise sanitária as catadoras

²² Saber mais em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/08/primeiro-caso-de-coronavirus-no-df-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>

foram submetidas ao risco iminente de contaminação. Da mesma maneira, o problema torna-se quase que crônico devido os sentimentos constantes de desassistência em saúde por causa das barreiras de terem o direito à saúde negligenciado e os sofrimentos acarretados. A crise provocada pela covid-19 também mostra as décadas de abandono dos sistemas públicos de saúde, privatização delas, a precariedade do trabalho e a deterioração de direitos trabalhistas. Para Sagot (2020, p. 110), “o desmantelamento da saúde pública, privatização e terceirização de serviços estão entre as principalmente responsáveis pela alta mortalidade”. Assim, as catadoras denunciam: *“Esse negócio de saúde aqui em Brasília não é muito bom não, é muita não confio muito não pra falar a verdade”*. (Ingrid)

“Lá onde eu moro mesmo na quadra (QNR) que eu moro você tem que levantar quatro hora da manhã pra tentar conseguir uma vaga, aí o essa vaga é pra marcar olha só, aí depois que você marca aí vem outra luta você tem que ir mais cedo ainda pra conseguir também se consultar”. (Maria)

“A gente não vai assim com frequência por causa da dificuldade, porque você chega em um posto pra consultar não tem médico, manda para o hospital aí o hospital só emergência”. (Carla)

Em relação aos casos registrados da covid-19, acredita-se que seria necessárias pesquisas mais detalhadas com insumos para o diagnóstico, pois destacamos as dificuldades de rastreamento e identificação dessas pessoas por parte do sistema oficial. Já que elas têm o medo de serem identificadas pelos serviços de saúde e o local de trabalho ser fechado novamente, causando todas as dificuldades impostas pela pandemia sentidas e vividas sempre quando o ambiente de trabalho é fechado. Diante de toda a ausência de proteção social, esse não é um cenário desejado por elas, pois sempre traz à tona uma sensação de angústia, tensão e desespero. Como revela o relato de uma delas: *“Porque tipo assim, igual a gente voltou a trabalhar, meu medo era deles tipo assim, ia perguntar onde eu trabalho ia fazer aquela pesquisa, aí via ter que isolar e o medo era de fechar a usina de novo e ficar sem trabalhar por isso que muita gente não vai no posto”*. (Carla)

Ao mesmo tempo que alertamos para a necessidade urgente dos gestores do SUS olharem com cautela para os territórios das associações e cooperativas, direcionando ações de prevenção e educação de enfrentamento da covid-19 na

agenda política como medida de curto e médio prazo. Tendo em vista que, elas retornaram ao trabalho e a realidade carece de uma ação estratégica governamental em prol da saúde e segurança das catadoras no que diz respeito a testagem, ampliação do tempo de acesso aos benefícios emergenciais e ações de informação em saúde no ambiente de trabalho. Principalmente, referente a atualização do cartão de vacinas das trabalhadoras, não só referente à imunização da covid-19. Como denunciado por uma líder: *“Se você trabalha em uma área de risco, uma área que tem contaminação, eles abrem uma oportunidade em questão de vacina a gente não tem, você chega em um posto de saúde pra procurar uma vacina lá, só tem vacina de campanha quando não é campanha é só vacina pra criança né crianças e recém-nascido um adulto chega lá pra vacinar eles fala não tem tá em falta e aí como é que fica essa questão da gente trabalhar aqui dentro”*. (Rita)

Reiteramos que apesar das associações de catadoras terem sido vacinadas no DF, por sinal chegou tardiamente para elas em oito de julho de 2021²³, quase que um ano após o retorno das atividades laborais. A primeira cidade a vacinar a categoria foi Cuiabá (MT) em treze de maio de 2021²⁴, seguida posteriormente por Maceió (AL)²⁵. No DF a vacinação das catadoras ocorreu com intensa atuação do grupo de trabalho interinstitucional para o Lixão coordenado pelo MPDFT²⁶.

Boaventura (2020b), reflete que diante da falta de resposta do Estado às suas demandas, as comunidades que chamamos de vulnerabilizadas são mais eficientes em produzir formas de lidar com a doença e seus efeitos, construindo relações de cuidado e solidariedade. Como experiências compartilhadas por Carneiro e Pessoa (2020), que pontuam diferentes estratégias horizontais, participativas e democráticas surgidas de forma espontânea para enfrentamento da covid-19, partindo da própria população, tendo em vista as ausências de políticas efetivas como: gabinetes de crise, comitês populares, articulações solidárias, plataformas, observatórios acadêmico-populares, barreiras sanitárias populares e portais na *internet* de monitoramento participativo.

²³ Saber mais em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/07/08/df-comeca-a-vacinar-catadores-de-reciclaeis.ghtml>

²⁴ Saber mais em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/05/13/prefeitura-comeca-a-vacinar-garis-e-catadores-de-reciclaeis-em-cuiaba.ghtml>

²⁵ Saber mais em: https://www.instagram.com/p/CPJBM-JHh9O/?utm_medium=copy_link

²⁶ Saber mais em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2021/13250-covid-19-imunizacao-de-catadores-de-reciclaeis-e-concluida>

Nesse sentido, constatou-se a importância da rede comunitária e a organização coletiva no território para o cuidado à saúde. Conforme contam as catadoras: *“Entre nós catador o que a gente tinha que fazer a gente fez né, um apoiando o outro quando faltava alimento na casa de uma família a gente ia lá e dividia a gente perguntava se tava doente cada um reunia um dinheirinho ali comprava um remédio pra aquela pessoa. É porque o catador ele é muito unido né já é quem não é assim quando entra na catação ele aprende a ser humilde né aprende a se ajudar”*. (Rita)

“Essa época de pandemia serviu para nós pra fortalecer nossas amizade nós tivemos trabalho nós tivemos passamos por muitas coisa, mais também a gente construiu coisas sólida que não é todo mundo que sabe o que é isso não, é amizade porque amizade pra mim é aquele que eu tô nua e me veste que eu tô com a barriga vazia e enche minha barriga que eu tô doente e me dá o medicamento”. (Sônia)

Destacamos que as próprias instituições das catadoras MNCR e ANCAT, além de ações com os parceiros nos territórios, se organizaram para fomentar a segurança alimentar e os equipamentos individuais e coletivos de proteção e segurança contra o vírus. Visto a insuficiência e limitação das ações e políticas estatais em tempos de covid-19 para as trabalhadoras da reciclagem. Por fim, é importante ponderar os esforços das parcerias institucionais com as Universidades na tentativa de mitigar minimamente um retorno ao trabalho mais seguro. Nesse sentido, O diálogo constante e a construção de um comitê podem dar suporte aos gestores do DF na organização das respostas à pandemia considerando as vulnerabilidades e especificidades das catadoras apresentadas aqui. Caso contrário, reforçaremos a situação de desigualdades em saúde e aumento da exclusão social desse grupo social. Diferentemente de adotar-se mecanismos que as culpabilizam pela contaminação elas mais do que nunca precisam de ações de proteção social e à saúde. Ademais, de acordo com Maia et al. (2020), compactuamos da necessidade de discussão do cenário pós-pandemia, com a possibilidade do aumento substancial de novas catadoras advindas da crise sanitária, onde milhões de desempregadas poderão encontrar na catação a solução para a subsistência. Por outro lado, Sagot (2020) reflete possibilidades para o futuro, reconhecendo que a crise permitiu revelar as demandas por um estado de bem-estar, que cuida do público, que toma

providências para a proteção de toda a população e para se tornar um agente de justiça redistributiva, levando em consideração as diferentes formas da desigualdade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...)Quando cheguei do palacio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:

- Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:

- É que eu tinha fé no Kubstchek.

- A senhora tinha fé e agora não tem mais?

-Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os politicos fraquissimos. E tudo que está fraco, morre um dia.

...Os politicos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido". (Carolina Maria de Jesus, 2014, p. 39)

Os fatos demonstram uma preocupação maior referente a questão da disseminação do novo coronavírus nas comunidades urbanas pobres e vulneráveis, como é o caso das envolvidas nesta pesquisa, que cotidianamente estão inseridas em uma lógica de precarização da vida e do trabalho. Acredita-se que neste momento da crise sanitária brasileira desencadeada pela covid-19 ocorreu de modo expressivo o aumento da vulnerabilidade das catadoras, o que revela, escancara e agudiza mais ainda a realidade das desigualdades em saúde no universo dessas mulheres. Basta sabermos se de uma condição aguda, as desigualdades passarão mesmo para uma condição crônica na realidade das catadoras. Tendo em vista, que é uma crueldade, naturalizarmos as desigualdade e contradições que subjulgam grande parcela da sociedade, que não são minorias, mas sim maioria.

As condições de trabalho das catadoras é marcada pela insalubridade, assim como os riscos constantes à saúde das trabalhadoras. A renda advinda da atividade é obtida por meio da produção diária das associadas e cooperadas, que devem cumprir metas incansáveis de produção. O perfil dessa população evidencia a

vulnerabilidade diante da pandemia da covid-19, pois não estão incluídas na parcela da sociedade que tem acesso as condições saudáveis. Nesse sentido nas associações e cooperativas encontramos facilmente trabalhadoras cardíacas, doentes renais, diabéticas, trabalhadoras com problemas pulmonares, respiratórios, gestantes e lactantes e pessoas com mais de 60 anos, constituindo assim além das vulnerabilidades sociais presentes na realidade delas também fazem parte do grupo de risco da covid-19.

Dessa maneira, a paralisação da coleta seletiva e do trabalho nas associações e cooperativas foi necessária, tendo em vista o desconhecimento do risco de contaminação dessas trabalhadoras, apesar de ter sido um processo marcado por falta de diálogo com a categoria e de ausência de informações sobre a potencialidade e riscos do vírus. Por outro lado, essa medida provocou o fim da renda para subsistência, o sentimento de desamparo e os endividamentos (aluguéis de moradia, contas de luz, água etc). Além disso, com a proliferação do Sars-CoV-2 no território candango, cresceu o número de possíveis resíduos e materiais contaminados como os lenços e as máscaras sujas, além das seringas com vestígios de sangue, pairando o medo de contrair o vírus, no mesmo instante em que os cuidados deveriam ser redobrados.

Mesmo diante dessas dificuldades pouco foi feito por parte dos poderes públicos no apoio e proteção social às catadoras no momento da pandemia da covid-19. A renda básica emergencial do governo federal pouco ajudou as trabalhadoras, alguns governos dos entes federativos ofertaram auxílio financeiro especificamente para as catadoras vinculadas as associações e cooperativas, mas que também não se mostraram acessíveis. Em face as dificuldades impostas pela pandemia da covid-19, paralelamente, as trabalhadoras tiveram que enfrentar pautas e lutas relacionadas a incineração e ao encerramento dos contratos com as instâncias públicas em algumas regiões do país²⁷.

Ressaltamos que em um contexto contemporâneo de pandemia da covid-19, diante do retorno ao trabalho das catadoras tratando-se de ambientes insalubres e as várias possibilidades de contágio, faz-se necessárias ações de educação em saúde junto a essa classe trabalhadora de forma constante nos territórios das associações e

²⁷ Prefeitura de São Caetano do Sul cancela contrato de catadores em meio a pandemia. https://www.youtube.com/watch?v=aerpVgzP1hs&ab_channel=MovNacionaldosCatadoresdeMateriaisRecicl%C3%A1veis

cooperativas e apoio com a aquisição de equipamentos para diminuir a possibilidade de infecção e estratégias de informação em saúde. Esse período da crise sanitária provocada pela pandemia da covid-19 mostrou que essas trabalhadoras são as mais vulneráveis no ciclo da reciclagem e intensificou a necessidade da proteção social exercida pelo Estado em suas vidas, tanto no momento da pandemia quanto pós-pandemia. As catadoras foram duplamente excluídas do acesso aos bens e serviços públicos no Brasil durante a covid-19, haja vista a ameaça do desemprego, aliada à dificuldade de acesso e manutenção recebimento do auxílio emergencial “concedido” pelo governo (Bastos, 2021).

A realidade revela contradições relacionadas à padronização das medidas de prevenção e promoção da saúde por parte dos gestores públicos e das autoridades sanitárias a toda população brasileira. Além disso, a falta da crítica ao modelo de sociedade capitalista diante da crise imposta pela pandemia da covid-19 na vida dessas pessoas e grupos sociais vulneráveis. Esses cenários são os reflexos da complexidade do Sars-CoV-2, juntamente com as medidas sanitárias insuficientes adotadas pelos governos para manutenção da saúde das pessoas, onde preferem agir com a política da morte.

Por fim, observamos uma intensa jornada no momento da pandemia da covid-19 de buscar formas criativas de resistência aos impactos da pandemia, ações políticas por demandas de insumos para a proteção no retorno ao trabalho, na adequação das exigências mínimas contaram com parcerias, de uma rede de proteção comunitária e apoio mútuo que se formou no suporte social, principalmente na segurança alimentar. Tais experiências mostram um jogo social de capacidade criativa de resistir diante da realidade de violência estatal em suas vidas. Embora, destacamos que tais estratégias não buscam substituir o papel das políticas públicas, mas sim alertar para a necessidade delas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria do Carmo Baracho de; CARDOSO, Cintia Carolini Orlandini; ANTUNES, Maria Cristina. Condições de trabalho e sintomas relacionados à saúde de catadores de materiais recicláveis em Curitiba. *Rev. Ter. Ocup.* Univ. São Paulo, v. 20, n.1, p. 36-42, 2009.
- ALEXANDRINO, Daniela Fantoni de Lima; FERREIRA, Maria Elisa Caputo; LIMA, Cíntia Lúcia de; MAKKAI, Lawrens Fabrício Cardozo. Proposal of social inclusion and improvement of the quality of life and health of collectors of recyclable materials of Viçosa – MG. *Through the physical activity. Fit Perf J*, v. 8, n. 2, p. 115-22, 2009.
- ALMEIDA, Jane Rabelo; ELIAS, Elcinéia Tavares; MAGALHÃES, Marcos Alves de; VIEIRA, Antônio José Dias. Efeito da idade sobre a qualidade de vida e saúde dos catadores de materiais recicláveis de uma associação em Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 6, p. 2169-2180, 2009.
- ALVES, Ana Karina da Silva; OLIVEIRA, Amanda Modesto de. **Estado, capitalismo e questão ambiental: interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis.** In: II Semana de Economia Política – Luta de classes e opressões: uma homenagem a Rosa Luxemburgo UFC-UECE, 2013, Fortaleza. II Semana de Economia Política UFC-UECE-ANAIS, 2013. Disponível em: <https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/10/gt-6-ana-karina-da-silva-alves-estado-capitalismo-e-questc3a3o-ambiental.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. 27, p. 11-25, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- ANTUNES, Ricardo.; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, 2015.
- AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: Potenciais impactos e desafios no Brasil. *Cien. Saude Colet.*, v. 25, p. 2423-46, 2020.
- ARAÚJO, Elaine Cristina dos Santos; SILVA, Viviane Farias. A gestão de resíduos sólidos em época de pandemia do covid-19. *Revista GeoGraphos*, v. 11, n. 129, p. 192-215, 2020.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al. **Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde.** In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al.(org.). Tratado de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Hucitec; Fiocruz, p. 635-67, 2009.

BALLESTEROS, Viviana Lenis; ARANGO, Yolanda Lucía Lopez, URREGO, Yicenia Milena Cuadros. Condiciones de salud y de trabajo informal em recuperadores ambientales del área rural de Medellín, Colômbia, 2008. **Revista Saúde Pública**, v. 46, n. 5, p. 866-74, 2012.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões; HECKSHER, Marcos. **Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200811_BMT_69_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BARBOSA, Ycarim Melgaço; BARCO, Juliana Alexandra Pereira de Carvalho. Trabalhos dos catadores de materiais recicláveis na região leste de Goiânia-Goiás em áreas urbanas como alternativa para sustentabilidade. **Gestão & Tecnologia**, Edição II, 2009.

BASTOS, Valéria Pereira. Catadores de materiais recicláveis e a Covid 19: impactos no trabalho diante da pandemia. **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 3, n. 1, p. 118–132, 2021.

BENVINDO, Aldo Zaiden. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BESEN, Gina Rizpah; GUTBERLET, Jutta. Os catadores de materiais recicláveis e a Covid-19. **Dossiê Covid-19 Diálogos Socioambientais na Macrometrópole**. Vol. Especial, nº 05, p. 26-27, 2020.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Pandemia, isolamento social e colapso global. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 221, p. 1-11, 2020.

BONINI-ROCHA, Ana Clara et al. Prevalence of musculoskeletal disorders and risk factors in recyclable material waste pickers from the dump of the structural city in Brasília, Brazil. **Waste Management**, v. 125, p. 98-102, 2021.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal” o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.

BRAGA, Natalia Lopes; LIMA, Deyseane Maria Araújo; MACIEL, Regina Heloisa. “Sobrevivendo só da misericórdia”: a vivência de catadores de materiais recicláveis. **Revista CES Psicologia**, 9(1), 01-13p., 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 639/2015**. Visa alterar a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/994619>>. Acesso 26 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Seção 1, p. 3-7.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus COVID-19**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso 18 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO: Classificação Brasileira de Ocupações**. 2014. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Portaria Nº 188, de 4 de fevereiro de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso 10 out. 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 454, de 20 de março de 2020**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt454-20-ms.htm>. Acesso 10 out. 2020.

BURKI, Talha. COVID-19 in Latin America. *The Lancet Infectious Diseases*, London, v. 20, n. 5, maio, p. 547-48, 2020.

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 13-55, 2015.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00279111, 2020. DOI 10.1590/1981-7746-sol00279

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estud. av.*, São Paulo (SP), v. 34, n. 99, p. 209-24, 2020.

CARDOSO, Itala. L.; GUIMARÃES, Sílvia. M. F. Vivências e Narrativas de Trabalhadoras Domésticas Diaristas. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 49, p. 205-226, jul./dez. 2018.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 2-14, 2018.

CARNEIRO, Elane Mendonça; ARAÚJO, Liana Brito de Castro; SILVA, Pedro Rafael Costa. **Capitalismo, trabalho e Estado: a condição dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no contexto de estado neoliberal**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/capitalismo-trabalho-e-estado-a-condicao-dos-trabalhadores-catadores-de-materiais-reciclaveis-no-contexto-de-estado-neoliberal.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; PESSOA, Vanira Matos. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do

ambiente. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, 2020, e00298130. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00298.

CHERFEM, Carolina. O. **Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor**. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). *Catadores de materiais recicláveis: Um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

COLLINS, Patrícia. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios – Ceilândia – PDAD, 2015**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2011/PDAD%20Ceil%C3%A2ndia-2010-2011.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal (PED-DF) - Síntese gráfica - população negra, 2020**. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/PopNegra_PEDDF20201.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

COSTA, Marco Aurélio. et al. **Apontamentos sobre a dimensão territorial da pandemia da covid-19 e os fatores que contribuem para aumentar a vulnerabilidade socioespacial nas unidades de desenvolvimento humano de áreas metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 15).

CRENSHAW, Kimberle. **Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem. 2004. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CRUVINEL, Vanessa Resende Nogueira et al. Waterborne diseases in waste pickers of Estrutural, Brazil, the second largest open-air dumpsite in world. *Waste Management*, v. 99, p. 71-78, 2019.

CRUVINEL, Vanessa; ARAÚJO, Wildo; MARTINS, Carolina; ALVARENGA, Júlio. Perfil dos catadores de resíduos sólidos do Distrito Federal: Uma análise comparativa entre associações de Ceilândia e Estrutural. *Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro*, Brasília, número 19, Janeiro-Junho de 2017, pp. 67-87.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; DAGNINO, Renato Peixoto. **Políticas para inclusão social de catadores de materiais recicláveis**. Revista Pegada – especial o trabalho no lixo, 2010. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/dagnino_dagnino_2010_politicas_inclusao_catadores.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DALL'AGNOL, Clarice Maria; FERNANDES, Fernanda dos Santos. Saúde e autocuidado entre catadores de lixo: vivências no trabalho em uma cooperativa de lixo reciclável. *Rev Latino-am Enfermagem*, n. 15 (espec.), 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Bárbara do Nascimento; GUIMARÃES, Sílvia. **Povos Indígenas no Brasil e a pandemia da covid-19**. In: DUARTE, Aldira Guimarães; AVILA, Carlos Dominguez. (Org.). *A Covid-19 no Brasil: ciência, inovação tecnológica e políticas públicas*. 1ed. Curitiba: CRV, v. 1, p. 257-270, 2020.

DIAS, Sônia; ABUSSAFY, Ricardo; GONÇALVES, Juliana; MARTINS, João Pedro. Impactos da pandemia de COVID-19 sobre reciclagem inclusiva no Brasil. **WIEGO**, p. 1-28, 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto Nº 40.548, de 20 de março de 2020**. Disponível em: <http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/03_Mar%C3%A7o/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A.pdf>. Acesso: 26 nov. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto Nº 40.626, de 15 de abril de 2020**. Disponível em: <http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/07_Julho/DODF%20131%2014-07-2020/DODF%20131%2014-07-2020%20INTEGRA.pdf>. Acesso 26 nov. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto Nº 40.847, de 30 de maio de 2020**. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/bc9de9210ebe460aa23f31369f0da7ac/Decreto_40847_30_05_2020.html>. Acesso: 26 nov. 2020.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n. 9, p. 3431-36, 2020.

FERREIRA, João Alberto; ANJOS Luiz Antonio dos. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão de resíduos sólidos municipais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 689-696, 2001.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, p. 21-98, 2010.

FREITAS, Lúcio Flávio da Silva; FONSECA, Igor Ferraz da. **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_catadores_residuos.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

FROES, P. **A 15 km do Planalto, a vida no maior lixão ativo da América Latina**. BBC News, Brasil, març. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160310_galeria_lixao_estrutural_pf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1 – 7, 2020.

GOES, Emanuelle.; SANTOS, Elisa. M. Racismo, gênero e saúde no Brasil. Rede Feminista do Norte e Nordeste, 18., 2014, Recife. Anais do 18º REDOR. Recife: UFRPE, 2014. p. 2532-39. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1944/791>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

GÓMEZ-CORREA, Jaime A.; AGUDELO-SUÁREZ, Andrés A.; RONDA-PÉREZ, Elena. Condiciones Sociales y de Salud de los Recicladores de Medellín. *Rev. salud pública*, vol. 10, n. 5, p. 706-715, 2008.

GONÇALVES, Cleber Vaz; MALAFAIA, Guilherme; CASTRO, André Luis da Silva; VEIGA, Bruno Gonzaga Agapito da. A vida no lixo: um estudo de caso sobre os catadores de materiais recicláveis no município de Ipameri, GO. *Holos*, v. 2, p. 238-250, 2012.

GOTO, André Kenreo; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; JUNIOR, José Vianna Lima. Um estudo sobre o estresse em profissionais da área de logística da indústria automobilística. *Psicologia política*, v. 9, n. 18, p. 291-311, 2009.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios - PDAD Ceilândia 2018**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2020/06/Ceil%C3%A2ndia.pdf>>. Acesso: 12 nov. 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. **Boletim COVID-19 nº 30, 10 de novembro de 2020**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2020/04/Boletim_Codeplan_n30_10.11.20.pdf>. Acesso: 12 nov. 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal. **Boletim epidemiológico nº 254 Emergência de Saúde Pública COVID-19 no âmbito do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_254.pdf>. Acesso: 12 nov. 2020.

GUTBERLET, Jutta et al. Participatory research revealing the work and Occupational health hazards of cooperative recyclers in Brazil. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, v. 10, p. 4607-27, 2013.

HAMARAL, Leão. **Ceilândia, a história é esta**. Eletrobras. Ceilândia, Distrito Federal. 80p., 2011.

HENRIQUE, Roberto Luís da Silva; MATTOS, Aluizio de Oliveira. Contexto socioambiental das cooperativas de catadores do Rio de Janeiro e os impactos da COVID 19. *Revista Internacional de Ciências*, v. 10, n. 03, p. 32-49, set-dez, 2020.

HOEFEL, Maria Graça et al. Accidents at work and living conditions among solid waste segregators in the open dump of Distrito Federal. *Rev. Bras. Epidemiol.*, v.16, n. 3, p. 764-85, 2013.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista Estudo Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. Ilustração Vinicius Rössignol Felipe. Editora Ática: São Paulo, 10º ed., 200p., 2014.

JESUS, Maria Cristina Pinto de et al. Avaliação da qualidade de vida de catadores de materiais recicláveis. *Rev. Eletr. Enf.* [Internet], vol. 14, n. 2, p. 277-85, 2012.

JOHNSON, Maria Cecília; SALETTI-CUESTA, Lorena; TUMAS, Natalia. Emociones, preocupaciones y reflexiones frente a la pandemia del COVID-19 en Argentina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(Supl.1), p. 2447-2456, 2020.

JÚNIOR, Armando. Borges de Castilhos et al. Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, p. 3115-24, 2013.

KAMPFA, G.; TODT, D.; PFAENDER, S.; STEINMANN, E. Persistence of coronaviruses on inanimate surfaces and their inactivation with biocidal agents. *Journal of Hospital Infection*, v. 104, nº 3, p. 246-51, 2020.

KENNEDY, D. M. et al. Modeling the effects of intervention strategies on Covid-19 transmission dynamics. *Journal of Clinical Virology*, v. 128, p. 104440, jul. 2020.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena.; LOCK, Margaret. **Social Suffering**. Deadalus, v. 125, n. 1, p. XI-XX, 1996.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latino americana de Salud*, México, n. 2, p. 7-25, 1982.

LEANDRO, Maria Engrácia. **Teias da saúde: desigualdades de saúde, saúde das desigualdades**. In: BRASIL. Saúde e direitos humanos. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Grupo Direitos Humanos e Saúde Helena Besserman, v. 7, n. 7, p. 18 – 33, 2011.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas do. Covid-19 nas favelas e periferias brasileiras. *Boletim de conjuntura (boca)*, vol. 2, n. 4, Boa Vista, p. 49-55, 2020.

MAIA, Carlos Vangerre de Almeida. et al. Reflexões sobre o impacto da pandemia por coronavírus na atuação do catador de materiais recicláveis. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*. vol. 21, n.3., p. 416-432, 2020.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, p.333-350, 1982.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. **Dôssie mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, p. 1-168, 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

MARQUES, Carla Pintas et al. Social vulnerabilities of female waste pickers in Brasília, Brazil. *Archives of Environmental & Occupational Health*, p. 1-9, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 edições, São Paulo (SP), 2018.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. *Psicologia & Sociedade*, vol. 18, n. 2, p. 62-71, 2006.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. ***Economia e sociedade***, vol. 16, n. 3, p. 435-454, 2007.

MENÉNDEZ, Eduardo L. Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas. ***Ciência & Saúde Coletiva***, vol.8, n.1, p.185-207, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 80p, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: _____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, p.61-76, 2010.

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. ***Rev. bras Cie e Mov***, vol. 13, n. 4, p.107-114, 2005.

MOSNA, Stefano; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. **O fechamento do aterro controlado do Jóquei sob o olhar dos catadores de material reciclável**. Anais 11º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos, Porto Alegre, 2020. No prelo.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Carta de Brasília [Internet]**. Brasil; 09/12/2012. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobreo-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>. Acesso em: 18 ago. 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Quantos catadores existem em atividade no Brasil? MNCR, 2019**. Disponível em: <http://mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acessado em 6 jun 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **História do MNCR [Internet]**. Brasil; 09/12/2012. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/sua-historia>. Acesso em: 18 ago. 2015.

NAKAMURA, Eunice. O método etnográfico em Pesquisas na área da saúde: uma reflexão antropológica. ***Saúde Soc.***, vol. 20, n.1, p. 95-103, 2011.

NUNES, Everardo Duarte. **Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto**. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Hucitec, Fiocruz, p. 295-315, 2009.

OLIVEIRA, L. A. P.; MENDES, M. M. S. **Mortalidade infantil no Brasil: uma avaliação de tendências recentes, 1995**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza(org). Os muitos brasis: saúde e população na década de 80. São Paulo: Editora Hucitec/ Rio de Janeiro: ABRASCO. p. 291-303, 1999.

OLIVEIRA, Michele Moraes et al. A sobrevivência como foco: cotidiano e perspectivas de futuro dos catadores de materiais recicláveis. ***Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica***, Viçosa, v. 22, n.1, p.6-24, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, vol. 39, n. 1, 13-37, 1996.

PAIM, Jairnilson. et al. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios**. 2011. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/arquivo/925_brazil1.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2020.

PEREIRA, Eliane Ramos. et al. Representações sociais dos catadores de um aterro sanitário: o convívio com o lixo. *Psicologia: teoria e prática*, v. 14, n.3, p. 34-47, 2012.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. Editora Nós, 1º ed., 64p., 2017.

PIMENTA, Denise Nacif et al. **Leituras de Gênero sobre a Covid-19 no Brasil**. In: MATTA, Gustavo Corrêa; REGO, Sergio; SOUTO, Ester Paiva; SEGATA, Jean. (orgs) Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, p. 159-170, 2021.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 75).

PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 33).

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura; GONÇALVES, Raquel de Souza; FILHOTE, Maria Izabel de Freitas. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1503-1514, 2004.

RIBEIRO, Izaque Machado; NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine. Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 15, n. 2, p. 243-254, 2012.

ROSA, Bárbara Oliveira. Mulheres invisíveis: a identidade das catadoras de materiais recicláveis. *Gênero*, vol.14, n. 2, p. 91-104, 2014.

SAGOT, Montserrat. **Muerte, control social y bienestar en tiempos de Covid-19**. In: KASSIR, Alexandra et al. Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros em disputa en tiempos de pandemia. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO: Lima: ALAS, 1º ed., p. 107-114, 2020.

SANTANA, Anne Priscila Oribes; CABRAL, Laura Melo; SILVA, Daniela da; VIRGOLIN, Isadora Wayhs Cadore. Profissão catador: uma breve reflexão sobre as repercussões do covid – 19. Disponível em: <<https://revistaanais.unicruz.edu.br/index.php/inter/article/view/675/1103>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Almedina, 32 p., 2020b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O coronavírus, nosso contemporâneo**. 2020a. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/05/o-coronavirus-nosso-contemporaneo-por-boaventura-de-sousa-santos/>>. Acesso: 26 nov. 2020.

SANTOS, Gemmelle Oliveira; SILVA, Luiz Fernando Ferreira da. Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 16, n. 8, p. 3413-3419, 2011.

SANTOS, Jair Lício Ferreira; WESTPHAL, Marcia Faria. Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 5, p. 71-88, 1999.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estud. av.**, São Paulo (SP), v. 34, n. 99, p. 225-44, 2020.

SANTOS, Raquel Moraes dos; JOAQUIM, Fabiana Lopes. Riscos de infecção por Covid-19 pelos catadores de resíduos: reflexões à luz de Jean Watson. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 2, n. 6, p. e26433, 2021. DOI: 10.47820/recima21.v2i6.433.

SANTOS, Sueli Maria dos Reis et al. Espiritualidade na avaliação da qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis: estudo transversal. **On-line Brazilian Journal of Nursing**, v. 11, n.1, 2012.

SANTOS, Tião. **Tião do Lixão ao Oscar**. São Paulo: Leya, 256p., 2014.

SILVA, Carlúcia Maria. Trabalho, economia solidária e catadores de recicláveis: desigualdades de gênero e de raça, em busca de cidadania. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 248-261, jul./dez. 2014.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Brasília: IPEA, p. 1–76, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.

SIQUEIRA, Mônica Maria; MORAES, Maria Sílvia de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2115-22, 2009.

URBAN, Rodrigo Custodio; NAKADA, Liane Yuri Kondo. COVID-19 pandemic: Solid waste and environmental impacts in Brazil. **Science of the Total Environment**, v. 755, p.1 – 6, 2020.

VASCONCELOS, J. P. R. **A saúde de catadores/catadoras de materiais recicláveis: do contexto de vida ao enfrentamento do cotidiano**. 2016. 117 p. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde) — Faculdade de Ceilândia, Universidade de Brasília, Ceilândia, 2016.

WESTON, Stuart; FRIEMAN, Matthew B. COVID- 19: knowns, unknowns, and questions. **mSphere**, v. 5, 2020.

WESTPHAL, Marcia Faria. **Promoção da saúde e prevenção de doenças**. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, Hucitec, Fiocruz, p. 635-667, 2009.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. **As sobras da modernidade: o sistema de gestão de resíduos em Porto Alegre, RS**. Ed. CORAG Porto Alegre, RS. 2006.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar; SÁ, Laís Maria Borges de Mourão; ALMEIDA, Valéria Gentil. Insustentabilidade e produção de resíduos: a face oculta do sistema do capital. ***Sociedade e Estado***, Brasília, v. 24, n. 1, p. 173-192, 2009.

ZOLNIKOV, Tara Rava et al. A qualitative study on Noncommunicable Diseases in Waste Pickers in Brazil. ***Journal of Health & Pollution***, Vol. 11, nº. 30, p. 1-10, 2021a.

ZOLNIKOV, Tara Rava et al. Ineffective waste site closures in Brazil: A systematic review on continuing health conditions and occupational hazards of waste collectors. ***Waste Management***, v. 80, p. 26-39, 2018.

ZOLNIKOV, Tara Rava; FRANCES, Furio; CRUVINEL, Vanessa; RICHARDS, June. A systematic review on informal waste picking: Occupational hazards and health outcomes. ***Waste Management***, v. 126, p. 291-308, 2021b.

ANEXOS

ANEXO A – Manuscrito “Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: revisão integrativa”.

Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos, Sílvia Maria Ferreira
Guimarães e Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: revisão integrativa da literatura

*Living conditions among recyclable waste pickers:
integrative literature review*

Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos^a
Sílvia Maria Ferreira Guimarães^b
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti^c

^aProfessor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, IFG, Mestre em Ciências e Tecnologias em Saúde pela Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
End. Eletrônico: vasconcelosjpr@gmail.com

^bProfessora da Universidade de Brasília, UnB, Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
End. Eletrônico: guimaraes.silvia@gmail.com

^cProfessora da Universidade de Brasília, UnB, Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
End. Eletrônico: izabel.zaneti@yahoo.com

doi:10.18472/SustDeb.v9n1.2018.25439

Recebido em 21.04.2017

Aceito em 22.01.2018

ARTIGO- VARIA

RESUMO

Trata-se de uma revisão integrativa que objetivou analisar o que versam as produções científicas sobre o estado da arte das condições de vida dos catadores de materiais recicláveis. Foram recuperadas informações das condições de vida, saúde e trabalho apresentadas em estudos secundários referentes às publicações científicas do período de 2004 a 2014, considerando os estudos publicados nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde e ProQuest. Por fim, encontraram-se oito artigos. Como resultados evidenciou-se que os catadores estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade social relacionado à sua posição na sociedade, e o perfil, a escolaridade e os fatores socioeconômicos interferem na sua qualidade de vida. Conclui-se que é necessário investir em pesquisas em profundidade para construir intervenções de promoção da saúde e prevenção de doenças voltadas especificamente para esse grupo social, entendendo que os estudos científicos são capazes de induzir maior atenção dos gestores municipais, estaduais e federais.

Palavras-chave: Catador de Material Reciclável; Condições de Vida; Determinantes Sociais; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This present paper consists in an integrative review whose aim is to analyze the scientific studies that shed a light on the state of art of the living conditions of recyclable waste pickers. Information on the



 (/sucupira/portais/menu_portal.jsf)
ACESSO RESTRITO

INÍCIO (/SUCUPIRA/PUBLIC/INDEX.JSF) >> Qualis >> Qualis Periódicos

Qualis Periódicos



* Evento de Classificação:

CLASSIFICAÇÕES DE PERIÓDICOS QUADRIÊNIO 2013-2016 ▾

Área de Avaliação:

INTERDISCIPLINAR ▾ +

ISSN:

2179-9067

Título:

Classificação:

-- SELECIONE -- ▾

[Consultar](#) [Cancelar](#)

Periódicos

ISSN	Título	Área de Avaliação	Classificação
2179-9067	SUSTENTABILIDADE EM DEBATE	INTERDISCIPLINAR	B2

[Início](#) [Anterior](#) [1 ▾](#) [Próxima](#) [Fim](#)

1 a 1 de 1 registro(s)

(/sucupira/public/index.xhtml)

ANEXO B – Manuscrito “Condições de trabalho e saúde de uma associação de catadores de materiais recicláveis de Ceilândia/DF”.

Jangwa Pana Vol. 19(3) | 2020 | e-ISSN 2389-7872
<https://doi.org/10.21676/issn.1657-4923>



artigo de investigação

Condições de trabalho e saúde de uma associação de catadores de materiais recicláveis de Ceilândia/Distrito Federal

artículo de investigación

Condiciones de trabajo y salud de una asociación de recolectores de basura de Ceilândia/Distrito Federal

research paper

Working conditions and health of an association of waste pickers of the Ceilândia/Distrito Federal

Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-1399-0715>

Sílvia Maria Ferreira Guimarães²

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-2097-2355>

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti³

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-7484-1799>

Resumo: Os catadores de materiais recicláveis estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade. Diante disso, o objetivo principal deste estudo foi compreender as condições de trabalho e a situação de saúde dos catadores que trabalham em uma associação localizada na cidade de Ceilândia no Distrito Federal. Trata-se de um estudo qualitativo, que utilizou a abordagem etnográfica. As técnicas aplicadas densamente foram as entrevistas semiestruturadas e conversas informais, além da observação participante do local de trabalho. Os resultados encontrados apontam que os catadores vivenciam contextos sociais complexos quanto a sua condição de trabalho, o que acarreta danos a sua saúde física e psicológica. A realidade do cotidiano mostra que o trabalho poderia ser desenvolvido com mais dignidade, se caso o poder público tivesse atenção direcionada para atender as necessidades deles. Ademais, estão totalmente desamparados, resistindo aos contextos de pobreza, as situações cotidianas de desigualdade de gênero, aos estereótipos da ocupação e ao desemprego. Os contextos de vida, trabalho e saúde dos catadores apresentam particularidades específicas inerentes ao ser catador na sociedade capitalista. Por essa razão, a sobrevivência em meio as doenças e aos agravos à saúde produzidos naturalmente pelo cotidiano da ocupação, somadas a isso as condições de trabalho totalmente precárias, fazem do ser catador trabalhadores resistentes as desigualdades, principalmente a mulher catadora.

Palavras-Chave: Catadores de materiais recicláveis; Condição de social; Saúde ambiental

Recibido: 26/03/2019 | Aceptado: 27/01/2020 | Disponible en línea: 05/06/2020

Como citar este artigo: Vasconcelos, J. P. R., Guimarães, S. M. F. & Zaneti, I. C. B. B. (2020). Condições de trabalho e saúde de uma associação de catadores de materiais recicláveis de Ceilândia/Distrito Federal. Jangwa Pana, 19 (3). DOI: <https://doi.org/10.21676/16574923.3516>

¹ End. Eletrônico: vasconcelosjpr@gmail.com.

² End. Eletrônico: silviag@unb.br.

³ End. Eletrônico: izabel.zaneti@yahoo.com.

ANEXO C – Manuscrito “Agência, redes de cuidado e o cotidiano no trabalho de catadores de materiais recicláveis no DF”.

98



Saúde & Transformação Social

Health & Social Change



Artigos Originais

Agência, redes de cuidado e o cotidiano no trabalho de catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal

Agency, care networks and the daily work of waste pickers in Federal District

Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos ^{1,3}
 Bruna Carvalho Barros Rosa Nobre ²
 Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti ³
 Sílvia Maria Ferreira Guimarães ³

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

² Escola de Governo Flocruz Brasília (EGF).

³ Universidade de Brasília (UnB).

Resumo: O cenário da vida dos catadores de materiais recicláveis é marcado pela violência e ausência estratégica do Estado. No entanto, é possível observá-los agenciando o cuidado em suas vidas. Diante disso, o objetivo deste artigo é compreender as condições de vida dos catadores e como agenciam o cuidado à saúde em suas vidas. Trata-se de um estudo qualitativo, utilizando-se da abordagem etnográfica. A coleta das informações ocorreu por meio das entrevistas semiestruturadas e conversas informais, além da observação participante do local de trabalho. Foi possível observar que os catadores, mesmo inseridos em contextos de vulnerabilidade, marcados pela ausência da atenção governamental, seja no local de trabalho ou nas experiências de acesso aos serviços de saúde, agenciam seu próprio cuidado, buscando terapias medicamentosas ou populares. Com isso no contexto desses trabalhadores os procedimentos terapêuticos envolvem a utilização de práticas medicamentosas e saberes populares, redes de cuidado locais, e a religião tendo uma representação significativa no enfrentamento dos problemas cotidianos.

Palavras-chaves: Catadores de materiais recicláveis, Condição de Social, Saúde Ambiental.

Abstract: The life scenario of waste pickers is marked by violence and the strategic absence of the State. However, it is possible to observe how they manage care in their lives. Therefore, the objective of this article is to understand the life conditions of waste pickers and how they manage health care in their lives to cope with daily life. This is a qualitative study, using the ethnographic approach. The collection of information took place through semi-structured interviews and informal conversations, in addition to participant observation of the workplace. The results found it was possible to observe that waste pickers, even inserted in contexts of vulnerability, show that waste pickers experience complex social contexts regarding their life situation. Due to the absence of governmental attention, whether in the workplace or in the experiences of access to health services, waste pickers manage their own care, seeking medicinal or popular therapies. Thus, in the context of these workers, therapeutic procedures involve the use of medication practices and popular knowledge, local care networks, and religion, having a significant representation in coping with daily problems.

Keywords: Waste pickers, Social Conditions, Environmental Health.

Introdução

O cuidado em saúde dos indivíduos envolve a produção de saberes terapêuticos no cotidiano de vida e trabalho. Os sujeitos produzem estratégias no dia a dia para sanar as suas necessidades em saúde ou amenizar o sofrimento. De acordo com Guimarães¹, processos de saúde e adoecimento e práticas terapêuticas populares são experiências que envolvem sociocosmologias localizadas, conhecimentos produzidos ao longo do tempo compartilhado entre gerações e que se transforma a partir de novos conhecimentos acumulados. Os catadores se valem dessa criatividade do conhecimento popular para se cuidarem.

Especificamente na realidade dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações ou cooperativas, a atividade laboral apresenta riscos à saúde e padrões de adoecimento peculiares^{2,3}. A realidade dos catadores não está relacionada somente ao trabalho




 (/sucupira/portais/menu_portal.jsf)

ACESSO RESTRITO

INÍCIO (/SUCUPIRA/PUBLIC/INDEX.JSF) >> Qualis >> Qualis Periódicos

Qualis Periódicos



* Evento de Classificação:

CLASSIFICAÇÕES DE PERIÓDICOS QUADRIÊNIO 2013-2016 ▼

Área de Avaliação:

INTERDISCIPLINAR ▼ +

ISSN:

2178-7085

Título:

Classificação:

-- SELECIONE -- ▼

Consultar

Cancelar

Periódicos

ISSN	Título	Área de Avaliação	Classificação
2178-7085	SAÚDE & TRANSFORMAÇÃO SOCIAL / HEALTH & SOCIAL CHANGE	INTERDISCIPLINAR	B1

Início

Anterior

1 ▼

Próxima

Fim

1 a 1 de 1 registro(s)

ANEXO D – Capítulo de livro “Perspectiva crítica da situação social de vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis”.

CAPÍTULO 10

PERSPECTIVA CRÍTICA DA SITUAÇÃO SOCIAL DE VIDA, TRABALHO E SAÚDE DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 26/03/2020

Joaquim Pedro Ribello Vasconcelos

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Departamento de Áreas Acadêmicas – IFG/ Câmpus Águas Lindas e Doutorando na Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde – PPGCTS – UnB/ Faculdade de Ceilândia – FCe, Distrito Federal.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9404426667726025>.

Bruna Carvalho Barros Rosa Nobre

Sanitarista. Pós-graduanda em Saúde Coletiva da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/ Brasília, Distrito Federal.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6460469267144245>.

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zanetti

Professora da Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB, Distrito Federal.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6400809887186849>.

Sílvia Maria Ferrelra Gulmarães

Professora da Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia – DAN/UnB, Distrito Federal.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0099860141022736>.

RESUMO: Este estudo pretende fazer uma reflexão crítica a respeito da realidade social de vida, trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis, pertencendo a correlação teórica de uma abordagem crítica das políticas sociais na sociabilidade capitalista. Com isso pretende-se mostrar ao longo do texto as contradições envolvidas na complexidade da ocupação desses trabalhadores e as suas relações com as políticas públicas, principalmente à saúde pública e ao meio ambiente no que tange a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Esse tipo de atividade laboral fruto principalmente do aumento do desemprego apresenta-se na atualidade como uma forma de subsistência para muitos que se encontram em uma situação de pobreza, ou seja, a maioria corpos negros e mulheres, tanto no Brasil como na América Latina. A exploração dos corpos dos catadores marca a disponibilidade deles para execução das atividades laborais para o capital em condições desumanas. Assim, as principais características da natureza do trabalho da catação são a informalidade, as condições precárias de trabalho e a situação de riscos eminentes a saúde dessa população. Além disso, a dura realidade enfrentada cotidianamente pelos estigmas e preconceitos arraigados a ocupação. Embora são crescentes

ANEXO E – Manuscrito “Catadoras de materiais recicláveis e o cuidado em saúde: subvertendo estruturas de desigualdade”.

ISSN 1517-5901 (online)
POLÍTICA & TRABALHO
 Revista de Ciências Sociais, nº 52, Janeiro/Junho de 2020, p. 141-159

CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O CUIDADO EM SAÚDE: subvertendo estruturas de desigualdade

WASTE PICKERS AND THE HEALTH CARE: *subverting inequality structures*

Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos*
 Bruna Carvalho Barros Rosa Nobre**
 Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti***
 Sílvia Maria Ferreira Guimarães****

Resumo

As trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis são fundamentais na promoção de ações sustentáveis para a proteção do meio ambiente, apesar de viverem num cenário de precarização da vida. Diante disso, este artigo tem como objetivo compreender o contexto de vida e o cuidado em saúde dessas mulheres na lida cotidiana. Este estudo revela o universo dessas trabalhadoras informais organizadas em uma associação com sede em Ceilândia (DF). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as catadoras, sendo complementada pela observação de suas atividades cotidianas no galpão de triagem de materiais recicláveis. Os achados apontam para questões marcantes relativas a: precariedade do trabalho na lógica da reestruturação produtiva do capital; opressões das mulheres na perspectiva interseccional de raça, gênero e classe; as dificuldades do acesso aos serviços oficiais de saúde. Especialmente, é discutido também as experiências relacionadas à assistência à saúde e à rede popular de compartilhamento do cuidado como forma de resistência.

Palavras-chave: Trabalho. Catadoras de materiais recicláveis. Sociabilidades. Saúde.

Abstract

The workers who waste pickers are fundamental in promoting sustainable actions for the protection of the environment, despite living in a scenario of precarious life. Therefore, this paper aims to understand the context of life and health care of waste pickers in their daily work. This study reveals the universe of these informal workers, especially female workers, organized in an association based in Ceilândia/DF. Semi-structured interviews were carried out with the collectors, complemented by the observation of their daily activities in the shed for sorting recyclable materials. The findings point to striking issues related to: the precariousness of work in the logic of the productive restructuring of capital; the oppressions of women in the intersectional perspective of race, gender and class; and difficulties in accessing official health services. In particular, experiences related to health care and the popular network for sharing care as a form of resistance are also discussed.

Keywords: Work. Waste pickers. Sociabilities. Health.

* Doutorando em Ciências e Tecnologias em Saúde da Universidade de Brasília (UnB) e professor de Saúde Coletiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Águas Lindas. E-mail: vasconcelosjpr@gmail.com

** Sanitarista. Pós-graduanda em Saúde Coletiva da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Brasília. E-mail: brunarnobre@gmail.com

*** Pedagoga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em Educação pela Universidade de Brasília e doutora em Desenvolvimento Sustentável também pela UnB. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da UnB. E-mail: izabel.zaneti@yahoo.com

**** Doutora em Antropologia, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. E-mail: silviag@unb.br



 (/sucupira/portais/menu_portal.jsf)
ACESSO RESTRITO

INÍCIO (/SUCUPIRA/PUBLIC/INDEX.JSF) >> Qualis >> Qualis Periódicos

Qualis Periódicos



* Evento de Classificação:

CLASSIFICAÇÕES DE PERIÓDICOS QUADRIÊNIO 2013-2016 ▾

Área de Avaliação:

INTERDISCIPLINAR ▾ +

ISSN:

1517-5901

Título:

Classificação:

-- SELECIONE -- ▾

Consultar

Cancelar

Periódicos

ISSN	Título	Área de Avaliação	Classificação
1517-5901	REVISTA POLÍTICA E TRABALHO	INTERDISCIPLINAR	B2

Início

Anterior

1 ▾

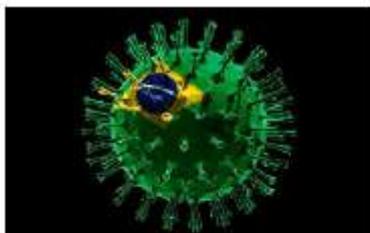
Próxima

Fim

1 a 3 de 3 registro(s)

(/sucupira/public/index.xhtml)

ANEXO F – Chamada de submissão para o E-book



Período de submissão para

E-book:

COVID-19 no Brasil

30/04/2021 – envio resumos

31/07/2021 – envio do capítulo

A publicação está vinculada ao Grupo de Pesquisa sobre Governança do Curso de Relações Internacionais da FAJS/ CEUB e diversas universidades franco fônicas

Título da publicação:

A CRISE DA COVID-19 NO BRASIL: aspectos jurídicos, políticos, econômicos, sociais...

A recente conjuntura do COVID-19 vem demonstrando que, apesar da coordenação da governança mundial, países federativos respondem de formas díspares na implementação das estratégias globais. O Brasil mesmo com uma política estatal única e coordenada de saúde pública (SUS) liderada por profissionais de saúde tem sido menos efetivo na implementação das políticas globais devido à pouca sinergia entre as diversas dimensões políticas do Estado. Verifica-se de forma cada vez mais crescente a impotência dos Estados em suprir as necessidades de determinadas regiões do país. O Estado brasileiro não foge a essa regra ao ser muitas vezes omissivo na promoção de serviços públicos. No âmbito da pandemia, houve a aprovação da Lei nº 13.979/2020 dispondo medidas para enfrentamento da pandemia e principalmente garantindo aos infectados o direito de terem assistência familiar, tratamento gratuito e pleno respeito à dignidade e às suas liberdades e, assim, respeito aos direitos fundamentais. Contudo, sabe-se que, embora fundamentais, tais direitos são cada vez mais desrespeitados.

O objetivo do presente livro (obra coletiva – e-book) é descrever, analisar os diferentes aspectos do contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil tais como: aspectos jurídicos, políticos, econômicos, sociais, sanitários, democráticos, teóricos (fraquezas do modelo econômico liberal...)

Importante destacar que a publicação será de ACESSO LIVRE, mantendo-se os direitos autorais para autores e não para a editora. A obra apresentará pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa sobre Governança do Curso de Relações Internacionais da FAJS/ CEUB e diversas universidades franco fônicas (Sherbrooke/CA; Ottawa/CA; UPEC/FR; Université Catholique Louvain/ BE..)

Chamada aberta para envio de capítulo

- 1) Prazo para manifestação de interesse com envio de resumo nos idiomas: português, inglês, francês e espanhol: 30/04/2021
- 2) Prazo final para envio de propostas (capítulos completos nos idiomas: português, inglês, francês e espanhol: 31/07/2021
- 3) O documento deve ser original e inédito e não pode estar sendo avaliado para publicação por outra publicação;
- 4) Composição autoral: máximo 5 integrantes (é obrigatório que pelo menos um integrante seja mestre ou doutor).

5) As propostas deverão ser enviadas em dois arquivos (em formato .doc ou .docx, sem a indicação de autoria e um segundo contendo a indicação de autoria), obedecendo-se o prazo final de submissão para o e-mail gleisse.alves@ceub.edu.br Também deverá ser enviada a ficha de dados do corpo autoral. Será enviada mensagem de recebimento de sua proposta.

6) A ordem autoral estabelecida no arquivo submetido texto completo será obedecida;

7) A observância de trechos com plágio (aferido por sistemas de checagem) acarretará no não acolhimento da proposta.

8) As propostas deverão contar com corpo final (com capa, notas de rodapé, texto e referências) entre 12 e 25 páginas, sendo em fonte Times New Roman, tamanho 12 (citações diretas longas devem estar em fonte tamanho 11), espaçamento de 1,5 entre linhas (neste padrão, ter-se-á um máximo entre 2.000 e 2.300 caracteres por página, contando-se os espaços e pontuação). Margens: 2,5 (superior), 2,5 (inferior), 3 (esquerda) e 3 (direita). O autor deverá cuidar para que as tabelas e imagens estejam em tamanhos e extensão nos quais não haja necessidade de quebra de página. É obrigatório que constem: o resumo, com máximo de 250 palavras e três a cinco palavras-chave. A capitulação deve conter três partes distintas e definidas: 1 Introdução; 2 Desenvolvimento; 3 Conclusão (ou Considerações Finais), sendo que a parte 2 pode ser tratada sob outro título capitular (que não “Desenvolvimento”) e estar subdividida em quantos subcapítulos o autor julgar necessário, descritos pela sequência 2.1 ... 2.2 ... 2.3, sucessivamente.

9) Todas as citações, referências e orientações de títulos ou fontes em tabelas e ilustrações devem seguir às normas vigentes da ABNT;

10) Os integrantes do corpo autoral dos trabalhos selecionados deverão, no prazo a ser indicado na mensagem resposta (a ser encaminhada por e-mail), e como condicionantes à participação/publicação de seu capítulo: 1) assinar TERMO DE RESPONSABILIDADE quanto ao direito de propriedade intelectual (modelo a ser enviado juntamente com a carta de aceite);

11) Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Editorial, devendo ser(em) encaminhada(s) pelo e-mail gleisse.alves@ceub.edu.br

Cordialmente,

Comissão Editorial,

Eric Champagne, Associate Professor in Public Administration, School of Political Studies, Director, Centre on Governance, University of Ottawa

Gabriel Blouin Genest, École de Politique appliquée, Université de Sherbrooke,

Gleisse Ribeiro Alves, Law and International Relations Professor, CEUB, Brazil, Visiting Professor, Université Lorraine, France

Lucas Soares Portela, International Relations Professor, CEUB, Brazil

Nathalie Burlone, Associate Professor, School of Political Studies, University of Ottawa

Patricia Prego Alves, International Relations Professor, CEUB, Brazil

Patrocinadores



ANEXO G – Sobre a revista e as diretrizes para autores

03/09/2021

Sobre a Revista | Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais

pós[Início](#) / [Sobre a Revista](#)

Sobre a Revista

Foco e Escopo

Pós – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais é um periódico eletrônico de acesso aberto, publicado semestralmente, sendo o primeiro número publicado no mês de janeiro e o segundo número em junho. Este periódico é destinado a divulgar e a ampliar, para estudantes, pesquisadoras e pesquisadores em geral, o campo de circulação e o debate de pesquisas no âmbito das Ciências Sociais. É organizada por estudantes de pós-graduação das unidades que constituem o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (ICS-UnB), a saber: Departamento de Antropologia (DAN), Departamento de Sociologia (SOL) e Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA).

Pós aceita para publicação artigos, resenhas, e entrevistas nas áreas das Ciências Sociais, escritos em **português, inglês ou espanhol**.

Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva das autoras e autores, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão Editorial.

Políticas de Seção

Artigos

 Sim Submissões abertas Sim Indexado Sim Avaliado pelos pares

Dossiês

 Sim Submissões abertas Sim Indexado Sim Avaliado pelos pares

Resenhas

03/09/2021

Sobre a Revista | Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais

 Submissões
abertas

 Indexado

 Avaliado pelos
pares

Entrevistas

 Submissões
abertas

 Indexado

 Avaliado pelos
pares

Processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos recebidos serão analisados pela Comissão Editorial quanto a sua adequação ao escopo do periódico e às disposições deste documento. A avaliação de qualidade e relevância dos trabalhos será realizada por duas ou dois pareceristas *ad hoc* que conferirão a eles uma entre estas três menções: "aceito", "aceito sob revisão" e "não aceito". Com base nos pareceres recebidos, os trabalhos serão classificados da seguinte maneira:

Trabalho A – dois pareceres "aceito";

Trabalho B – um parecer "aceito" e outro "aceito sob modificação";

Trabalho C – dois pareceres "aceito sob modificação";

Trabalho D – um parecer "aceito" e outro "não aceito";

Trabalho E – um parecer "aceito sob modificação" e outro "não aceito";

Trabalho F – dois pareceres "não aceito";

Os trabalhos A, B e C são próprios à publicação. Os trabalhos D serão avaliados por um terceiro parecerista e serão aprovados caso recebam um parecer "aceito" ou "aceito sob modificação". Trabalhos E e F são impróprios à publicação. Os trabalhos aceitos sob modificação só serão publicados desde que atendidas as recomendações dos pareceres.

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Conselho Editorial

03/09/2021

Sobre a Revista | Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Ana Cristina Braga Martes
(Fundação Getúlio Vargas)

Ana Maria Fernandes
(Universidade de Brasília)

Benício Viero Schimdt
(Universidade de Brasília)

Bárbara Freitag
(Universidade de Brasília)

Edson Farias
(Universidade de Brasília)

Ellen F. Woortmann
(Universidade de Brasília)

Manuela Carneiro da Cunha
(University of Chicago)

Maria Lúcia Maciel
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Nádia Farage
(Universidade Estadual de Campinas)

Paulo César Borges Alves
(Universidade Federal da Bahia)

Renato Ortiz
(Universidade Estadual de Campinas)

Tales Andreassi
(Fundação Getúlio Vargas)

Vilma Figueiredo
(Universidade de Brasília)

Yanko Gonzalez Cangas
(Universidad Austral de Chile)

[Enviar Submissão](#)

Informações

03/09/2021

Sobre a Revista | Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais

[Para Leitores](#)[Para Autores](#)[Para Bibliotecários](#)**Idioma**[English](#)[Español \(España\)](#)[Português \(Brasil\)](#)

ISSN 2317-0344



Revista Pós is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#).

Indexada em:



The logo for Google Scholar, featuring the word "Google" in its multi-colored font and "Scholar" in a grey sans-serif font.





Platform &
workflow by
OJS / PKP



[Início](#) / [Submissões](#)

Submissões

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. [Acesso](#) em uma conta existente ou [Registrar](#) uma nova conta.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- ✓ A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- ✓ Os arquivos para submissão estão em formato .doc ou docx.
- ✓ O texto está em espaço 1,5 e usa a fonte Times New Roman, tamanho 12.
- ✓ O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.
- ✓ A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista.

Diretrizes para Autores

A Pós – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, periódico acadêmico vinculado à Universidade de Brasília – UnB, aceita os seguintes tipos de contribuição: 1) **artigos**; 2) **resenhas**; 3) **entrevistas**; 4) **conferências**.

Os trabalhos devem ser originais e podem ser escritos em português, espanhol e inglês. A pertinência para a publicação será avaliada pela Comissão Editorial, sobretudo, no que diz respeito

as afinidades com o escopo do periódico e a conformidade com o campo de estudos das ciências sociais. A avaliação de conteúdo e de qualidade das contribuições será realizada por pareceristas *ad hoc*. Os trabalhos serão avaliados por dois pareceristas e, em caso de necessidade, de um terceiro integrante da comissão editorial.

A revista **não exige pagamentos pela submissão de textos e nem pela publicação deles**, na medida em que, o periódico se caracteriza por um meio de **divulgação científico com finalidade acadêmica**. A *Revista PÓS* é um periódico semestral, portanto, publica seus números nos meses de **janeiro e junho**.

O periódico trabalha com a publicação de dossiês temáticos, assim como com a publicação de artigos submetidos por fluxo contínuo na área de ciências sociais. As propostas de dossiês temáticos serão avaliadas pelos membros do corpo editorial da revista.

A submissão deve ser realizada mediante ao cadastro na plataforma OJS (*Open Journal Systems*). Os trabalhos deverão ser enviados em formato *word.doc* na seguinte forma: o texto deve acompanhar um arquivo separado onde figure, em primeiro lugar, o nome e titulação dos autores com um breve currículo acadêmico (no máximo cinco linhas) e, além disso, informações de contato como e-mail. Além disso, pedimos que os autores **tenham número cadastrado na plataforma ORCID e que encaminhe essa identificação junto ao arquivo em separado com as informações pessoais**.

Todos os trabalhos deverão ser escritos em formato A4, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento 1,5, margens superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm. A Revista aceita trabalhos escritos em português, inglês e espanhol. As citações no corpo do texto (com mais de três linhas) devem ter o seguinte formato: fonte *Times New Roman*, tamanho 11, espaçamento simples e recuo 4 cm. O título e o resumo devem ser escritos em português, espanhol e inglês. O resumo deve ter o tamanho de no mínimo 100 e no máximo 250 palavras onde conste a abordagem do trabalho, os objetivos, os conceitos principais, a metodologia e os resultados obtidos. O resumo deve ser acompanhado de 3 a 5 palavras-chaves. Para garantir o anonimato durante o processo de avaliação e seleção, no corpo do texto não deverá constar qualquer informação que contribua para identificar a autoria, sobretudo, o nome da autora ou do autor.

Artigos: deverão ter até 20 laudas nas quais estão incluídas as referências bibliográficas e eventuais anexos.

Resenhas: serão aceitas resenhas de livros, filmes, documentários, álbuns e afins, lançados nos últimos 5 anos. As resenhas devem ter no máximo 4 laudas.

Entrevistas: deverão ter o tamanho máximo de até 15 laudas no qual devem estar apontados o nome da pessoa entrevistada e do entrevistador assim como a autorização para a publicação do conteúdo. A entrevista deve ser acompanhada de uma apresentação da pessoa entrevistada, destacando os dados de formação e contribuição de sua obra.

03/09/2021

Submissões | Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais

As notas devem possuir o caráter exclusivamente explicativo, além disso, elas devem vir ao final do texto, não podendo consistir em simples referências bibliográficas. As notas também devem ser numeradas em algarismos arábicos em ordem crescente.

No caso de textos com fotos, figuras, tabelas e mapas, estes devem ser enviados em arquivos separados com título e numerados com a imagem de referência. Devem ser enviados em formato .jpg com uma resolução mínima de 300 dpi.

Menções a autora(s) ou autor(es) no corpo do texto devem seguir o seguinte modelo:

a) (WEBER, 2015);

1. b) (LÉVI-STRAUSS, 1970, p.37);

2. c) (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.17)

3. d) (SILVA et al., p.2009).

As referências bibliográficas deverão aparecer ao final do texto, em ordem alfabética, como nos exemplos seguintes:

- Livro

HEINICH, Nathalie. A sociologia de Norbert Elias. Bauru: Edusc, 2001.

SILVERMAN, David. Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- Coletânea

ISAIA, Artur Cesar (Org.). Crenças, sacralidades e religiosidades: entre o consentido e o marginal. Florianópolis: Insular, 2009.

- Artigo em coletânea

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). A antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987. p. 227-267.

- Artigo em periódico

HUGHES, Everett. Dilemmas and Contradictions of Status. The American Journal of Sociology, v. 50, n. 5, p. 353-359, 1945.

- Tese, dissertação ou monografia

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia). Unicamp-IFCH, 1993.

Os demais elementos de formatação devem estar de acordo com as normas mais recentes da ABNT.

Normas para publicação de Dossiês

A **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais** mantém chamada aberta para a publicação de dossiês temáticos nas áreas de ciências sociais. Serão publicados até 2 (dois) dossiês temáticos a cada ano (conforme artigo 14º, inciso XXI do atual estatuto do periódico). A proposta de dossiê recebida deve conter o seguinte formato: 1) Ser assinada por no mínimo 2 (dois) organizadores(as), sendo que, ao menos um(a) deles(as), deve possuir o título de doutor(a) em qualquer área das ciências sociais; 2) Conter no mínimo 6 (seis) peças, ou seja, artigos, ensaios, entrevistas, conferências e resenhas; e no máximo 8 (oito) peças, considerando que no mínimo 2/3 das peças devem ser artigos ou ensaios; 3) Encaminhar uma proposta escrita de no máximo 2 (duas) páginas explicitando o tema do dossiê, tal como uma previsão das peças submetidas no dossiê; 4) O envio deve ser acompanhado das seguintes informações: nome e titulação dos(as) organizadores(as) e autores(as), bem como link para o currículo lattes; 5) É de responsabilidade dos(as) organizadores(as) do dossiê, ao final do processo editorial, escrever uma apresentação ao dossiê de até 5 (cinco) mil caracteres.

A decisão de publicação é de responsabilidade exclusiva dos editores da revista. Todos os artigos que compõem o dossiê passarão por pareceristas. Além disso, os textos submetidos devem estar adequados as normas de submissão desta Revista. Serão considerados como critérios para a aprovação do dossiê os seguintes pontos: 1) originalidade da proposta; 2) clareza e coerência na unidade temática do dossiê; 3) adequação a política editorial da revista; 4) relevância e atualidade para a discussão em ciências sociais.

Artigos

Política padrão de seção

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

[Enviar Submissão](#)

Informações

[Para Leitores](#)

03/09/2021

Submissões | Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais

[Para Autores](#)[Para Bibliotecários](#)**Idioma**[English](#)[Español \(España\)](#)[Português \(Brasil\)](#)

ISSN 2317-0344



Revista Pós is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#).

Indexada em:





Platform &
workflow by
OJS / PKP




ACESSO RESTRITO

(/sucupira/portais/menu_portal.jsf)

INÍCIO (/SUCUPIRA/PUBLIC/INDEX.JSF) >> Qualis >> Qualis Periódicos

Qualis Periódicos



* Evento de Classificação:

CLASSIFICAÇÕES DE PERIÓDICOS QUADRIÊNIO 2013-2016 ▾

Área de Avaliação:

INTERDISCIPLINAR ▾ +

ISSN:

2317-0344

Título:

Classificação:

-- SELECIONE -- ▾

Consultar Cancelar

Periódicos

ISSN	Título	Área de Avaliação	Classificação
2317-0344	REVISTA BRASILENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	INTERDISCIPLINAR	B5

Início Anterior 1 ▾ Próxima Fim

1 a 3 de 3 registro(s)

ANEXO H – Política editorial e as normas de publicação

03/09/2021

Política Editorial | Trabalho, Educação e Saúde

[Início](#) / [Política Editorial](#)

Política Editorial

A política editorial da TES tem como propósito estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para autores, pareceristas e editores. Para tanto, torna públicos o escopo, os tipos de contribuição, o processo de avaliação por pares, a forma de acesso ao conteúdo, a posição frente aos direitos autorais, e as normas e recomendações de padrões de ética e responsabilidade na comunicação científica.

Escopo

A formação e a qualificação profissional e o processo de trabalho na saúde constituem áreas centrais à revista, que desta forma acredita contribuir para o aperfeiçoamento de políticas sociais, em geral, e do Sistema Único de Saúde (SUS), em particular.

Temáticas centrais à revista:

- Políticas de educação
- Políticas de saúde
- Políticas públicas e impactos na educação e na saúde
- Educação em saúde
- Qualificação em saúde
- Formação em saúde
- Processo de trabalho em saúde
- Gênero, educação e saúde
- Racismo, educação e saúde
- Precarização do trabalho
- Formas de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde e da educação
- Organização do trabalho contemporâneo
- Arte, saúde e formação humana
- Ambiente, trabalho e saúde
- Organização popular e saúde
- Educação popular em saúde
- Epistemologia, educação e saúde
- Capitalismo, saúde e educação

Seções

A revista publica contribuições inéditas nas seguintes seções:

03/09/2021

Política Editorial | Trabalho, Educação e Saúde

Ensalos A convite da editoria. Produção textual de amplo alcance teórico-analítico, não conclusivo e não exaustivo.

Artigos Apresentação de resultado de pesquisa de natureza empírica ou conceitual. Tamanho entre 4.000 e 7.000 palavras, sem contar referências bibliográficas, figuras e notas.

Artigos de revisão Apresentação de análises críticas, sistematizadas e metodologicamente consistentes da literatura científica sobre um tema prioritário para o periódico. Deverão explicitar objetivos, fontes pesquisadas, e aplicações dos critérios de inclusão e exclusão. Tamanho: 4.000 a 7.000 palavras, sem contar referências bibliográficas, figuras e notas.

Notas de conjuntura A convite da editoria. Discussão sistemática e embasada sobre o cenário social atual, sobretudo sob o enfoque da organização do trabalho, das políticas públicas, e dos campos da saúde e educação.

Debates A convite da editoria. Discussão sobre temas centrais à revista.

Entrevistas A convite da editoria. Opinião ou posição de entrevistado qualificado nas áreas de conhecimento da revista.

Resenhas A convite da editoria. Crítica de livro relacionado aos campos de confluência da revista, publicado ou traduzido nos últimos três anos.

Processo de avaliação

A primeira etapa de avaliação é realizada pelas editoras científicas, que julgam a adequação temática e científico-metodológica, considerando a política editorial do periódico. Esta etapa pode demorar de um até dez dias.

Uma vez aceito nesta primeira fase, o texto passará pela avaliação por pares “duplo cego” (*double blind peer review*). Nesta fase, as editoras escolhem, no mínimo, dois pesquisadores de áreas correlatas ao tema para avaliar o manuscrito (pareceristas *ad-hoc* externos e internos à Fiocruz). Os pareceristas têm até 20 dias para enviar o parecer.

Depois de expirado o prazo de resposta, enviamos até três lembretes, e se ainda não tivermos retorno, convidamos outro parecerista indicado pela editora. Os pareceres podem indicar uma das quatro opções:

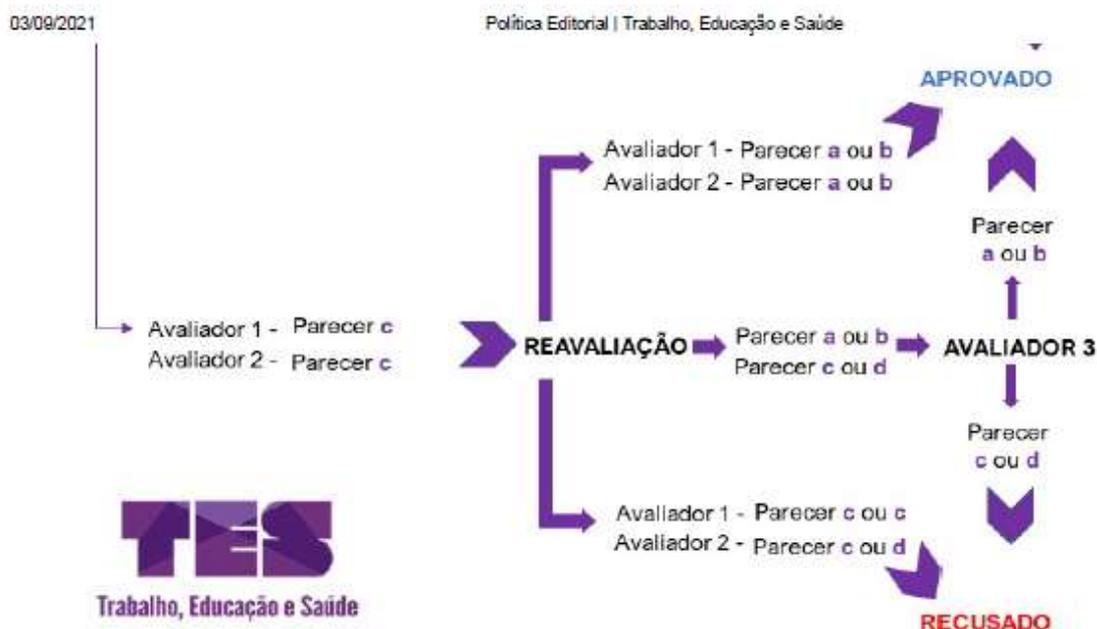
- a) publicação na presente forma;
- b) publicação condicionada à realização de pequenas alterações;
- c) publicação condicionada à realização de importantes alterações;
- d) não deve ser publicado neste periódico.

No caso de divergência entre os pareceres, é solicitado um terceiro parecer para a decisão da Editoria, também com o prazo de 20 dias.

Manuscritos com a indicação de "importantes alterações" (c) precisam ser acompanhados, na versão reformulada, de uma carta com resposta para cada recomendação dos pareceres e o tratamento dado a ela pelos autores, com especial atenção às que não foram atendidas. Cada parecer deve ser comentado separadamente.

O fluxo de avaliação por pares da TES, com as possibilidades de decisão, está descrito na figura a seguir:





Fonte: Editoria, 2021

Informamos que a revista adota sistema de verificação de plágio. Os autores podem acompanhar o processo de avaliação do manuscrito pelo sistema de avaliação *online*. Os textos serão analisados via formulários de avaliação e serão considerados para análise os seguintes aspectos:

Artigo título, resumo, desenvolvimento do texto, originalidade e referências; metodologia; consistência das conclusões ou dos resultados.

Ensaio título, resumo, originalidade e relevância, desenvolvimento do texto e referências; consistência das conclusões.

Ineditismo

Os originais apresentados à *Trabalho, Educação e Saúde* não devem ter sido publicados e não devem ser submetidos simultaneamente a outra revista. Originais submetidos à revista não devem, sob hipótese alguma, ser retirados depois de iniciado o processo de avaliação.

Tempos de avaliação

A avaliação se dá primeiramente pelos editores científicos, em uma pré-análise, cuja duração não deve exceder dez dias. Se aceitos na pré-análise, os editores designam ao menos dois revisores *ad-hoc* para avaliar o manuscrito. O tempo médio para avaliação por pares, com base no vol. 18 (2020), é de quatro meses. A publicação do texto, após aprovado, também com base no ano de 2020, é de três meses.

A taxa de recusa de manuscritos, com base no ano de 2020, foi de 79%.

Política de Acesso Aberto

Alinhada às práticas de ciência aberta, a TES adota o acesso aberto e gratuito ao seu conteúdo, na crença de contribuir para a democratização do conhecimento.

Desde que preservado o direito à primeira publicação na TES, a revista permite a publicação da versão final de artigos e dados de pesquisa em sistemas de autoarquivamento pessoal, em repositórios institucionais, repositórios específicos de uma disciplina e repositórios generalistas, quando não houver específicos de uma disciplina.

Ao optar pelo depósito de dados de seu artigo, o autor deve informar no repositório escolhido o *link* de acesso ao trabalho relacionado. Da mesma forma, deverá informar no artigo o *link* de acesso aos dados depositados.

Direitos autorais

Exceto nos casos em que estiver indicado o contrário, em consonância com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fundação Oswaldo Cruz, ficam cedidos e transferidos, total e gratuitamente, à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e à Fundação Oswaldo Cruz, em caráter permanente, irrevogável e não exclusivo, todos os direitos autorais patrimoniais não comerciais referentes aos artigos científicos publicados na revista *Trabalho, Educação e Saúde*, inclusive os direitos de voz e imagens vinculados à obra. A cessão abrange reedições e traduções.

Os textos assinados são de responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores e dos membros do Conselho Editorial da revista.

Aplica-se, no que couber, o disposto na Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fundação Oswaldo Cruz, instituição mantenedora da TES, de acordo com a respectiva Portaria, disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf.

Ética na publicação

O processo editorial da TES pauta-se pelas normas e recomendações de padrões de ética e responsabilidade na comunicação científica, estabelecidas pelo [International Committee of Medical Journal Editors](#) (ICMJE), e pelos princípios da ética na publicação, estabelecidos nas "[Práticas Básicas](#)" e "[Fluxogramas](#)" do *Committee on Publication Ethics* (COPE).

A *Trabalho, Educação e Saúde* é afiliada e segue orientações do [Committee on Publication Ethics](#) (COPE).

A seguir, destacamos algumas das principais responsabilidades dos profissionais envolvidos na publicação.

Autores

- Os autores se comprometem a ter ciência do conteúdo integral das instruções aos autores da TES.
- Ao submeterem um artigo, os autores devem garantir que ele é inédito e que não foi submetido, ao mesmo tempo, para publicação em outro periódico. Cabe mencionar que a TES aceita manuscritos publicados em reconhecidos repositórios de *preprints*.
- Caso exista publicação prévia que apresente conteúdo semelhante ou que se sobreponha àquele do artigo submetido, os autores deverão informar aos editores, no momento da submissão, e fornecer cópia do material semelhante ou com sobreposição, para uma decisão editorial.
- No que concerne à autoria, a TES segue as Recomendações do ICMJE. São os seguintes os critérios de autoria, que devem ser preenchidos por todos os designados como autores: (1) contribuições substanciais para a concepção ou delineamento do estudo; ou a aquisição, análise ou interpretação dos dados do trabalho; (2) elaboração de versões preliminares do artigo ou revisão crítica de importante conteúdo intelectual; (3) aprovação final da versão a ser publicada; (4) concordância em ser responsável por todos os aspectos do trabalho, no sentido de garantir que as questões relacionadas à exatidão ou à integridade de qualquer parte da obra sejam devidamente investigadas e resolvidas. Profissionais que não preencham os quatro requisitos, embora tenham contribuído de outras formas para o artigo, devem ser mencionados nos agradecimentos, mas não identificados como autores. Aos autores compete o reconhecimento, bem como a obtenção da permissão por escrito de todos aqueles que forem citados na seção dos agradecimentos.
- O autor correspondente, aquele que assume a responsabilidade de realizar a comunicação com o periódico durante a submissão do artigo, a revisão por pares e o processo de publicação, deve assegurar que todos os autores revisaram a versão final do manuscrito e concordaram com sua submissão à TES.
- Compete aos autores manter o registro adequado dos dados do estudo e fornecer o acesso a tais dados, quando requerido pelos editores. A TES incentiva o depósito dos conjuntos de dados em repositório temático ou, quando não houver, em generalista ou institucional, de modo a favorecer o compartilhamento com outros pesquisadores, conforme recomenda o ICMJE.
- Os autores devem confirmar a indicação de todas as fontes citadas de maneira precisa e completa.
- Qualquer forma de má conduta científica, como a fabricação de dados, a falsificação de dados, a apropriação indevida de dados e materiais e o plágio, não é aceitável e constitui motivo para recusa do manuscrito em qualquer etapa do processo editorial, caso em que o editor iniciará os procedimentos apropriados detalhados pelo COPE. Caso a má conduta científica seja detectada após a publicação, a TES procederá à retirada do artigo de acordo com as "Diretrizes de retirada", do COPE.
- Os autores devem anexar, no ato da submissão, se pertinente, o protocolo de aprovação do estudo por Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos ou animais. Se aplicável, devem ainda informar sobre a obtenção do consentimento livre e esclarecido dos participantes.
- Por envolver a confiança pública no processo científico e a credibilidade dos artigos publicados, os autores devem declarar se há conflitos de interesse que possam influenciar o desenvolvimento do estudo ou a sua conduta. A declaração deve ser feita no corpo do artigo, logo após as referências.
- Caso os autores identifiquem qualquer tipo de erro no artigo, em qualquer etapa do processo editorial, ou mesmo após sua publicação, deverão entrar em contato com a equipe editorial. Em tais situações, espera-se que cooperem com os editores para uma eventual publicação de errata, expressão de preocupação ou retratação do artigo.

Revisores

O COPE produziu diretrizes que estabelecem os princípios e padrões básicos aos quais todos os revisores devem aderir e que reproduzimos a seguir. Recomendamos a leitura do documento completo em <https://publicationethics.org/resources/guidelines-new/cope-ethical-guidelines-peer-reviewers>. Assim, durante o processo de revisão por pares, os revisores devem:

- concordar apenas em revisar manuscritos cujo objeto seja de seu domínio, para que possam realizar uma avaliação adequada e em tempo hábil.
- não usar as informações obtidas durante o processo de revisão por pares em seu benefício ou de outra pessoa ou organização, ou para prejudicar ou desacreditar terceiros.
- respeitar a confidencialidade da revisão por pares e não revelar quaisquer detalhes de um manuscrito ou sua revisão, durante ou após o processo de revisão por pares, além daqueles que são divulgados pela revista. Deve ainda entender que o plágio durante o processo de revisão é considerado má conduta.
- declarar todos os potenciais conflitos de interesses, buscando o aconselhamento da revista se não tiver certeza se algo constitua um interesse relevante. Caso tais conflitos possam influenciar a avaliação, os revisores devem recusar o convite.
- não permitir que suas revisões sejam influenciadas pelas origens de um manuscrito, pela nacionalidade, crenças religiosas ou políticas, gênero ou outras características dos autores, ou por considerações comerciais;
- alertar os editores sobre qualquer suspeita de similaridade com outro artigo.
- ser objetivos e construtivos em suas revisões, absterem-se de ser hostis e de fazer comentários pessoais caluniosos ou depreciativos.

Editores

Os editores da TES se comprometem a atuar em consonância com as melhores práticas editoriais e a apoiar iniciativas para evitar a má conduta científica e incentivar a ética na publicação.

Devem, ainda:

- garantir que todos os artigos considerados para publicação, além de relevantes, originais e qualificados, estejam de acordo com os padrões de ética na pesquisa, especialmente no caso de pesquisas envolvendo seres humanos e animais.
- tratar de modo confidencial o manuscrito e todo o material complementar submetido, protegendo a identidade dos revisores e dos autores, uma vez que a TES adota o procedimento de revisão por pares duplo-cego.
- assegurar que todos os manuscritos publicados tenham sido adequadamente avaliados por revisores qualificados (incluindo a revisão estatística, quando necessário), não compartilhando com ninguém, à exceção dos próprios autores e revisores, informações sobre seu conteúdo e status no processo de revisão, críticas dos revisores e seu destino final.
- selecionar revisores externos competentes nas áreas temáticas dos artigos;
- buscar revisores que elaborem pareceres com boa qualidade e cortesia em um período de tempo adequado.
- fornecer orientações claras aos revisores externos e solicitar que indiquem quaisquer conflitos de interesse que possam existir, antes do envio do texto completo do artigo para avaliação. Encorajar os revisores a avisarem sobre qualquer suspeita de plágio, publicação duplicada, ou outra forma de má conduta na publicação.

03/09/2021

Política Editorial | Trabalho, Educação e Saúde

- utilizar ferramentas para detecção de plágio, de modo a se evitar esta forma de má conduta, assim como se impedir a publicação duplicada.
- agir com ética em todas as etapas do processo editorial, sem discriminar a origem do manuscrito, nacionalidade, crenças religiosas ou políticas, gênero ou outras características dos autores, ou ainda não se pautar interesses comerciais.
- adotar uma política editorial transparente, fornecer instruções claras aos autores, inclusive sobre as etapas do processo editorial e os critérios de autoria, e atualizar periodicamente as instruções aos autores.
- seguir as orientações do COPE no caso de suspeita de má conduta na publicação, investigar cada situação suspeita e publicar erratas, expressões de preocupação e retratações, quando pertinente.
- fornecer meios para que os membros da equipe da revista envolvidos no processo editorial, incluindo os próprios editores, recebam capacitação e se mantenham atualizados quanto às orientações, recomendações e evidências mais recentes sobre a editoração científica.
- reconhecer a contribuição dos revisores para a revista, publicando um agradecimento a eles no último número de cada ano.
- assegurar a autonomia editorial do periódico em relação à sua instituição mantenedora, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, unidade científica da Fundação Oswaldo Cruz, evitando, assim, a endogenia acadêmica.

Idioma

Português (Brasil)

English

Español (España)

Curta a TES nas redes!



TES

Trabalho, Educação e Saúde
ISSN 1983-7746



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO



FIOCRUZ

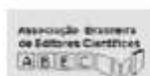
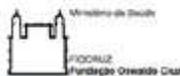
**TES - Trabalho, Educação e Saúde e-ISSN 1981-7746**

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio | Fundação Oswaldo Cruz

Avenida Brasil, 4.365 - Manguinhos - CEP 21040-360

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tels.: (21) 3865-9850 / (21) 3865-9853

E-mail: revtes.epsjv@fiocruz.br

Platform &
workflow by
OJS / PKP



• Português • English • Español

Instruções aos autores

Solicitamos que, antes de submeter o seu manuscrito, os autores leiam a Política editorial da TES e a seção Sobre a revista para avaliar se seu texto está de acordo com o nosso escopo editorial.

Os manuscritos devem ser submetidos somente pelo sistema de avaliação *online* da Revista, disponível aqui . Não serão consideradas contribuições enviadas por *e-mail*.

Para o envio do texto à revista, o autor responsável deve cadastrar-se no sistema e depois cadastrar seu texto.

Ao submeter um manuscrito, é imprescindível a leitura e o atendimento das normas para publicação referidas pela revista.

Para informações adicionais, consultar os editores: revtes.epsjv@fiocruz.br.

Forma e preparação de manuscritos

A revista aceita como submissões espontâneas artigos e artigos de revisão.

Os **Artigos** devem apresentar resultados de pesquisas de natureza empírica ou conceitual. Tamanho entre 4.000 e 7.000 palavras, sem contar referências bibliográficas, figuras e notas.

Os **Artigos de revisão** devem apresentar análises críticas, sistematizadas e metodologicamente consistentes da literatura científica sobre um tema prioritário para o periódico. Deverão explicitar objetivos, fontes pesquisadas, aplicações dos critérios de inclusão e exclusão. Tamanho: 4.000 a 7.000 palavras, sem contar referências bibliográficas, figuras e notas.

Apresentação do manuscrito

Colaborações devem ser digitadas no Word, na fonte Times New Roman, em corpo 12, em espaço duplo.



Buscar no SciELO

▾
 ▾

Boletim

Cadastre seu e-mail e receba novidades da revista

SUBMISSÃO ON-LINE
E ACESSO AO
SISTEMA

[Clique aqui](#)

Artigos, ensaios, notas de conjuntura e debates devem ainda conter um resumo em português, espanhol e inglês de, no máximo, 200 palavras, e título em inglês e espanhol, além do título na língua original. Os manuscritos podem ser apresentados em português, espanhol, inglês e francês. O título deve ser conciso e representativo do conteúdo do texto. O(s) autor(es) deve(m) indicar se a pesquisa é financiada, se é resultado de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, se foi aprovada por Comitê de Ética da área e se há conflitos de interesse.

Palavras-chave Mínimo de três e máximo de cinco palavras-chave descritoras do conteúdo do trabalho, apresentadas na língua original, em espanhol (*palabras clave*) e em inglês (*keywords*).

Figuras Tabelas, quadros, diagramas, fotografias, gráficos e ilustrações não devem ultrapassar o máximo de seis por artigo, salvo exceções específicas ao campo temático do manuscrito, caso em que o autor deverá manter uma comunicação prévia com os editores. Todas as figuras, com exceção de fotografias, devem ser numeradas e ter título, estando apenas as iniciais do título em maiúsculas. As referências devem ser feitas por números (ex. Gráfico 3) e não por expressões como "a figura abaixo".

Notas As notas devem vir ao fim do texto, sucintas e numeradas de forma consecutiva. Não devem ser utilizadas para referências bibliográficas.

Grifos Solicita-se a não utilização de sublinhados e negritos. As aspas simples podem ser usadas para chamar a atenção para um item particular do texto. Palavras de outras línguas, que não o português, devem ser italicizadas, assim como títulos de obras mencionadas.

Citações Para elaboração das citações, *Trabalho, Educação e Saúde* (TES) baseia-se na norma NBR 10520:2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com ligeiras modificações. A TES adota o sistema Autor-data, com os sobrenomes dos autores escritos em caixa alta e baixa e ano da publicação, no corpo do artigo. Exemplo: (Frigotto; Ciavatta, 2001).

A *citação direta*, no corpo do texto, de até três linhas, deve vir entre aspas duplas, sobrenome do autor e, entre parênteses, o ano e a página. Ou: citação direta, entre parênteses o nome do autor, ano e página. Aspas simples indicam citação no interior da citação. Exemplos:

Minayo (2001, p. 74) descreve: "[...] a análise de conteúdo é compreendida muito mais como um conjunto de técnicas".

Monografia "no sentido lato, é todo trabalho científico de 'primeira mão', que resulte da investigação científica" (Salomon, 1978, p. 219).

Se a citação direta exceder três linhas, deverá vir com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11.

Exemplo:

O uso intensivo da microeletrônica e a crescente automação dos laboratórios, principalmente a partir da década de 1980, vem causando mudanças importantes no processo produtivo, na organização do trabalho e nas relações sociais (Deluiz, p. 99, 1995).

Nas citações indiretas, a indicação da(s) página(s) consultada(s) é opcional. A citação indireta ocorre quando o autor faz um texto baseado na obra do autor consultado. Exemplo:

As emoções, independentes da vinculação ou não com o ambiente organizacional, influenciam no desempenho das pessoas (Frost, 2003).

Se a citação tiver texto traduzido pelo autor, deve incluir o termo "tradução nossa". Exemplo:

"Ao final de duas semanas, avalie sua experiência" (McGraw; Dean; Francis, 2009, p. 28, tradução nossa).

No caso de citação com três autores, todos devem ser nomeados; mais de três autores, somente o sobrenome do primeiro deverá aparecer no texto, como em Spink et al. (2001).

Para enfatizar trechos da citação, destaque-os com a expressão "grifo nosso" entre parênteses, após a chamada da citação, ou "grifo do autor", caso o destaque já faça parte da obra consultada. Exemplos: A hipótese da escassez não explica sozinha o processo de mudança de valores de uma sociedade. (Okado; Ribeiro, 2017, p. 10, grifo do autor).

Em termos de comportamento, a motivação pode ser conceituada como esforço e tenacidade exercidos pela pessoa para fazer algo ou alcançar algo. (Chiavenato, 1994, p. 165, grifo nosso)

Adotar a ordem cronológica em que os documentos foram publicados, separados por ponto e vírgula, no caso de vários citados em sequência. Exemplo: (Crespo, 2005; Costa; Ramalho, 2008; Moresi et al., 2010).

Referências

Para elaboração das referências, a *Trabalho, Educação e Saúde* baseia-se na norma NBR 6023:2018, da ABNT, com ligeiras modificações. As referências bibliográficas devem ser elencadas, em ordem alfabética de autores, ao final do manuscrito e conter

todas as obras citadas no corpo do texto, compondo assim a lista de referências, sem numeração de entrada e com espaço simples entre elas. Quando houver até três autores, todos devem ser indicados. No caso de mais de três autores, indicar apenas o primeiro, seguido da expressão *et al.* O primeiro nome dos autores deve ser escrito por extenso nas referências. Diferentes títulos de um mesmo autor publicados no mesmo ano deverão ser distinguidos, adicionando-se uma letra (a, b, c...) em minúscula após a data, tanto nas citações no corpo do texto quanto na lista de referências bibliográficas. Os títulos dos periódicos devem ser escritos por extenso. O autor é responsável pela exatidão e pertinência das referências. Para os casos não exemplificados, o autor deve consultar a norma NBR 6023:2018, da ABNT. No caso de existir um número DOI para o documento, ele deve ser incluído ao final da referência. Observem-se os exemplos a seguir:

Artigo em periódico eletrônico

SCHNEIDER, Luana R.; PEREIRA, Rui P. G.; FERRAZ, Lucimare. A prática baseada em evidência no contexto da Atenção Primária à Saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 594-605, jul./set. 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018118041. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/43>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SPINK, Mary J. P. et al. A construção da Aids- notícia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 851-862, 2001. DOI: 10.1590/S0102-311X2001000400019. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csp/v17n4/5291.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Se não houver DOI:

FONTES, Virginia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*: Revista do NIEP, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 46-67, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em: 10 out. 2020.

Artigo fora de periódico eletrônico

MACHADO, Antônio B. Reflexões sobre a organização do processo de trabalho na escola. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 9, p. 27-31, jul. 1989.

CARVALHO, Jorge. Agora é o desafio local-global. Entrevistado: Peter Senge. *HSM Management*, São Paulo, n. 76, p. 50-57, set./out. 2009.

Livro e tese

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MENDES-GONÇALVES, Ricardo B. *Medicina e história: raízes sociais do trabalho do médico*. 1979. 253f. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

Capítulo de livro

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

Congresso (evento) no todo

CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 10., 2017, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), 2017. Tema: Epidemiologia em defesa do SUS: formação, pesquisa e intervenção.

Partes de congresso (Evento)

SILVA, Levy S. Uma análise experimental do impacto da seleção de atributos em processos de resolução de entidades. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 34., 2020, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza, 1994. p. 1-12.

Dados fornecidos por agências governamentais (Secretarias, Ministérios, IBGE etc.)

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. *Plano de contingência para resposta às emergências em saúde pública: doença pelo SARS-CoV-2: Covid-19*. Florianópolis: SES-SC, 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ). *Dados sobre acidentes ocupacionais com material biológico*. Rio de Janeiro: SMS-RJ, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (Unesco). *Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 98p.

Leis, decretos, portarias etc.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: Seção 1, Brasília, DF, p. 27.839, 23 dez. 1996.

Legislação em meio eletrônico

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

Relatórios técnicos

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. *Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da

Saúde, 2004. 64 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Relatórios final ou de atividades

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Boletim observatório Covid-19 após 6 meses de pandemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19, Edição Oficial, [2020]. 22 p. Disponível em:

https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_6meses.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

Jornal

a) Sem indicação de autoria, entra pelo título:
FÓRUM de debates discute o projeto Educando o Cidadão do Futuro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 jul. 2001. Caderno 1, p. 18.

b) Com autoria:
TOURAINÉ, Alain. Uma resistência possível. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 jul. 2001. Mais, Caderno 7, p. 18-20.

Internet

a. Entrevista em periódico eletrônico:

AZZARÀ, Stefano G. Crítica ao liberalismo, reconstrução do materialismo. Entrevista com Domenico Losurdo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 35, p. 157-169, 2012. Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista19Entrevista.pdf. Acesso em: 7 out. 2013.

b. Reportagem em jornal eletrônico:

NUBLAT, Johanna. 38,7% dos usuários de crack das capitais do país estão no Nordeste. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 2013. Seção Cotidiano. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1344256-40-dos-usuarios-de-crack-das-capitais-do-pais-estao-no-nordeste.shtml>. Acesso em: 27 set. 2013.

LIMÓN, Raúl. Pfizer afirma que sua vacina contra o coronavírus tem eficácia de 90%. *El País*, Brasil, 9 nov. 2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-09/pfizer-afirma-que-sua-vacina-contra-o-coronavirus-tem-uma-eficacia-de-90.html>. Acesso em: 18 nov. 2020.

c. Texto disponível (fora de revista ou jornal):

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico*. Área profissional: saúde. Brasília: MEC, 2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/saude.pdf>. Acesso em: 3 out. 2013.

d. Redes sociais

LIMA, Nísia T. Um importante debate sobre as ações da Fiocruz no combate à pandemia da Covid 19, no

momento em que a instituição comemora 120 anos. Rio de Janeiro, 22 maio, 2020. Facebook: [nisia.trindadelima](https://www.facebook.com/nisia.trindadelima). Disponível em: <https://www.facebook.com/nisia.trindadelima>. Acesso em: 29 jul.2021.

CARNEIRO, Sueli. Carta compromisso pelo direito à educação das meninas negras – Geledés. 10 jun. 2021. Twitter: @suelicarneiro. Disponível em: <https://twitter.com/SueliCarneiro/status/1403020818544840708?s=08>. Acesso em: 30 jul. 2021.

e. Listas de discussão

BVS Educação Profissional em Saúde: lista de discussão. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. Disponível em: <http://www.bvseps.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 1 jul. 2021.

f. Wikipedia

TRANSPLANTE de medula óssea. In: WIKIPEDIA: thefreeencyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2017]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Transplante_de_medula_%C3%B3ssea. Acesso em: 15 maio 2017.

g. Blog

PACKER, Abel L. et al. SciELO pós 20 Anos: o futuro continua aberto. In: SciELO - Scientific Electronic Library Online. *Blog Scielo em Perspectiva*. São Paulo, 19 dez. 2018. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2018/12/19/scielo-pos-20-anos-o-futuro-continua-aberto/#.YNtqkuhKg_4. Acesso em: 29 jun. 2021.

h. Live no Youtube

ÁGORA Abrasco. Painel: desafios da proteção social em tempos de pandemia. Coordenação: Cristiani Machado. Convidados: Esther Dweck, Paola Carvalho, Eduardo Fagnani, [S. l.]: TV Abrasco, 10 jun. 2020. 1 vídeo (158 min). *Live*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eKt8xqXJ-1Q>. Acesso em: 27 maio 2021.

Revisão de texto em língua portuguesa

A revista se reserva o direito de sugerir alterações em usos informais da língua e de corrigir variantes não padrão do português.

A responsabilidade pelos custos de revisão profissional de idioma é dos autores, a ser realizada por revisores habilitados pela revista ou por profissional de sua preferência, desde que siga o manual de estilo da TES para revisores, disponível sob demanda. A tradução para outro idioma é opcional.

**O Periódico | Número Atual | Números Anteriores | Instruções aos Autores | Corpo Editorial | Indexadores | Assinatura |
Fale Conosco | Créditos**

Revista Trabalho, Educação e Saúde / Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Fundação Oswaldo Cruz
Avenida Brasil, 4.365 - Manguinhos - CEP 21040-360
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tels.: (21) 3865-9850 e-mail: revtes@fiocruz.br
Copyright © 2011 - EPSJV / Fiocruz



 (/sucupira/portais/menu_portal.jsf)
ACESSO RESTRITO

INÍCIO (/SUCUPIRA/PUBLIC/INDEX.JSF) >> Qualis >> Qualis Periódicos

Qualis Periódicos



* Evento de Classificação:

CLASSIFICAÇÕES DE PERIÓDICOS QUADRIÊNIO 2013-2016 ▾

Área de Avaliação:

INTERDISCIPLINAR ▾ +

ISSN:

1981-7746

Título:

Classificação:

-- SELECIONE -- ▾

Consultar

Cancelar

Periódicos

ISSN	Título	Área de Avaliação	Classificação
1981-7746	TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE (ONLINE)	INTERDISCIPLINAR	B1

Início

Anterior

1 ▾

Próxima

Fim

1 a 2 de 2 registro(s)

(/sucupira/public/index.xhtml)

ANEXO I – Questões norteadoras para a observação no campo



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS EM SAÚDE - FCTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS EM SAÚDE - PPGCTE

ROTEIRO DE ENTREVISTA DOUTORADO

“Saúde Coletiva, trabalho e COVID-19: contexto das trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis”

Pesquisador Responsável: Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos (61) 98214-6739

Projeto: Narrativas de povos e comunidades tradicionais e de periferias urbanas sobre a pandemia SARS-CoV2

- 1) Apresentação dos dados pessoais (nome, onde nasceu, idade, filhos, escolaridade, quanto tempo trabalha na catação, quantas pessoas moram na residência? faz parte do grupo de risco? Tem alguém em casa/família do grupo de risco?)
- 2) Para você o que significa a pandemia de COVID-19?
- 3) Como você avalia esse momento vivido desde o início da pandemia, sente medo? Já viveu isso antes?
- 4) Quais foram as dificuldades enfrentadas no início da pandemia (março de 2020)? Como você e seus familiares reagiram a situação?
- 5) Como você conseguiu lidar com as dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19?
- 6) Como o seu bairro e as pessoas dele lidaram com o cuidado à saúde no momento da pandemia de COVID-19?
- 7) Você se preocupava/cuidava com/da sua saúde antes da pandemia da COVID-19?
- 8) Você conhece as medidas de prevenção e proteção contra o vírus da COVID-19?
- 9) Como a associação se organizou e atuou para o enfrentamento da COVID-19? (cobraram o governo local?)
- 10) A pandemia mudou alguma coisa na sua vida/rotina?
- 11) Na situação de mulher catadora você acha que a pandemia impactou mais as mulheres? Porque?
- 12) O seu bairro mudou alguma coisa no momento da pandemia?
- 13) Conhece alguém que foi infectado pelo vírus? Como foi esse quadro de saúde?
- 14) Existe algum caso confirmado ou suspeito da COVID-19 com catadores da associação ou de outra que você conhece?
- 15) Com o retorno ao trabalho a pandemia da COVID-19 mudou alguma coisa nele?
- 16) Quais organizações e instituições deram e estão dando suporte aos catadores durante a pandemia?
- 17) Como você cuidava da sua saúde antes da pandemia e agora atualmente com o retorno do trabalho como você vem cuidando da sua saúde?
- 18) Como você vê a atuação do Estado no enfrentamento da pandemia de COVID-19 para os catadores? Você se sente protegido pelas ações do governo?
- 19) Como você sente o SUS neste momento de pandemia. Ele está preparado para atender você e sua família/comunidade frente a pandemia?

ANEXO J – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Terapeutas populares e tecnologias em saúde no DF e região do entorno

Pesquisador: Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 34150214.9.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas/UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 783.155

Data da Relatoria: 29/08/2014

Apresentação do Projeto:

Nas cidades do Distrito Federal e seu entorno encontram-se em plena atividade parteiras, rezadeiras, benzedeiras, raizeiros, farmacêuticos populares, fitoterapeutas, massoterapeutas, entre outros, atuando com um universo de pessoas que não se satisfazem com a exclusividade dos modos de operação da biomedicina. A proposta deste projeto é mapear as tecnologias terapêuticas para promoção, prevenção e cura em processos de saúde-adoecimento desenvolvidos por terapeutas populares que atuam nas cidades em tela. Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, que pretende realizar uma descrição densa da realidade social em estudo. Serão utilizadas como técnicas de pesquisa,

INSTITUTO DE CIENCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer: 763.155

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é uma continuidade do projeto desenvolvido com apoio do Edital Universal 14/2011 do CNPq.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

apresentou todos os termos

Recomendações:

não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

não há pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

aprovado

BRASILIA, 08 de Setembro de 2014

Assinado por:
Livia Barbosa
(Coordenador)

ANEXO K – Registro fotográfico da rede de apoio

